

SILVIO ADRIANO WEBER

**ALÉM DO CATIVEIRO
A CONGREGAÇÃO DE ESCRAVOS E SENHORES NA IRMANDADE DO
GLORIOSO SÃO BENEDITO DA VILA DE MORRETES.
SÉCULO XIX.**

**CURITIBA
2009**

SILVIO ADRIANO WEBER

**ALÉM DO CATIVEIRO
A CONGREGAÇÃO DE ESCRAVOS E SENHORES NA IRMANDADE DO
GLORIOSO SÃO BENEDITO DA VILA DE MORRETES.
SÉCULO XIX.**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Prof. Orientador:
Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima

**CURITIBA
2009**

À minha mãe, Silvia Cardoso Bueno.

AGRADECIMENTOS

Depois de quase três anos, entre o processo de seleção de fontes e a conclusão deste trabalho, não poderia, jamais, deixar sem registro a colaboração de pessoas e instituições que foram fundamentais para a concretização deste sonho antigo.

Meus sinceros agradecimentos ao Padre Luiz Gonzaga Peres, pela boa vontade em colaborar disponibilizando todos os documentos da Paróquia de Nossa Senhora do Porto dos Morretes. Também registro com gratidão a colaboração de Yane Jaqueline de França Oliveira, secretária da paróquia, pelas orientações e, principalmente, pela paciência em compartilhar seu espaço de trabalho durante alguns dias.

A condição de trabalho proporcionada com uma bolsa de estudos da agência CAPES, concedida durante um ano, teve colaboração incomensurável nos resultados desta pesquisa. Bem como o auxílio da organização e competência dos funcionários do Arquivo Público do Paraná. E a confiança que o Departamento de Pós-graduação de História da UFPR depositou em meu projeto, deve ser agora reconhecida e devidamente registrada.

Ao meu sempre amigo, desde uma infância que foi perdida no tempo, Sandro Antonio Giese, agradeço pelo incentivo e pelos seus conhecimentos de informática que me socorreram inúmeras vezes durante a confecção deste trabalho. Da mesma forma, agradeço Jair Conon Jr. e Cláudio Ferreira dos Santos, grandes amigos que não se importunaram em emprestar seus computadores e impressoras em qual quer dia e horário.

Dedico especial agradecimento à professora Maria Luiza Andrezza, pelo seu senso crítico raro, que breou minhas falsas expectativas no desenvolvimento do projeto e incentivou a busca de soluções. À dedicação das professoras Maria Jose li Mendonça e Regina Célia Lima Xavier, componentes da banca de defesa, por terem oferecido boas críticas que se ouve apenas daqueles que têm maturidade na leitura da história, foram fundamentais para o desenvolvimento da versão final que agora apresento. E ao meu orientador, Carlos Alberto Medeiros Lima, que soube como ninguém conduzir meus estudos desde a graduação, sempre ciente das minhas dificuldades e limitações, jamais desistiu de incentivar o desenvolvimento deste trabalho.

- P. L. C., filho de... neto de... bisneto de... – Carregador. Quarenta e oito anos. Casado. Honesto. Caridoso. Leal. Pobre de espírito. Ignaro. Bom como São Francisco de Assis. Virtuoso como São Bernardo e meigo como o próprio Cristo. É um justo. Levando o dedo pela pauta horizontal e nas “Observações”, deparou qualquer coisa que o fez dizer de súbito:

- Esquecia-me... Houve engano. É! Foi bom você falar. Essa alma é de um negro. Vai para o purgatório.

Lima Barreto

WEBER, Silvio Adriano. “**Além do cativeiro. A congregação de senhores e escravos na Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. Século XIX**”. Curitiba, 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.

RESUMO

Entre tantas pesquisas que atualmente foram produzidas no âmbito da historiografia das irmandades, esta talvez seja mais uma simples contribuição. Procurei enfatizar o processo de criação e fortalecimento da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes, instituição que desenvolveu um interessante espaço de sociabilidade ao longo do século XIX, congregando o mundo livre e cativo. Ao contrário de muitas outras confrarias que em seus estatutos enfatizavam uma série de restrições ligadas à cor, condição e etnia, esta se caracterizava pela possibilidade de congregação de todo o tipo de gente, desde que católicos apostólicos romanos. Procurei seguir a trajetória de alguns cativos confrades, muitos viveram a experiência de serem “irmãos de espírito” dos seus senhores. Neste sentido as relações escravistas não deixaram de serem tensas, como era típico daquela sociedade, mas se tornaram próximas, complexas e muito mais negociadas. Com certeza esta não é a primeira pesquisa que trata da congregação de senhores e escravos no interior de uma irmandade, mas procurei dar maior fôlego a esta discussão, sempre com a ousada expectativa de contribuir com o desenvolvimento dos estudos da escravidão no Paraná.

Palavras-chave: escravidão, irmandades, negociação, Morretes, Paraná, São Benedito.

ABSTRACT

WEBER, Silvio Adriano. **“Beyond the captivity. The congregation of lords and slaves in the fraternity of the Glorious São Benedito of Morretes Village. 19th Century.** Curitiba, 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.

Among many researches published nowadays about fraternity historiography, this might be a simple contribution. I tried to emphasize the creation process and the consolidation of the fraternity of the Glorious Saint Benedict from Morretes Village, the institution that developed an interesting sociability space throughout the 19th century, uniting the free and captive world. On the contrary of many other fraternities that emphasize a series of restrictions about color conditions and ethnic points, this one is characterized by the possibility of congregating all kinds of people, as long as they are romans catholic. I tried to follow the trajectory of captives fraternities, many had the experience of being “spiritual brothers” of their Lords. In this way, the slave relationship was still strained, as it was typical of that society, but they became closer, more complex and much more negotiable. For sure this isn't the first research that presents the Lords and slaves relationship inside the fraternity but I tried to give more emphasis to this discussion and to contribute with the research development about slavery in Paraná.

Keywords: slavery, brotherhood, negotiation, Morretes, Paraná, S aint Benedict.

SIGLAS

AESP – Arquivo do Estado de São Paulo

APPR – Arquivo Público do Paraná

MP – Maços de população

PNSPM – Paróquia de Nossa Senhora do Porto dos Morretes

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – MOVIMENTO MENSAL DE ÓBITOS DE ESCRAVOS EM MORRETES EXPRESSO EM MÉDIAS DIÁRIAS (1813 -1871).....	14
GRÁFICO 2 – ESCRAVARIA MASCULINA DE TODOS OS ENGENHOS DE ERVA - MATE DA VILA DE MORRETES, POR QUANTIDADE DE ESCRAVOS E IDADE (1836)	16
GRÁFICO 3 – DESPESAS DA IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DA VILA DE MORRETES (1864-1869).....	22
GRÁFICO 4 – DESPESAS DA IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DA VILA DE MORRETES (1880-1883).....	25
GRÁFICO 5 – SEPULTAMENTOS NO ADRO E NO CEMITÉRIO SEGUNDOS OS REGISTROS DE ÓBITO. POR ANO E QUANTIDADE DE ENTERROS (1849-1852).....	33
GRÁFICO 6 – RECEITAS DA IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DA VILA DE MORRETES SEGUNDO O LIVRO DE CONTA CORRENTES (1862-1865).....	43
GRÁFICO 7 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS DE MORRETES CONFORME A COR DO PROPRIETÁRIO (1836).....	55

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CONFRADES DA IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DA VILA DE MORRETES POR CONDIÇÃO E SEXO (1865).....	10
TABELA 2 – ESCRAVOS AFRICANOS DA VILA DE MORRETES (1836).....	13
TABELA 3 - ESCRAVARIA DOS ENGENHOS DE ERVA -MATE DE MORRETES POR FAIXA ETÁRIA E SEXO (1836)	15
TABELA 4 – FAMÍLIA DE ADRIANO JOSÉ FRANCISCO SEGUNDO O LIVRO DE ENTRADAS DA IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DA VILA DE MORRETES.....	49
TABELA 5 – FAMÍLIA DE BOAVENTURA DO CARMO SEGUNDO O LIVRO DE ENTRADAS DA IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DA VILA DE MORRETES.....	51
TABELA 6 - POPULAÇÃO DE MORRETES POR COR DOS CABEÇAS DE DOMICÍLIO E FAIXAS DE SUBSISTÊNCIA ANUAL (1836).....	52
TABELA 7 – POPULAÇÃO DA VILA DE MORRETES SEGUNDO A COR E A CONDIÇÃO (1836).....	54
TABELA 8 – COR DOS CABEÇAS DE DOMICÍLIO CONFORME AS LOCALIDADES DA VILA DE MORRETES (1836)	57
TABELA 9 – QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS COM CONFRADES DE SÃO BENEDITO CONFORME A LOCALIDADE DA VILA DE MORRETES (1836).....	58
TABELA 10 – NATURALIDADE DOS CHEFES DE DOMICÍLIO DE MORRETES (1836).....	61
TABELA 11 – CONFRADES DA IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DA VILA DE MORRETES CONFORME A NATURALIDADE E A CONDIÇÃO.....	64
TABELA 12 – ESCRAVARIA DO PADRE ANTONIO ROIS DE CARVALHO SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1836).....	72
TABELA 13 – ESCRAVARIA DO CAPITÃO JOÃO FERREIRA DA COSTA SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1836)	72

TABELA 14 – ESCRAVARIA DE ANTONIO LUIS PEREIRA SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1836).....	74
TABELA 15 – ESCRAVARIA DE MANUEL ANTONIO BITENCOURT SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (183 6).....	76
TABELA 16 – ESCRAVARIA DE MANUEL GONÇALVES DO NASCIMENTO SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1836).....	78
TABELA 17 – ESCRAVARIA DE ANA FRANCISCA DA COSTA SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1836).....	81
TABELA 18 – ESCRAVARIA DE SEVERINO LEANDRO PEREIRA SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1836).....	81
TABELA 19 – ESCRAVARIA DE FRANCISCO PLACIDO MENDES SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1836).....	82
TABELA 20 – ESCRAVARIA DE ANTONIO VIEIRA DOS SANTOS SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1 830).....	84
TABELA 21 – ESCRAVARIA DE ANTONIO VIEIRA DOS SANTOS SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1836).....	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1. IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DA VILA DE MORRETES: A CRIAÇÃO DO ESPAÇO	05
1.1 A formação e o sentido das irmandades.....	05
1.2 Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes: a impossibilidade do exclusivismo.....	09
1.3 Entre as obras da Capela de São Benedito	17
1.4 As festas de São Benedito	26
1.5 Croqui da morte.....	29
1.6 O controle sobre a morte e os procedimentos fúnebres.....	34
CAPÍTULO 2 . OS VÍNCULOS SOCIAIS DOS IRMÃOS DE SÃO BENEDITO	39
2.1 As práticas esmoleres.....	39
2.2 As famílias de São Benedito.....	46
2.3 A vizinhança de São Benedito.....	53
2.4 A naturalidade dos irmãos de São Benedito.....	60
3. CATIVOS CONFRADES E CONFRADES SENHORES	66
3.1 Da senzala para a irmandade: as veredas da negociação.....	66
3.2 Os escravos de São Benedito.....	69
3.3 A ciranda da irmandade: senhores e escravos são “irmãos”.....	80
CONCLUSÃO	90
REFERÊNCIAS	93
ANEXOS	98

INTRODUÇÃO

No início da década de 1980 a Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná tombou a Capela de São Benedito, uma das principais obras do conjunto histórico e arquitetônico da cidade de Morretes. Naquela oportunidade foi desenvolvido um trabalho de resgate dos bens e documentos da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes que, parece, estavam em mãos de particulares. Desde então, segundo o relato do Padre Luiz Gonzaga Peres, atual responsável pela Paróquia Nossa Senhora do Porto dos Morretes, os documentos da irmandade passaram a ficar sob a guarda da Igreja. No entanto, esta documentação está muito incompleta, restando basicamente algumas atas de reunião e parte de livros que datam de meados do século XIX.

Portanto, o que possibilitou o desenvolvimento de um trabalho de maior fôlego foi o cruzamento nominativo. Os registros da Paróquia de Nossa Senhora do Porto dos Morretes preencheram certas lacunas da documentação da irmandade e, talvez o mais interessante, propiciaram a possibilidade de seguir trajetórias pessoais, identificando quem eram os confrades de São Benedito. De fato, ninguém neste país passou em branco pela burocracia eclesiástica, não pelo menos até o advento da República. Três momentos fundamentais, a saber, nascimento, casamento e morte, eram “religiosamente” anotados pelos padres nos livros de registros paroquiais. Este costume foi instaurado após o Concílio de Trento e, não tinha unicamente um sentido contábil, ao exemplo dos censos seculares também era um dispositivo de controle, “controle de almas”.¹

As listas nominativas de habitantes foram fundamentais para contextualizar o objeto de pesquisa. Sem dúvida, foram fontes que ilustraram o panorama geral dentro do qual o Irmandade de São Benedito estava inserida. Com toda uma gama de informações sobre a população - desde questões de propriedade, produção, comportamento, até outras como estado civil, condição e cor -, foi possível enriquecer ainda mais o cruzamento nominativo.

No transcorrer da pesquisa, portanto, o diálogo com a demografia foi inevitável. Quantificar a população de Morretes e, principalmente, perceber a dimensão e a localização das suas escravarias trouxe algumas respostas que possibilitaram uma melhor compreensão das

¹ - ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura Familiar e Registros Paroquiais. Texto apresentado para as comemorações dos 25 anos de funcionamento do Núcleo de Estudos de População da Unicamp. p. 6.

relações que eram tecidas no interior da irmandade. Acabei construindo um campo de trabalho, no início até sem dar conta disso, em cima de adaptações. Afinal, como anotou Sergio Odilon Nadalin, os registros paroquiais e a maioria das listas nominativas são corpos documentais que não foram necessariamente produzidos para serem explorados demograficamente. Mas, inevitavelmente, caem em mãos de historiadores.²

No primeiro capítulo, foi através da análise demográfica que procurei justificar a falta de um artigo mais restritivo no compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. Pois era comum, desde o período colonial, determinadas regras que impediam que as pessoas de cor participassem das irmandades brancas. Também era comum que as irmandades negras criassem regras restritivas, separando grupos de crioulos e africanos, ou ainda dividindo determinados grupos de procedência africanos. Pelo contrário, a Irmandade de São Benedito aqui abordada estava aberta a todo tipo de gente, sem restrição alguma. No início foi difícil compreender esta situação, até pela historiografia pertinente que sempre procurou enfatizar as rivalidades étnicas que existiam em determinadas confrarias, em detrimento de tantas outras que tinham suas portas abertas à todo o tipo de gente. Entre tantos trabalhos de historiadores que se debruçaram sobre a temática das irmandades, poucos apontaram como na pesquisa desenvolvida pela professora Regina Célia Lima Xavier a congregação de escravos, livres e membros da classe senhorial nestas instituições.³ Certamente o trabalho de Regina Xavier em conjunto com o meu não são os únicos que demonstram esta possibilidade de existência de uma confraria sem qualquer código restritivo, mas talvez estejam entre os poucos que não têm por objeto de análise as rivalidades étnicas.

Gostaria de ter discutido com mais propriedade, principalmente em conjunto com a arquitetura, o processo de construção da Capela de São Benedito, iniciada na década de 1860. Contudo, a limitação bibliográfica neste sentido impossibilitou que caminhasse por este viés. Mas ainda é uma vontade muito particular, elaborar um estudo sobre a arquitetura das pequenas capelas, principalmente aquelas construídas por irmandades negras. Todavia, não deixei de registrar o esforço empreendido na época do processo de ereção da capela. Ter capela própria era o sinônimo de independência, da “maioridade” de uma confraria. E a Irmandade do Glorioso São

² NADALIN, Sérgio Odilon. História e Demografia: elementos para um diálogo. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004.

³ XAVIER, Regina Célia Lima. Religiosidade e escravidão no século XIX: mestre Tito. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Benedito da Vila de Morretes, mesmo com certa dificuldade, conseguiu demarcar seu espaço simbólico e social depois de muitos anos em dificuldades com as obras da capela.

As limitações das fontes também me impediram de realizar uma análise mais detalhada sobre as festas de São Benedito. As atas de reunião da irmandade pouco informavam sobre estas festividades, mas contornando estas dificuldades fiz questão de demonstrar, mais uma vez em termos quantitativos, os gastos empreendidos com estes folguedos populares.

Os estudos sobre a morte e os procedimentos fúnebres, levaram, invariavelmente à constatação de focos epidêmicos que atingiram o litoral paranaense ao longo dos Oitocentos. Consequentemente, fiz questão de enfatizar as políticas sanitárias da época e o impacto que causaram na forma como eram conduzidos os trabalhos funerários. Como as irmandades estavam profundamente envolvidas com os procedimentos fúnebres de seus associados, as principais fontes que possibilitaram a confecção desta parte da pesquisa foram as listas de óbito. Ao todo, foram analisados seis livros de óbito da Paróquia Nossa Senhora do Porto dos Morretes, perfazendo um conjunto de 4573 óbitos do período entre 1812 e 1872.

No segundo capítulo procurei desenvolver um estudo sobre as formas de arrecadação que tornavam possíveis as atividades confrarias. As festas e os procedimentos fúnebres, principais atividades da irmandade, não se faziam sem o auxílio das esmolas dos devotos. Portanto, os peditórios apareciam, através da análise do livro de conta correntes da instituição aqui abordada, como o principal meio de arrecadação, envolvendo devotos que, pela condição jurídica e social, pareciam bastante pobres.

E, se as rivalidades étnicas não estavam presentes no processo de ingresso desta confraria, foi perceptível que a família e a vizinhança produziram certo impacto na formação do sodalício. Neste sentido, o cruzamento nominativo foi a solução para procurar o estabelecimento de determinados confrades no espaço geográfico da vila de Morretes. Procurei responder questões que estavam imbricadas com a relação familiar, vizinhança e naturalidade dos confrades.

O terceiro e último capítulo, sem dúvida foi a busca de um esclarecimento sobre uma interrogação que me perseguia há tempos. Sempre insisti em tentar entender por que senhores de escravos e pessoas consideradas brancas ou “socialmente brancas”, membros de uma determinada elite da sociedade escravista, estavam filiadas às irmandades negras. Afinal, envolver-se de forma tão próxima com pessoas reduzidas ao estado de escravidão não seria abrir

mão de todos os privilégios de *status* que a posição de branco e senhor de escravos legitimava? Evidente que a distinção nesta sociedade escravista brasileira não se pautava única e exclusivamente no distanciamento entre livres e cativos. Pelo contrário, a negociação cotidiana entre dominantes e dominados acabava por aproximar estes grupos. Mas tal aproximação não afetava a posição social dos primeiros, pois era justamente esta relação de proximidade e de trocas de favores que estabeleciam as regras da negociação. Em suma, ainda creio ser necessário um estudo mais avançado sobre a relação entre senhores e escravos dentro de uma historiografia das irmandades.

1. IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DA VILA DE MORRETES: A CRIAÇÃO DO ESPAÇO

1.1 A FORMAÇÃO E O SENTIDO DAS IRMANDADES

Criadas, como muitos historiadores afirmam, na Europa em fins do medievo, frutos da desestabilidade e insegurança daquele contexto, as irmandades eram instituições que arrebanhavam muitos cristãos em busca de socorro social e espiritual. No princípio teriam sido concebidas em torno de concepções semelhantes às corporações de ofício, separadas por profissões. Este foi o modelo português segundo Mary Del Priore, formando sempre sob a invocação de um santo patrono as irmandades de sapateiros, carpinteiros, etc.⁴ Em algumas regiões do Brasil também proliferaram estas irmandades de cunho profissional, responsáveis por auxiliar, examinar e fiscalizar as atividades dos artífices. Nestas, prevaleciam os interesses da profissão, numa tentativa de moralizar, segundo os costumes da época, alguns aspectos do mercado e do mundo do trabalho.⁵ Contudo, o foco de interesse desta pesquisa lança luz sobre uma confraria de cunho religioso, formada por leigos, a Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes.

Por suposto, em cada vila ou cidade do Brasil, em regiões centrais e cosmopolitas até àquelas menores, ligadas ao mercado interno, existiu uma irmandade que ergueu capela e auxiliou na propagação do catolicismo. Este tipo de instituição foi, em certa medida, responsável pela vivência de uma religiosidade marcadamente popular. Neste espaço religioso e popular havia uma interessante complexidade de jogos de alianças e de poderes da sociedade escravista brasileira. Para Russel-Wood,

[...] no século XVIII, seria verdadeiro dizer que para cada pessoa, negra ou mulata, homem ou mulher, escrava ou livre, e para cada origem tribal e local de nascimento (crioula, ou seja, nascida no Brasil, ou vinda da África) existia uma irmandade na qual poderia encontrar seus iguais.⁶

Esta separação por cor, condição e etnia, segundo Carlos Alberto Medeiros Lima, não representava necessariamente um fator de divisão, mas de coesão grupal, uma aliança de

⁴ DEL PRIORE, Mary. *Religião e religiosidade no Brasil colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1994. p. 38.

⁵ LIMA, Carlos A. M. *Artífices do Rio de Janeiro (1790 -1808)*. Rio de Janeiro: Ateliê 2008. pp. 53 -86.

⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira. 1^a Edição. 2005. p. 199.

pequenos, uma convivência negociada.⁷ No século XVIII, no compromisso da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia dos Pretos Makis do Rio de Janeiro, por exemplo, existia um artigo que selecionava confrades conforme seu grupo de procedência. Os pretos *makis* monopolizavam a direção da confraria naquele período, desta forma, anunciavam como critério de ingresso, somente aos pretos de Angola, a obrigatoriedade de um exame manipulado pelo secretário da irmandade, afim de avaliar a existência ou não de costumes “gentílicos”. Com esta exigência demonstravam certo padrão de diferenciação em relação aos an golas, exibiam, inclusive, uma superioridade hierárquica na gerência da irmandade .⁸

Analisando os estatutos de irmandades negras, Gilberto Freyre chegou a concluir que o estudo deste tipo de instituição possibilitava o entendimento das questões de raça, c lasse e região inerentes à formação brasileira.⁹ Assim, concordo que os arranjos confeccionados no ingresso e no estabelecimento das hierarquias internas destas instituições, servem hoje, aos historiadores, como um quadro que possibilita o entendimento das relações sociais entre elementos que se distinguiam pela cor, condição e grupo de procedência.

Até o século XVIII, eram muitas as irmandades que organizavam regras que procuravam restringir o ingresso de pessoas consideradas incapazes pela condição, p elo “sangue infecto” (de judeu ou mulato), pela cor e naturalidade. Entretanto, ao longo do século XIX, estas reivindicações de pertencimento a um determinado grupo deixaram, gradativamente, de ser uma regra compromissal. É muito difícil afirmar o que levo u estas instituições a abandonarem este costume. Para Julita Scarano, naquele contexto, os artigos compromissais referentes ao ingresso transitaram de uma exigência racial para outra de teor social, justamente pelo equilíbrio das distinções no interior das camadas menos privilegiadas da sociedade brasileira.¹⁰ Levando em consideração os apontamentos de Larissa Viana, já existia, desde a segunda metade do século XVIII, um interesse da Coroa portuguesa em abolir os critérios de “pureza de sangue”. Passou a ser levado em consideração “[...] os princípios de “racionalidade e caridade cristã”, considerando indevida a realização de inquéritos de “limpeza de sangue” nas câmaras e irmandades do

⁷ LIMA, Carlos A. M.; MOURA, Ana Maria da Silva. *Devoção & Incorporação. Igreja, escravos e índios na América Portuguesa*. Curitiba: Editora Peregrina, 2002. pp. 56 -115.

⁸ *Idem.*, p. 69.

⁹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global Editora , 2004. 15ª Edição. p. 500.

¹⁰ SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1975. pp. 141 -142.

ultramar”.¹¹ Estes princípios de racionalidade cristã estavam correlacionados ao discurso iluminista da época e, pelo menos nas letras da lei, houve a tentativa de impedir que uma pessoa fosse discriminada nas instituições do império português por questões de origem.

Não foi apenas o Estado responsável por reprovar o modo de ação das irmandades. Em meados do século XIX, a Igreja se encarregava de fiscalizar com maior proximidade estas instituições. A independência de ação destas corporações leigas, que externalizavam suas manifestações através de festas, procissões e velórios, nem sempre agradava as autoridades eclesiásticas. Foi difícil romper com a autonomia de decisão das irmandades, até por serem grupos que, ao investirem no levantamento de capelas e cemitérios, exigiam por moeda de troca alguns privilégios, principalmente a possibilidade de gerir de forma autônoma seus negócios. Isto foi tema de ardente discussão promovida pelo Bispo D. Lacerda, no Rio de Janeiro, na década de 1870. O Bispo escreveu à Roma narrando toda a sua preocupação com as irmandades que compravam, vendiam, alugavam, permutavam e realizavam quase todo tipo de negócio.¹² Eram todas formas de arrecadação que, as vezes, foram tratadas simplesmente como um negócio. Muitas irmandades, inclusive as negras, alugavam esquifes, vendiam terrenos em seus cemitérios particulares e, com este giro monetário, socorriam seus irmãos associados em momentos de doença e morte.

A intenção de D. Lacerda era reformar as estruturas das irmandades de forma que fossem controladas de uma maneira mais sistemática, impedindo que fugissem ao verdadeiro espírito da caridade, mas seu projeto não teve o êxito esperado. Para Anderson José Machado de Oliveira, a intenção de limitar o espaço de ação destes grupos leigos, implicava numa disputa de poder que flagrava a religião como um “importante instrumento de hegemonia política e social”.¹³ Isto justificava o fato das irmandades serem um grupo respeitadíssimo na escala de valores das sociedades colonial e imperial, pois muitas vezes instrumentalizavam a religião a fim de legitimar prerrogativas de hierarquia e *status*.

Homens de qualquer cor e condição que tiveram a oportunidade de filiação em irmandade, desfrutaram, sem dúvida, de um capital simbólico que emergia deste tipo de instituição. Aquelas em que os africanos e seus descendentes se faziam confrades, foram

¹¹ VIANA, Larissa. O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. pp. 169-170.

¹² OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Os Bispos e os Leigos: Reforma Católica e Irmandade no Rio de Janeiro Imperial. In Locus revista de história, vol. 8, nº 2. p. 73.

¹³ Idem., p. 81.

“imaginadas como veículo de acomodação e domesticação do espírito africano, elas na verdade funcionaram como meios de afirmação cultural”¹⁴, afirmava o historiador João José Reis. De uma maneira ou de outra, tratava-se de uma instrumentalização da religião em nome de uma afirmação hierárquica e/ou cultural.

Neste sentido, e em especial sob a atuação das irmandades de cor que congregavam escravos, a religião poderia ser percebida como um espaço de negociação, “fragmentos de liberdade” consumidos em “retalhos de tempo”, como sugeriu Alisson Eugenio.¹⁵ A participação ativa em uma irmandade negra representava então momentos de desfrute bastante valorizados. A festa, a procissão, a missa, os cortejos fúnebres e vários outros instantes da vivência daquele catolicismo foram absorvidos pelos escravos como um espaço potencialmente propício ao ócio e ao lazer. No século XVI, por exemplo, para fugir à faina cotidiana, os índios submetidos em reduções jesuíticas passaram a aceitar a catequese como um refúgio, “escapando, ainda que temporariamente, ao domínio dos senhores”.¹⁶ No mundo da escravidão, se difícil era escapar do trabalho pesado e do domínio senhorial, era preciso manejar técnicas para requintar um possível convívio social além do cativeiro. Mariza de Carvalho Soares, percebeu, assim, as irmandades, como “uma das poucas vias sociais de acesso à experiência da liberdade, ao reconhecimento social e à possibilidade de formas de autogestão dentro do universo escravista”.¹⁷ Não há suspeita, portanto, que o ingresso de um escravo numa irmandade foi o modo mais eficiente de inserção deste nas malhas do tecido social.

Alguns senhores contribuíram diretamente para isso, com o pagamento de entrada e anuais para terem seus cativos como confrades. Para Julita Scarano, isto representava o desejo de “contribuir para a cristianização de seus escravos”.¹⁸ A preocupação em cristianizar os homens submetidos ao cativeiro se fez, entre outros motivos, em virtude da crença de que a religião era um veículo controlador em potencial, capaz de domesticar o espírito. Kátia Mattoso chegou a sustentar a hipótese de que as irmandades negras além de formarem um elemento de coesão

¹⁴ REIS, João José. A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. Companhia das Letras. São Paulo: 1991. p. 54.

¹⁵ EUGENIO, Alisson. Fragmentos de liberdade. As festas religiosas das irmandades dos escravos em Minas Gerais na época da Colônia. Ouro Preto: Fundação de Arte de Ouro Preto, 2007. p. 163.

¹⁶ KOK, Glória. Os vivos e os mortos na América portuguesa. Da antropofagia à água de batismo. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 126.

¹⁷ SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da Cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000. p. 166.

¹⁸ SCARANO, Julita. Op. Cit. p. 67.

social, também eram reguladoras de comportamentos e de relações sociais.¹⁹ Portanto, espaços fundamentais para o exercício da fé, da resignação, da disciplina e da aceitação das diferenças presentes na sociedade escravista.

1.2 IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DA VILA DE MORRETES: A IMPOSSIBILIDADE DO EXCLUSIVISMO

O compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes, aprovado pelo governo da Província do Paraná e pelo Bispado de São Paulo, em 1863, refletia um posicionamento firme, do Estado e da Igreja, no sentido de impedir qualquer tipo de restrição àqueles que por ventura quisessem contrair filiação confrarial.

Artº 1º A Irmandade do Glorioso São Benedito da reunião de pretos escravos e administradores e pessoas livres que para sua devoção quiserem pertencer a ella sem distinção de sexo ou idade contando que professem a Religião Católica Romana tendo por fim de festejar annualmente ao Glorioso São Benedito no dia 25 de Dezembro.²⁰

Este era o segundo estatuto da confraria, outro datava de 1801, com o qual infelizmente não consegui travar contato por não tê-lo encontrado nos arquivos da cidade de Morretes. Sugiro, portanto, que esta instituição já existia desde o final do século XVIII. Afinal, era comum que as irmandades funcionassem antes mesmo de existirem oficialmente através do reconhecimento do Estado e da Igreja. Todavia, sem dúvida trato aqui de uma instituição aberta a todo tipo de gente, seja branca ou negra, homem ou mulher, livre ou cativa, desde que católicos apostólicos romanos.

Não foi possível, ao longo da pesquisa, perceber qualquer traço de rivalidade étnica ou qualquer outro impedimento que pudesse referir aos usuais códigos restritivos de muitas irmandades. Havia, sim, a interessante congregação entre “pretos escravos e administradores e pessoas livres”. Acredito que a palavra “administradores”, naquele con texto, estava se referindo aos proprietários de escravos. A mesma palavra em outro sentido derivado era utilizada até o início do século XIX em Curitiba, era chamado de “administrado” o índio que estava submetido às ordens e cuidados de um determinado senhor – ou, talvez, sob as rédeas de um “administrador”-, friamente nada mais era do que uma forma de burlar a lei que proibia a

¹⁹ MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1988. p.149.

²⁰ PNSPM. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1863. fl. 3.

redução de um índio à condição de escravo.²¹ Toda esta abertura no ingresso da irmandade transformava a instituição num campo de convívio aberto entre indivíduos socialmente distintos. A tabela 1, abaixo, é apenas uma tentativa de mostrar parte do nicho social que se configurava no interior da irmandade.

TABELA 1 - CONFRADES DA IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DA VILA DE MORRETES POR CONDIÇÃO E SEXO (1865)

CONDIÇÃO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
ESCRAVOS	72	41	113
FORROS	0	6	6
LIVRES	105	107	212

FONTE: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PORTO DOS MORRETES . Livro de entradas de irmãos da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes.

A criação desta tabela só foi possível devido ao livro de entradas que foi escrito na década de 1860, encontrado no arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Porto dos Morretes, sem capa, sem as últimas folhas e muito deteriorado pelo mau estado de conservação. O responsável pela tarefa de escrituração do livro registrou apenas os irmãos vivos. Portanto, trata-se de números que se referem ao ano de 1865, quando a confraria congregava trezentos e trinta e um irmãos. Nos registros foram anotados o nome dos confrades, acoplava-se o nome do senhor quando escravo, ano do ingresso e o pagamento das últimas anuidades.

Estudos recentes têm apontado para a substancial presença feminina nas irmandades. Mariza de Carvalho Soares, ao pesquisar irmandades do Rio de Janeiro, afirmava que a presença de mulheres poderia, inclusive, superar as condições locais.²² Daniela dos Santos Souza, por sua vez, constatou no livro de entradas da Confraria do Rosário de São João Del Rei, no período entre 1848 e 1859, uma maioria feminina, duzentas e trinta e três entre quatrocentos e vinte e dois confrades, o que corresponderia percentualmente a 55% do total de irmãos.²³ A análise da

²¹ SCHWARTZ, Stuart B.. Escravos, roceiros e rebeldes. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001. pp. 278-279.

²² SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da Cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000. p. 149.

²³ SOUZA, Daniela dos Santos. Relações de sociabilidade e identidade entre negros, afro-descendentes e mestiços na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário: Minas Gerais – São João Del-Rei. (1800-1850). In Anais eletrônicos da ANPUH – MG, Belo Horizonte, 2008. Texto em versão resumida no caderno de resumos, p. 159.

composição da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes traz um dado sugestivo, com uma participação feminina de 46,5% entre todos os confrades, uma percentagem ligeiramente inferior em relação ao universo masculino desta instituição.

A percentagem de irmãos escravos era muito alta, 34,1%, principalmente porque se tratava da década de 1860, período em que o tráfico de escravos estava há tempos na ilegalidade, além de ter gerado, conseqüentemente, uma demanda maior de mão-de-obra cativa no nível interprovincial. Anderson José Machado de Oliveira, pesquisando a condição dos irmãos da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, encontrou para o intervalo entre 1843 e 1889, apenas 91 cativos confrades, perfazendo 11,8% do total de pessoas filiadas.²⁴ Era um percentual bem mais modesto, considerando ainda que se tratava de uma irmandade composta majoritariamente por pessoas de cor e inserida no Rio de Janeiro, cidade que possuía na época um contingente cativo muito mais expressivo que a pequena Morretes. Mesmo que seja difícil comparar os números destas duas irmandades e, principalmente entre as duas regiões, Rio de Janeiro e Morretes, que certamente viviam situações bem diferentes, não restam dúvidas que a Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes estava compromissada em arrebanhar escravos para o seu sodalício.

Quanto ao percentual de confrades livres, 64% entre todos os filiados, existia uma ligeira superioridade feminina, eram cento e sete mulheres e cento e cinco homens. Esta relação entre pessoas livres e cativas no interior da irmandade sugere certo grau de cumplicidade entre pólos tão distintos da sociedade escravista. Portanto, não há motivos para duvidar que as relações de poder também eram negociadas na convivência confrarial.

A relação de cumplicidade entre cativos e livres, por exemplo, foi bem observada nos processos crimes do século XIX da região de Franca (SP), por Ricardo Alexandre Ferreira. Neste contexto o cometimento de delitos onde era flagrante a cooperação entre as partes teria sido muito mais resultado “de necessidades imediatas do que pela condição jurídica ou mesmo racial”.²⁵ Da mesma forma, excetuando o viés da análise, é possível afirmar que a união de pessoas de condições jurídicas e sociais completamente diferentes no sodalício da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes foram fruto de “necessidades imediatas”. Afinal a

²⁴ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Santos Negros e Negros Devotos: A Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro, Século XIX. In *Cativeiro & Liberdade*. Ano II, v. 4, julho -dezembro/1997. p. 33.

²⁵ FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos. Cotidiano e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)*. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p. 114.

irmandade, na década de 1860, estava arrecadando fundos para ereção de uma capela própria, não medindo esforços para arrebanhar confrades. Se livres ou escravos, não importava, o objetivo estava traçado, era preciso levantar o próprio templo.

A capela própria representava a independência de qualquer irmandade. Mas na década de 1860 pode parecer, para a historiografia pertinente, uma novidade ou um movimento tardio. Penso que a conjuntura do crescimento da Vila de Morretes, que se deu somente nas primeiras décadas do século XIX, afetou as formas de ingresso e o perfil de confrades, sempre muito variado, bem como o número diminuto de habitantes, apenas dois mil quatrocentos e dezanove no ano de 1836.²⁶

Ao que tudo indica, Morretes despontou com os negócios da erva-mate na década de 1830, consolidando o estabelecimento de uma “elite ervateira”. Segundo as afirmações do cronista Antonio Vieira dos Santos, este negócio fazia fortuna

[...] em Morretes desde 1811 inclusive em 1832, he que o mesmo [comércio da erva-mate] esteve no seu maior auge, não só por causa do cerco de Montevideo, te o anno de 1817, como depois o bloqueio marítimo, que se lhe seguiu com a nova especulação da exportação da herva matte para os portos das Republicas Argentina, Ci splatina e Chilena. Os mercadores de Paranaguá e desta Villa principalmente, aproveitando se de húa occasião, tão favorável, muitos fizeram sua fortuna, em pouco tempo principalmente os mais activos, e inteligentes; os Coritibanos compravão bastantes fazendas, e objectos de oiro lavrado nem mesmo reparavão no preço porque se lhes vendia este mesmo mandavão ao mercador que elle tirasse o dinheiro do Sacco e propriamente o contasse; feliz tempo!... tão abundantes e felizes se consideravão, que cazo do mesmo dinheiro senão se fazia.²⁷

Naquele momento em que os negócios ervateiros caminhavam à passos largos, as escravarias locais passavam a recepcionar um contingente não desprezível de africanos, ponderando, evidentemente, a dimensão dos plantéis locais. Era o período da proibição do tráfico, a década de 1830, quando aumentou substancialmente o valor do escravo, até pelos riscos do negócio. O porto de Paranaguá surgia, “nessa conjuntura dos anos 30, como ponto de grandes negócios ao tráfico ilícito de escravos novos, desembarcados no litoral da província de São Paulo”.²⁸ E mesmo com uma alta no mercado ilegal, novos africanos foram desembarcados,

²⁶ AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). SUBSISTEMA: JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835.

²⁷ SANTOS, Antonio Vieira dos. Memória Histórica Crônologica Topographica, e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real Vulgarmente Porto de Çima (1850). Curitiba: Museu Paranaense, v. 2, 1962. p.70.

²⁸ WESTPHALEN, Cecília Maria. Porto de Paranaguá, um sedutor. Curitiba: Secretaria de Estado e Cultura, 1998. p.138.

entre 1837 e 1839 somente em Paranaguá desembarcaram quatro mil duzentos e cinquenta e três.²⁹

Em Morretes predominavam as pequenas escravarias, em sua maioria entre um e dez cativos. Em 1836, apenas dezesseis domicílios possuíam mais que dez cativos; oitenta e um com dez ou menos; e trezentos e quarenta e sete sem presença alguma de escravos.³⁰ Levando em consideração a noção de pobreza de João Fragoso sobre o contexto do Brasil escravista - onde “ser pobre significava, entre outras coisas, não ter escravos” -³¹, é possível ponderar a simplicidade da maioria dos domicílios, mesmo que muitos fossem produtivos e, conseqüentemente, juntos formassem uma unidade produtora de farinha de mandioca bastante representativa para a dinâmica do mercado interno. (Ver, por exemplo, o anexo I)

TABELA 2 – ESCRAVOS AFRICANOS DA VILA DE MORRETES (1836)

	MASCULINO		FEMININO	
0 a 14	4	3,4%	3	2,5%
15 a 19	17	14,5%	4	3,4%
20 a 59	71	60,6%	16	13,6%
60 ou +	2	1,7%	0	0%
Total	94	80,2%	23	19,5%

FONTE: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). **SUBSISTEMA:** JMF. **FILME** Nº 1223. **MICROFILME:** 225. **REF:** 1835.

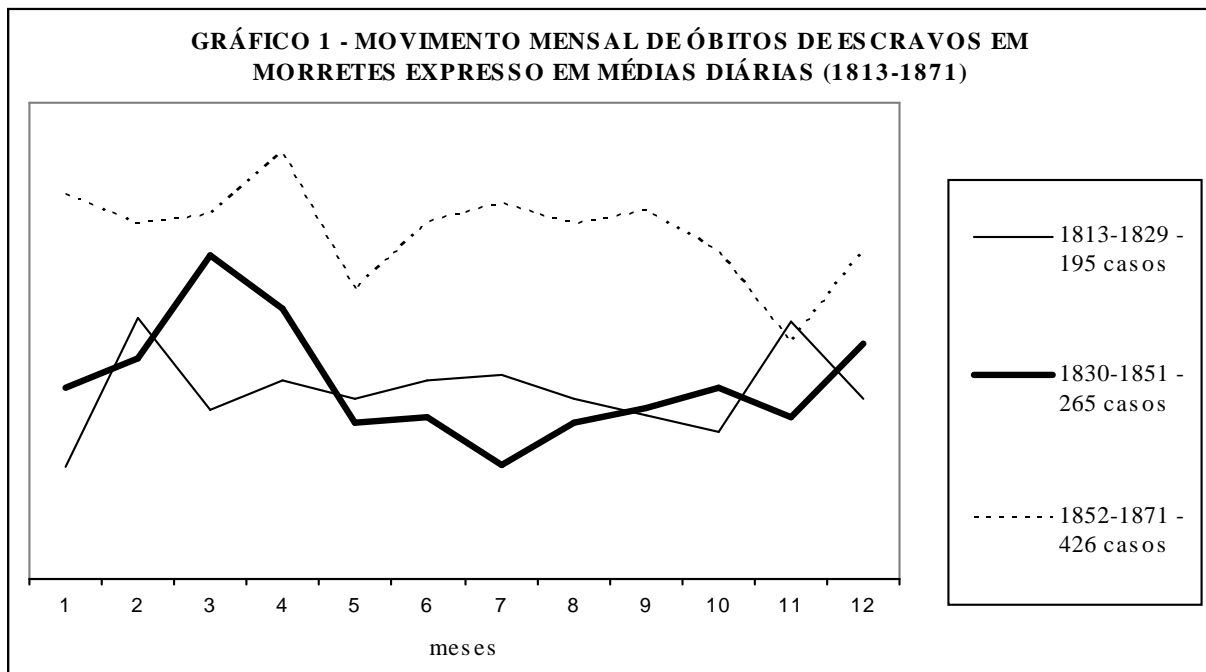
Foi na primeira metade do século XIX o espaço de tempo em que os pequenos plantéis ainda estavam em formação, crescendo com o fluxo do tráfico ilícito. Havia a presença de cento e dezessete africanos no ano de 1836, perfazendo 20% da população cativa. Entre estes africanos, pelo menos 23% eram fruto de um plantel novíssimo, com dezenove anos ou menos, com um índice de masculinidade bastante acentuado, o que dá crédito à existência de um comércio ilegal que crescia em conjunto com a economia do litoral paranaense .

²⁹ LEANDRO, José Augusto. Em águas turvas: navios negreiros na baía de Paranaguá. In Revista Esboços. Chapecó: UFSC, 2002. p. 101.

³⁰ AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). **SUBSISTEMA:** JMF. **FILME** Nº 1223. **MICROFILME:** 225. **REF:** 1835.

³¹ FRAGOSO, João Luis. O Império escravista e a República dos plantadores. In História Geral do Brasil. Organizado por Maria Yeda Linhares. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990. p.147.

Além disso, analisando os índices de mortalidade no período de 1813 a 1871, percebi que durante o tráfico ilegal a quantidade mortes entre escravos subia substancialmente durante o verão, época do ano em que mais chegavam navios negreiros, pelo menos no Rio de Janeiro. O choque microbiótico provocado no desembarque de centenas de africanos e as epidemias possivelmente caminhavam juntos, durante o verão e principalmente em regiões litorâneas.³² A chegada de africanos em Morretes, portanto, deve ter exercido um impacto muito grande sobre o índice de mortalidade entre os escravos. (Ver também anexos III, IV e V)



FONTE: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PORTO DOS MORRETES. Livros de óbito 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

Se a chegada de africanos em Morretes de fato coincidiu com o tráfico ilegal e o crescimento da economia ervateira, foram provavelmente as escravarias dos engenhos de erva-mate aquelas que mais sentiram este impacto. Talvez por isso o percentual de masculinidade entre os escravos destes engenhos estivesse acima da média da própria região.

³² FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. KLEIN, Herbert e ENGERMAN, Stanley. Padrões de desembarque e mortalidade no tráfico de escravos africanos ao Rio de Janeiro, 1825-1830. In: PELÁEZ e BUESCU (org.). A moderna História Econômica. Rio de Janeiro: APEC, 1976, p. 109.

TABELA 3 - ESCRAVARIA DOS ENGENHOS DE ERVA -MATE DE MORRETES POR FAIXA ETÁRIA E SEXO (1836)

FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
0 a 5	3	6	9
6 a 10	7	3	10
11 a 14	8	5	13
15 a 19	23	6	29
20 a 24	25	15	40
25 a 29	23	13	36
30 a 34	17	7	24
35 a 39	4	4	8
40 a 44	7	3	10
45 a 49	2	0	2
50 ou +	6	5	11
TOTAL	125	67	192

FONTE: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). **SUBSISTEMA:** JMF. FILME N°. 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835.

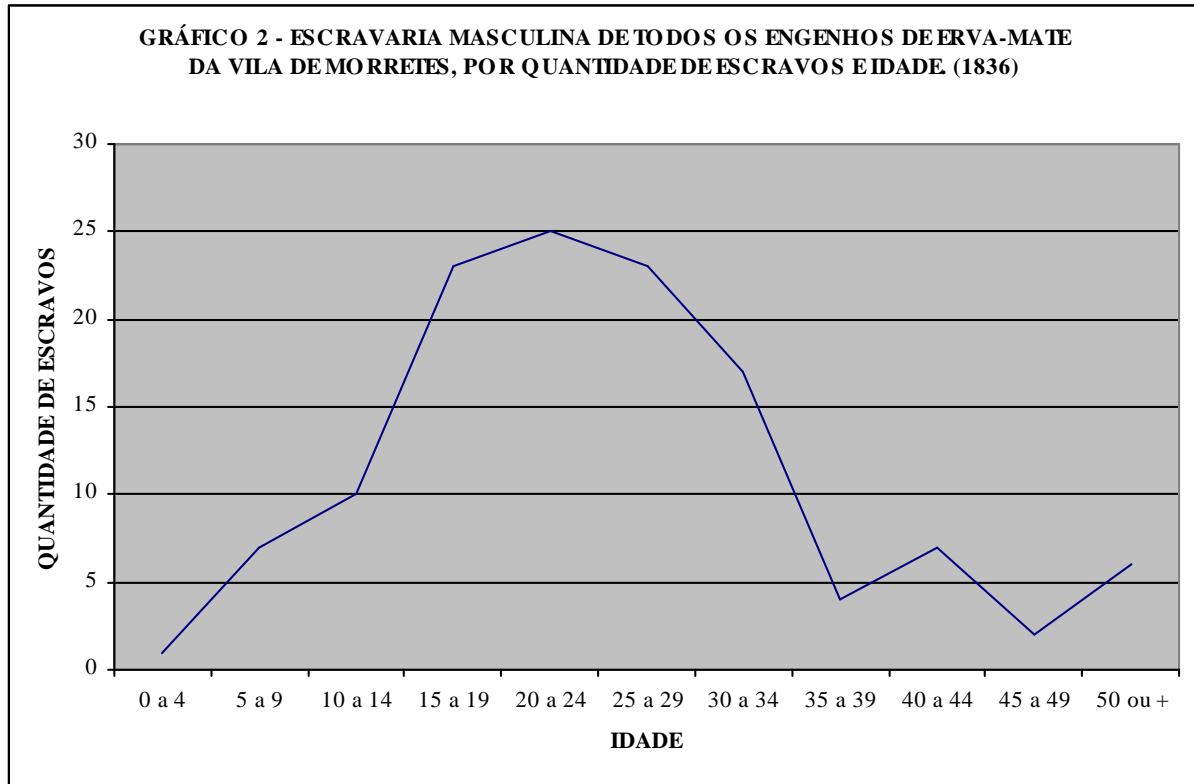
Na análise quantitativa de Horácio Gutiérrez, Paranaguá apresentava predominância feminina em suas escravarias, “em 1804, representando 52,4% da população cativa. Em Antonina, excetuando o ano de 1816 no qual o sexo feminino mostra -se majoritário, sempre o número de homens foi ligeiramente superior, alcançando a proporção, em média de 52%” .³³ Em 1836, para toda a vila de Morretes a população masculina das escravarias representava 58% do total, nos engenhos ervateiros esta percentagem subia para 65%.

De forma inversamente proporcional, os domicílios com engenhos de erva -mate representavam uma pequena quantidade de estabelecimentos, mas que englobavam uma parte substancial dos cativos da região, 33,9% de todo o plantel local. (Ver anexo II) Os jovens escravos entre quinze e trinta e quatro anos eram os mais valorizados no litoral do Paraná e perfaziam o grosso das escravarias dos engenhos de mate.³⁴ Nestes estabelecimentos, os cativos nesta faixa etária representavam 70% do universo masculino em cativo. O braço jovem, em

³³ GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não -exportadora: Paraná, 1800-1830. In Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 17, n.3, 1987. p. 299.

³⁴ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Preço de escravos na província do Paraná. Dissertação de mestrado em História do Brasil. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974. p.92. Exemplar consultado na Biblioteca da UFPR cadastrado sob o código T-1313.

idade de pleno vigor físico para suportar as jornadas de trabalho pesado, parece ter sido fundamental para o crescimento do mercado ervateiro.



FONTE: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). **SUBSISTEMA:** JMF. **FILME** Nº 1223. **MICROFILME:** 225. **REF:** 1835.

No entanto, a vida comunitária entre escravos foi dificultada por estarem pulverizados em pequenos grupos, e a vivência integrada era elemento fundamental para a criação de uma irmandade. A experiência das irmandades negras foi trabalhada por muitos autores como fruto do dinamismo aculturação/africanismo. Todavia, muito mais que a condição de repersonalização e de manutenção de uma herança africana, Carlos Lima propõe como condição fundamental para a construção de um sodalício negro “a conjugação entre profundidade geracional e formação da comunidade cativa”.³⁵ Era o convívio que se construía com o tempo o principal veículo capaz de criar um ambiente de trocas, alianças e solidariedades para, conseqüentemente, levantar um palco capaz de fixar em uma localidade a presença ativa de um grupo com poder de barganha suficiente a ponto de se congregarem em torno de uma irmandade.

³⁵ LIMA, Carlos A. M.; MOURA, Ana Maria da Silva. Op. Cit. p. 44.

Considerando que a organização e fortalecimento da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes ocorreu somente na década de 1860, depois de mais de meio século de existência, isto significa que foi somente neste período que os confrades adquiriram força e representabilidade, no instante em que atingiram um grau de convivência e união construída no tempo. Momento em que Morretes já estava bastante envolvida com a atividade de exportação da erva-mate e com um contingente de cativos com profundidade geracional suficiente para estabelecer alianças. Contudo, este contingente ainda era pequeno demais para criar uma irmandade essencialmente negra, com privilégios exclusivos à comunidade de cor local.

1.3 ENTRE AS OBRAS DA CAPELA DE SÃO BENEDITO

No ano de 1863 a grande preocupação da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes era erguer uma capela própria. Assim mandava o seu vigésimo primeiro artigo do compromisso:

Artº 21º A irmandade logo que tiver sobras de suas despesas aplicará para a fundação d'um templo, com a invocação do Glorioso Patrono.³⁶

A ereção de um templo próprio sempre foi sinônimo de independência para as confrarias. Até então era provável que a Irmandade do Glorioso São Benedito estivesse lotada na igreja matriz, Nossa Senhora do Porto dos Morretes, local onde já estava instalada outra confraria, a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora do Porto dos Morretes. Algumas confrarias passavam anos promovendo reuniões em altares laterais de matrizes ou em igrejas administradas por irmandades maiores. A ocupação deste espaço nem sempre foi feita sem disputas, onde eram flagradas as relações autoritárias que marcavam esta dependência. Seguindo o raciocínio de Célia Maia Borges, “ter um lugar era assim uma forma de marcar fronteiras e afirmar uma identidade própria capaz de contrapor aquilo que é nosso ao que é dos outros”.³⁷ Obvio que a construção de capelas não se fazia com pouco esforço, em qualquer lugar ou de qualquer forma. O espaço escolhido devia ser estratégico, de forma que estes templos

³⁶ PNSPM. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1863. fls. 6 -7.

³⁷ BORGES, Célia Maia. Escravos e libertos nas irmandades do Rosário. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. p. 150.

assumissem um papel de destaque nas paisagens de uma vila, por menor e mais pobre que esta fosse. A citação abaixo, uma provisão do bispado de São Paulo enviada para a Matriz Nossa Senhora do Porto dos Morretes, refletia bem esta preocupação com o lugar:

A Sebastião Pinto do Rego, por missão de Deus e da Sta Sé Bispo de S. Paulo do Conselho de S. M. O Imperado Comd. Da Ordem de Christo
Aos que esta Nossa Provisão virem saúde e benção com o Senhor. Fasma saber q attende nós ao que por sua petição nos representou a Irmandade de São Benedito erecta na Va de Morretes deste bispado havemos por bem pela preze [presente] conceder lhe facultade pa [para] que possa ereger e fundar uma Capella dedicada ao mesmo Santo, com tanto que seja em lugar alto, livre de humidade, e que tenha ambiente em roda para poder andar Procisão o qual lugar será designado pelo Mto Rdo Parocho, na forma da Constituição do Bispado, e na mesma ã se poderá celebrar os officios Divinos cem nova provisão Nossa para a qual procederá informação do Mmo Rdo Parocho sobre a capacidade e decendia da mesma Capella, Esta será registrada no livro digo será apresentada ao Mmo Rdo Parocho que a registrará no Livro do Tombo da Matris para a todo o tempo constar. Dado em a Câmara Episcopal de S. Paulo, sob o sello das Nossas demas e signal do Nosso Mto Rdo Dor Provisor e Vigro Geral aos 19 de Maio de 1863. E eu Cônego Antonio Augusto de Araújo Munis, Escrivão da Câmara Episcopal a subscrevi.³⁸

Ficava claro a ênfase num “lugar alto, livre de humidade, e que tenha ambiente em roda para poder andar Procisão”. Parte de uma preocupação em fazer uma capela com todos os itens para bem atender a comunidade católica, com boa capacidade interna para acolher fiéis e com espaço externo suficiente para os eventos que externalizavam a religiosidade. Foi, então, escolhido um terreno na entrada da Vila de Morretes, ao fim da Estrada da Graciosa que foi responsável pela ligação entre o planalto curitibano e o litoral paranaense até boa parte do século XX. A Estrada da Graciosa era a melhor para as tropas que desciam de Curitiba, carregadas de erva-mate que eram beneficiadas no litoral. Isto significava que todo o viajante que adentrasse a vila de Morretes por terra, descartando a travessia pelo Rio Nhundiaquara que nem sempre podia ser feita por ser um rio de difícil navegação, haveria de passar em frente à Capela de São Benedito. Não só a obra devia carregar um valor simbólico, mas também o espaço onde era construída, às portas da entrada da vila, como se estivesse recepcionando todos os que ingressavam naquelas paragens.

Ao pároco foram delegadas as funções de escolher o terreno e comunicar o Bispado de São Paulo sobre a capacidade e decoro do templo. A mão firme da igreja sobre a irmandade era deferida pelos oitavo e décimo segundo artigos do compromisso de 1863:

³⁸ PNSPM. Provisão do Bispado de São Paulo encontrada junto ao Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes, enviada à Matriz de Nossa Senhora do Porto dos Morretes em 1863.

Artº 8º A irmandade sera dirigida por uma mesa composta dos membros seguinte = Reverendo Vigário que sempre será o presidente, Juiz, Escrivão, Thesoureiro, Procurador e dose irmãos de mesa. [...]

Artº 12º: Compete ao Reverendo Vigário pedir a meza mantendo a ordem, fiscalizar a cond ucta dos empregados e participar a meza. Nomear qualquer empregado pelo impedimento do effectivo convocar a mesa todas as vezes que for necessário o bem da Irmandade.³⁹

A presidência da irmandade passava a ser um monopólio do pároco local. Era a flagrante intenção de impor uma fiscalização ao andamento dos negócios confrariais. A segunda metade do século XIX foi marcada pelo movimento de Restauração Católica. Tratava -se, segundo Arthur B. Rambo, de uma reação da Igreja Católica frente à expansão do pensame nto iluminista que, desde o contexto do século XVIII, pregava abertamente a separação dos negócios seculares e espirituais. “A base do Projeto da Restauração Católica teve como um de seus pilares -mestre uma cuidadosa organização paroquial e comunitária”.⁴⁰ Era preciso cuidar de perto dos pequenos rebanhos, as irmandades, principalmente, como grupos de prestígio político e social em qualquer paróquia, precisavam estar sob controle firme da igreja. No caso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes isto foi concretizado com a imposição do pároco como único membro vitalício da mesa diretora. Estava autorizado a fiscalizar todos os empregados, nomear outros no caso do impedimento de alguns e, encarregado pelo bispado de São Paulo, de acompanhar as obras de construção da capela.

Arrecadar fundos para a construção ao mesmo passo em que era necessário dar seqüência às obrigações da irmandade para com seus irmãos mortos e vivos exigia antes de tudo boa administração, além de boa vontade. Neste sentido, em 1866, os gastos empreendidos na obra foram questionados pelo promotor Carlos José Pereira Bastos. A série de erros no livro de receitas e despesas, no livro de recibos, os espaços em branco no fim de algumas folhas que não foram anulados, segundo o promotor, davam “lugar a suppõr-se a existência da má fé”.⁴¹

No livro de annuaes foi lançada a entrada de irmãos em 1814 depois da dos irmãos entrados em 1865; neste livro a sua escripturação começou por onde as outras acabão, tendo alem disso borrões, emendas e raspaduras; a maior parte dos irmãos estão atrasados em os seus annuaes.

³⁹ PNSPM. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1863. fls. 4 -5.

⁴⁰ RAMBO, Arthur B. Restauração católica no sul do Brasil. In Revista História: Questões & Debates, Curitiba, n. 36, p. 292.

⁴¹ PNSPM. Livro de receitas e despesas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1866. fl. 36. Os autos foram escritos pelo promotor no próprio livro de receitas e despesas.

Nada disto foi visto nem ouvido pela meza a q só faltou elogiar o seu thesoureiro pela limpeza, ordem, zelo, ciência e habilidade em seu emprego.⁴²

Esta forma criteriosa como foi examinada os livros da irmandade demonstrou que seria necessário uma reforma urgente na maneira de administrar os negócios, principalmente maior zelo com as anotações. Estas eram responsabilidades do escrivão e do tesoureiro conforme os artigos décimo terceiro e décimo quarto:

Artº 13º Compete ao escrivão escrever nos livros da Irmandade tudo o que for necessário, digo, o que lhe for ordenado a bem da Irmandade. Rubricarem os documentos das contas que prestarem o Thesoureiro e o procurador, apresentar em mesa depois da festa a relação de devedores, Convidar por Ordem do Reverendo Presidente as outras irmandades para acompanhar procissão; ter sobre sua guarda os livros e outros papéis que pertencer a irmandade. Artº 14º Compete ao Thesoureiro substituir ao Presidente da meza ter sob sua guarda o dinheiro, jóias e alfaias da Irmandade que lhes serão entregues por inventário escripto em livro próprio e zelar dos que entregar ao Procurador para o culto divino. Prestar contas de sua administração na forma do artigo 11º, cuidar no que for mister para a festa do Glorioso Patrono na Conformidade do artigo 10º Mandar diser as missas e pagar as despesas ordenada no art 7º entregar as quantias que lhe for ordenado pela meza.⁴³

Não cumprindo à contento os artigos supracitados, ainda em 1866, o tesoureiro Antonio José Malheiros foi exonerado do cargo, substituído pelo promotor interino de Capelas e Resíduo, o Capitão Francisco Antonio da Costa Nogueira. Se houve fraude, má fé como supôs o promotor Pereira Bastos, é impossível saber, mas era notável a falta de critério nas anotações feitas até este ano. A pequena devassa lançada sobre a irmandade melhorou, e muito, a escrituração dos livros, que se tornaram cada vez mais limpos e inteligíveis daí por diante.

A pequena devassa que analisei, foi obra de um promotor, legítimo representante do Estado agindo em nome deste sobre uma irmandade leiga. Um estudo de Alisson Eugênio demonstrou uma relação tensa entre irmandades negras de Minas Gerais e visitantes eclesiásticos que, no século XVIII, promoveram a fiscalização dos livros destas instituições. O discurso dos eclesiásticos manifestava a reprovação sobre o costume de direcionar as verbas muito mais para as festas em detrimento de outras atividades que priorizavam a prática da caridade. Neste caso, a devassa foi promovida por legítimos representantes da Igreja.⁴⁴ O

⁴² Idem., fl. 36.

⁴³ PNSPM. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1863. fls. 5 -6.

⁴⁴ EUGÊNIO, Alisson. Tensões entre os Visitadores Eclesiásticos e as Irmandades Negras no Século XVIII Mineiro. In Revista Brasileira de História, São Paulo, 2002, v. 22, nº 43, pp. 33 -46.

interesse manifesto da Igreja e do Estado em agir sobre estas confrarias se fez pela importância social que representavam.

Caio César Boschi, ao pesquisar as irmandades de Minas Gerais, notou ser difícil distinguir as funções religiosas e sociais destas instituições.⁴⁵ Porém, a falta de delimitação entre o campo espiritual e o secular foi fenômeno típico e remanescente do período colonial. No século XIX a aprovação de um estatuto ainda dependia da autorização do bispado e do governo provincial. Ou seja, ainda naquele contexto permanecia a instituição do Padroado pelo menos como um mecanismo regulador entre a Igreja e o Estado.

A ação da promotoria ainda analisou minuciosamente alguns itens pontuais do compromisso da irmandade da Vila de Morretes, e em 11 de junho de 1866 escreveu:

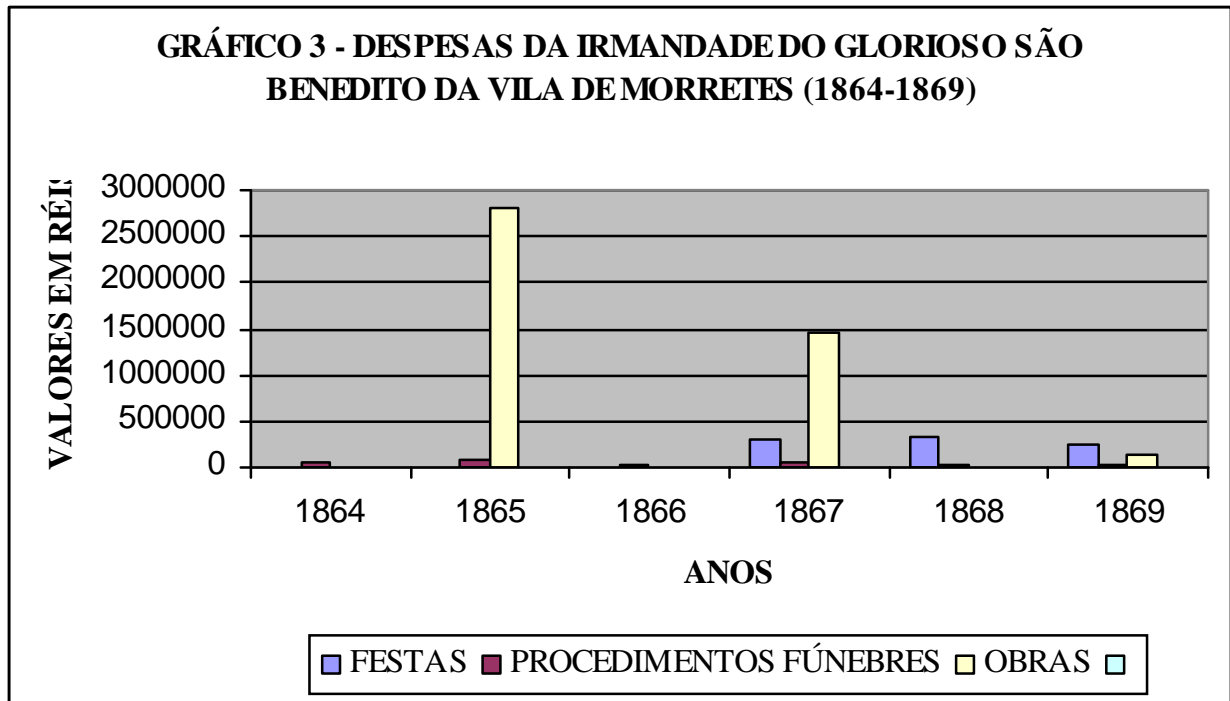
A meza, mal interpretando o art. 21 do Compromisso, em 15 de janº de 65 nomeou uma comissão p^a ver terrenos próprios p^a a fundação de um templo e cemitério; em 29 do mesmo mês authorizou o thesoureiro a compra dos mesmos e materiaes precisos p^a as obras até onde dessem os fundos em caixa e os que se fosse recebendo. Em 23 de abril do mesmo anno nomeou uma comissão para agenciar donativos em auxilio das obras; em 23 de julho porem o thesoureiro declarou que estão gastos os fundos e pediu a meza providencias, as quais forão dadas no sentido de que o thesoureiro fosse adiantando as quantias precisas para as obras sem ônus algum, os quaes ser-lhe-hião pagos pelos saldos que em favor da Irmandade verificavam na prestação de contas. Já o Compromisso, art. 21, diz q a Irmandade, logo que tiver sobras de suas despesas, applicará p^a a fundação de um templo etc. nesta disposição do compromisso com os princípios racionaes quer dizer a essas sobras serão guardadas para esse fim, e serão applicadas, quando forem sufficiente p^a a edificação do templo; mas não quer dizer que qualquer saldo tenha logo applicação na edificação; porque então o templo levari a em construção 20 ou 30 anos, as despesas serião maiores e no fim d'esse tempo os seus alicerces estarião gastos pelo tempo, alem de apparecerem algs annos sem saldo algum da Irmandade para ser n'elle applicado [...] ⁴⁶

Foi patente na documentação analisada o sentido da crítica do promotor Carlos José Pereira Bastos. Em 1865 os gastos começaram sem qualquer planejamento, projeto de obra, orçamento, pelo menos nada disso constava nas atas de reunião. A obra iniciou sem a existência de um saldo suficiente para dar conta de toda ela, foi um negócio bastante arriscado. Foi necessário recorrer ao tesoureiro para que este, por sua conta, suprisse a lacuna financeira com um empréstimo. Por isso este cargo era estratégico na organização interna das confrarias, era necessário eleger uma pessoa de posses. Solicitar ao tesoureiro que preenchesse os cofres da

⁴⁵ BOSCHI, Caio César. Os Leigos e o Poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 24.

⁴⁶ PNSPM. Livro de receitas e despesas da Irmandade d o Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1866. fls. 36 - 37. Os autos foram escritos pelo promotor no próprio livro de receitas e despesas.

irmandade com empréstimos não teria sido uma prática incomum, há apontamentos de casos semelhantes em Minas Gerais no século XVIII.⁴⁷ Contudo, a promotoria tratou de esfriar as obras que então ficaram paradas por pouco mais de um ano.



FONTE: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PORTO DOS MORRETES. Livro de recibo de despesas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/nº.

Como se vê no gráfico 3, acima, o ano de 1864 fez parte de uma fase de reestruturação da confraria, o compromisso havia sido reformulado no ano anterior e enfatizou a tarefa de construir uma capela própria. Portanto, não houve festas, apenas gastos com os procedimentos fúnebres de irmãos. Da mesma forma, em 1865, a festa foi sacrificada para unir forças para as obras. Quase todos os gastos deste período apontavam para a aquisição de materiais de construção, principalmente pedras, embora os dados que construíram a coluna de obras se refiram também a cal, areia, frete e mão-de-obra, na maioria de jornaleiros livres e um caso esporádico de escravo alugado pela irmandade. O ano seguinte, 1866, foi marcado pelos contratempos entre a promotoria pública e a tesouraria da irmandade, como foi anteriormente exposto, resultando no

⁴⁷ EUGENIO, Alisson. Fragmentos... Op. Cit. p. 94.

afastamento do tesoureiro e na interrupção da obra. Esta foi retomada em 1867 com a volta do tesoureiro afastado, momento em que também as festas foram reincorporadas pela instituição.

As despesas das festas não foram arroladas pelo promotor Pereira Bastos até porque nos anos de 1864 e 1865 não aconteceram, o cerne principal de sua crítica era a falta de planejamento das obras. Em 1866, suas palavras foram proféticas, afirmando que “o templo levaria em construção 20 ou 30 anos”. Prova disto é o que foi escrito na ata de 1882:

Acta da reunião da Irmandade de São Benedito como abaixo se declara:

Aos doze dias do mez de Novembro do ano de mil oitocentos oitenta e dois, no Corpo da respectiva Igreja sob a providencia do Irmão Thesoureiro declara-se aberta a sessão para se tratar de negocio consenrentes a referida Irmandade a copia de um officio que em nome da Irmandade foi deregido aos Srs Deputados Provincial Doutores Manuel Ephrazio Correia, Jose Pereira dos Santos Andrade e ao Major Joaquim Antonio dos Santos; cujo officio é o theor Seguinte: Illmos Senrs Os abaixo assignados em nome da irmandade de São Benedito da Cidade, vem perante V SS^{as} com a devida consideração cumprir uma missão que lhes foi comferida pela mesma irmandade, pelo que elles se achão desde já lezonjeados, em tendo bom acolhimento de VSS^{as}. O motivo pelo qual a attuação de VSS^{as} é tomada [?], é o seguinte: Foi pelo Governo provincial em o ano de 1870, esta irmandade contemplada com a verba de 1:000:000 reis para auxiliar as despezas das obras da Sua Igreja, esta emportancia porem, não tem sido posta em effeito, por falta, talvez, de sobras dos Cofres Provinciaes, o que tem feito com que as referidas obras não tenham tomado um empenho vantajoso, assim pois, o s abaixo assignados entercedem o valiozo auxilio de VSS^{as} para de acentto patrocinarem a irmandade na prezente sessão da Assembleia Legislativa Provincial, afim de que seja realezada a verba votada. Esperão pois, os abaixo assignados que com a prestigiozo a uxilio de VSS^{as}, será brevemente realezada a entrega do auxilio dado a esta irmandade e fazem votos pelas prozperidades de VSS^{as} de quem Deus guarde. Morretes 11 de Novembro de 1882. Illmos Excmos Dr Miguel Ephrazio Correia, Jose Pereira dos Santos Andrade , Major Joaquim Antonio dos Santos. Em seguida a meza descutio e approvou por unanimidade de a seguinte resolução. Fica o Thesoureiro auctorizado a derrubar o arco grande e reconstruirl -o visto como é de utilidade para o aformozamento das obras que estão construindo, e alem disto estar o referido arco partido podendo ser mais tarde prejudicial aos interesses da irmandade. [...] ⁴⁸

A citação é longa por se tratar de uma ata que explicava situações específicas. Em primeiro lugar, no ano de 1882, dezessete anos após as primeiras compras de materiais para o levantamento do templo de São Benedito, a obra ainda estava inacabada. Porém, o espaço já era utilizado para reuniões e cultos da irmandade. Em segundo lugar, a precariedade da capela ficava evidente com a permissão concedida pela mesa para a derrubada do “arco grande”. Pagava -se o preço da falta de planejamento e da construção levada sempre de forma provisória, feita aos poucos e com recursos incertos. Por fim, foi lembrado na reunião que o próprio governo

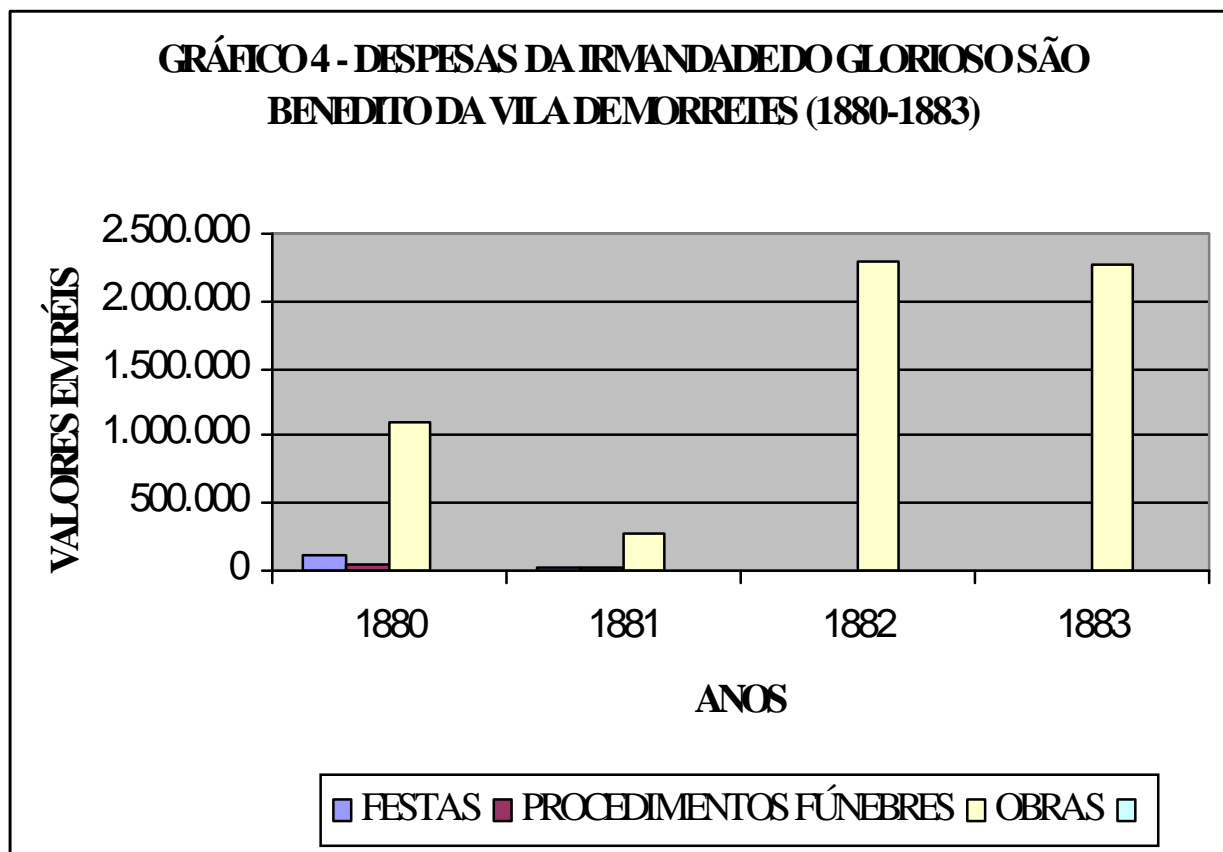
⁴⁸ PNSPM. Livro de atas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/n. fl. 8.

provincial, em 1870, havia resolvido ir em auxílio de algumas paróquias, financiando as obras de igrejas inacabadas. Contudo, o auxílio foi direcionado às paróquias diante de algumas restrições.

[...] Deve principiar-se d'ora em diante a distribuição pelas que estão começadas, depois pelas das cidades, em seguida pelas das villas e finalmente pelas das povoações mais importantes, preferindo aquellas, para cujas obras o povo contribua igualmente com o governo para as suas despesas. Dar 1:000\$000 para uma e 600\$ ou 800\$000 para outra sem attender a qualidade e valor das obras, sem plantas, orçamentos e informações é arriscar a que não se alcance resultado e continuem as cousas como estão.⁴⁹

Era justamente essa verba que a mesa da irmandade requeria enviando uma carta à Assembléia Provincial em 1882, doze anos após o relatório supracitado. Porém, conforme a escrituração do relatório provincial, não se deveria arriscar com obras sem plantas e orçamentos, e ao que parece a Irmandade de São Benedito não cumpria com estes requisitos. Talvez seja esta falta de organização nas obras a explicação mais coerente para o fato de não ter sido beneficiada com o financiamento do governo da Província do Paraná.

⁴⁹ PARANÁ. Relatório do Presidente da Província do Paraná, o presidente de província Affonso de Carvalho em relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1870. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1870. pp. 17 -18. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/rel_1870_a_p.pdf > Acesso em: jul. 2008.



FONTE: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PORTO DOS MORRETES. Livro de recibo de despesas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/nº.

O início da década de 1880 foi um período em que as maiores despesas de obras foram gastas com mão-de-obra. Ao que tudo indica os festejos foram novamente sacrificados nos anos de 1882 e 1883 em virtude da canalização das verbas para a concretização das obras. A ata abaixo, é prova cabal do manejo que se fazia, adiava -se festas para privilegiar as obras.

Acta da reunião da Irmandade de S. Benedito para eleição da Nova Meza e outros assumptos como abaixo se declara.

Aos vinte e cinco dias do mez de Dezembro de 1880, reunidos no corpo da respectiva Igreja os irmãos infraescriptos, sob a presidência do irmão Thesoureiro, declara -se aberta a Sessão. [...] Pelo irmão Juiz, Pedro Stanislaio da Sª, foi declarado que entrava com a jóia constante do compromisso visto não lhe ser possível fazer a festa e por parte da Juíza D. Maria Benedª de Loyola e Oliveira fez igual declaração o irmão Antonio D de Barros. A vista d'isto resolveu a Irmandade mandar diser uma Missa resada no dia 1º de janeiro p entrante, uma vez que os cofres não supportam maior despesa, e ainda porque muito convem proseguir -se nas obras da Igreja já encitadas. [...] ⁵⁰

⁵⁰ PNSPM. Livro de atas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/n. fl. 2.

Entre os confrades de São Benedito parece ter existido um consenso sobre a importância do levantamento do templo, que por sinal continuava em reformas constantes, mesmo sendo as festas e os procedimentos fúnebres as principais balizas de qualquer instituição congênere. Era preciso marcar o espaço simbólico e social com a criação do templo.

FOTO DA CAPELA DE SÃO BENEDITO – MORRETES (PR)



FONTE: in <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/>

1.4 AS FESTAS DE SÃO BENEDITO

Através do gráfico três foi possível abstrair a ênfase nos festejos em detrimento dos procedimentos fúnebres. Tratava-se de apenas uma festa que se fazia no início do ano, embora o estatuto da confraria estivesse marcando os festejos para o vinte e cinco de dezembro. Os gastos envolviam música com contratação de orquestra e compra de dúzias de foguetes, eram bastante onerosas estas despesas. Isto explica o fato da coluna de festas superar primeiramente coluna de procedimentos fúnebres em 1867, para ser a maior despesa da confraria em 1868 e 1869, momento em que as obras diminuíram de ritmo. Isto tudo pode ficar mais claro com a observação e a comparação de alguns dados do livro de recibos de despesas:

Recebi do Sr. José Antonio Malheiros a qta de 130\$000 proveniente de Muzica para a festa.
Morretes 7 de janrº de 1869
Francº Igncº dos Santos

Recebi do Sr. José Antonio Malheiros a quantia de 15:000 R preveniente de preparar o andar
para a Porção do Glorioso S. Benedito.
Morretes 7 de Janeiro de 1869

Recebi do Sr. José Antº Malheiros a quantia de Cinco mil reis proveniente ao meu trabalho de
ajudar na festa.
Morretes 11 de janrº de 1869
O Sacristão Mel Leocadio Huiz⁵¹

Nesta citação ainda não constam todos os gastos da festa de 1869. E é muito provável que, em conjunto com as despesas feitas pela irmandade, alguns confrades também dispensassem doações para o melhor andamento das festividades. É importante notar os gastos empreendidos com a música, no valor de cento e trinta mil réis. Em Minas Gerais,

“os sermões, a missa cantada e a música, por exemplo, aparecem recorrentemente nas fontes com os quais as associações religiosas, de um modo geral, e em particular a dos escravos e dos libertos, gastavam boa parte de seus recursos, sobretudo para o pagamento dos músicos”.⁵²

Esta era, sem dúvida, a maior despesa, superava em pelo menos trinta e duas vezes um funeral da confraria no mesmo mês.

Recebi do Srº Jose Antonio Malheiros Thesoureiro da Irmandade de São Benedito desta Villa, a quantia de três mil reis proveniente do acompanhamento e recomendação da Irmã Antonia de Oliveira digo de Custódia liberta, e por verdade faso a presente Morres 5 de Janeiro de 1869
O Vigrº Domingos Leite de Mesquita

Recebi do Srº José Antº Malheiros Thesoureiro da Irmandade de S. Benedito desta Villa, a qtª de um mil reis proveniente do funeral da Irman Custodia, liberta e por ser verdade passo o presente Morretes, 11 de janrº de 1869
Manoel Leocadio Huiz⁵³

Ao todo o procedimento fúnebre da irmã, a liberta Custódia, custou quatro mil réis, sendo três mil pelo acompanhamento e recomendação pagos ao vigário Domingos Leite de Mesquita e, outros mil réis, para o sacristão Manoel Leocadio Huiz. Apenas com a despesa da música era

⁵¹ PNSPM. Livro de recibos de despesas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1869. fl 21.

⁵² EUGENIO, Alisson. Fragmentos... Op. Cit. pp. 86 -87.

⁵³ PNSPM. Livro de recibos de despesas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. fl. 21. 1869.

possível cobrir o funeral de trinta e dois irmãos que fossem recomendados e acompanhados como Custódia.

É lamentável que nada tenha sido encontrado, até o presente momento, que possa ilustrar melhor as festividades de São Benedito do que das atas de eleições da irmandade. Tudo o que é possível afirmar está baseado nestas documentações onde era patente a eleição de reis e rainhas, além de uma pequena corte festiva composta por um capitão de mastro e uma alferes de bandeira.

[...] Eleição dos empregados da Irmandade do Glorioso S. Benedito que tem de servir no anno compromissal de 1877 à 1878:
Juiz: Antonio Polidoro
Juíza: D. Amerinda Andréa de Moraes Santos
Rei: Venancio Bahia
Rainha: Maria Luiza Ferreira
Capitão de Mastro: Pedro Domingos
Alferes de Bandr^a: Bento, escr^o de D. Justina Rodres da Trindade
Thesoureiro: Joaquim Fernandes de Amorim, reeleito
Escrivão: José Ricardo da Cruz
Procurados: Benedicto Dindin, reeleito
Andador: Camargo Vieira dos Santos, reeleito [...]⁵⁴

O cargo de alferes de bandeira, por exemplo, responsável pelo carregamento da bandeira com as insígnias da irmandade, era exercido pelo escravo Bento. Esta função parece ter existido também em lugares com intensa presença de escravos africanos como Cuba.⁵⁵ E é muito provável a hipótese de que os cargos de rei e rainha também fossem monopolizados por pessoas de cor, muito embora existisse a presença de todas as cores e condições na Irmandade de São Benedito.

Ao analisar as festas de reis em irmandades negras, Marina de Mello e Souza afirmava que o tempo tratou de inserir nestes folguedos a participação de mestiços e brancos, deixando gradativamente o sentido de identificação com a “África natal mitificada, para servir de espaço de expressão de comunidades unidas mais pela sua condição social do que pela particularidade étnica. Os cargos reais, entretanto, continuaram privativos dos negros[...]”.⁵⁶ Pesquisando festas congêneres, promovidas por irmandades do Rosário nas Minas Gerais do século XVIII, Célia

⁵⁴ PNSPM. Ata da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1877.

⁵⁵ SOUZA, Marina de Mello e. Reis negros no Brasil escravista. História da Festa de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 170.

⁵⁶ Idem., p. 322.

Maia Borges registrou a dignidade conferida pelo cargo de rei do Congo. Mesmo sendo o rei um escravo, era investido de prestígio “não só junto dos seus pares como frente à comunidade”.⁵⁷

No litoral paranaense, ainda no século XVIII, algumas festas de santos derivavam em rodas de fandangos, bailes populares com participação maciça das pessoas de cor, o que não era visto com bons olhos pelas autoridades da Comarca de Paranaguá, na qual a pequena Morretes estava inserida.⁵⁸ Ao crer nas afirmações do historiador Magnus R. M. Pereira, o fan dango “era uma manifestação exclusiva dos negros”.⁵⁹ Ficava por conta das autoridades locais reprovar os exageros cometidos nestes eventos por pessoas “não -morigeradas”.

Se os excessos de fato aconteciam, não eram motivos suficientes para impedir que fosse o momento de externalização de toda a simbologia e autoridade que emanavam das irmandades. Um momento único onde a devoção ao santo patrono ganhava também outros sentidos, a saber, a reafirmação da importância do grupo dentro de sua comunidade, a renovação das alianças feitas no pacto compromissal de ser irmão, o reconhecimento de todos aqueles confrades como pessoas inseridas e necessárias na vivência cotidiana. O momento da festa transcendia as ordens estabelecidas como o cativo, por exemplo, não como uma simples fuga do dia-a-dia, mas como uma “(re) definição e a (re) construção de relações de identidade e poder internos ao grupo”.⁶⁰ Justificando toda a despesa financeira que era feita em nome de tais festividades .

Todo caso, as festas de São Benedito aqui analisadas, no contexto da segunda metade do XIX, pareciam muito disciplinadas. Lembrando que, entre outros elementos que fizeram parte do programa da Restauração Católica, priorizava-se “a pureza da doutrina, a observância da disciplina religiosa e da vida sacramental”.⁶¹ As ações da Igreja e do Estado ao longo deste século afetaram estas práticas festivas. E era através delas que “vivia-se um catolicismo sentido como verdadeiro”.⁶²

1.5 CROQUI DA MORTE

Até meados do século XIX a Igreja e as irmandades mantinham quase um monopólio sobre os negócios funerários, garantiam à sua maneira um enterro respeitável. Com o devido

⁵⁷ BORGES, Célia Maia. Op. Cit. p. 177.

⁵⁸ PEREIRA, Magnus R. M. Semeando Iras Rumo ao Progresso. Curitiba: Editora da UFPR, 1996. p.161.

⁵⁹ Idem., p.163.

⁶⁰ EUGÊNIO, Alisson. Tensões... Op. Cit. pp. 45-46.

⁶¹ RAMBO, Arthur B. Op. Cit. p. 303.

⁶² SOUZA, Marina de Mello e. Reis negros no Brasil escravista. História da Festa de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 323.

acompanhamento e de preferência em local considerado especial. Seguramente o lugar da sepultura poderia lembrar a posição social do falecido. O interior das igrejas, por exemplo, eram os espaços das famílias mais bem classificadas. Mariza de Carvalho Soares chegou a afirmar que, em “se tratando de pretos”, não existiria chão para tantos mortos.⁶³ Porém é necessário fazer uma ressalva, os chãos das igrejas não eram totalmente monopolizados pelos brancos e livres. Na Igreja da Penha, na Bahia, foi comum até 1819-1820 o enterro de crianças escravas no próprio corpo da igreja, como apontou João José Reis.⁶⁴ Em Morretes, na Paróquia Nossa Senhora do Porto, este costume perdurou até 1852. Dos oito escravos enterrados no espaço interno desta matriz, sete eram crianças, todas com um ano ou menos. Um adulto, de idade desconhecida, José, escravo de Inácio de Loiola, também foi enterrado dentro da igreja “por ser irmão de São Benedito”, em 1843.⁶⁵

Se a sepultura em chão sagrado, dentro da casa de Deus, foi privilégio de poucos, principalmente de homens livres, alguns escravos usufruíram desta benesse por estarem filiados às irmandades. Foi o caso de José, supracitado, confrade da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. A maior parte dos defuntos tinha outro destino, o adro, uma extensão do terreno das igrejas. Em Morretes, 83% dos falecidos, entre 1812 e 1852, foram enterrados neste local. Não sem razão as câmaras municipais e até o governo provincial procuraram incentivar a criação de cemitérios nas vilas do litoral paranaense, haja vista que os espaços ao redor das igrejas já estavam se esgotando em meados do século XIX. Assim o cemitério público de Morretes foi criado em 1848.

Em o 1.º do mez de Março se deu principio a obra do Cemitério publico desta Villa cerca da Igreja Matriz ao lado direito contendo o mesmo terreno 103 palmos de frente que foi todo amurado com hum muro de pedra e Cal feito, desde a frente da Igreja te unir a moradia asobradado do Cidadão o Tenente Coronel Modesto Gonçalves Cordeiro, arrematado o dito muro com Cimalha e hum portão no meio desta extensão arrematado de cimalha. O terreno do mesmo tem extensão em seu comprimento 148 palmos; fechado no fundo com outro muro de pedra e Cal tendo no meio outro igual portão ao da frente, esta obra foi acabada no mesmo anno e sua dispeza feita parte della com Subscrições dos Vereadores da mesma Câmara.⁶⁶

⁶³ SOARES, Mariza de Carvalho. Op. Cit. p. 143

⁶⁴ REIS, João José. A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século X IX. Companhia das Letras. São Paulo: 1991. p. 176.

⁶⁵ PNSPM. Livro de óbito nº. 2. fl. 88.

⁶⁶ SANTOS, Antonio Vieira dos. Op. Cit. p.452.

Mas ainda não era um espaço que priorizava o distanciamento entre vivos e mortos, estava “cerca da Igreja Matriz do lado direito”. Não se tratava de um cemitério geograficamente distante das moradias, estava anexo ao sobrado do Tenente Coronel Modesto Gonçalves Cordeiro. Todavia, foi todo cercado de muros, o que já caracterizava certa preocupação com o isolamento.

A criação de cemitérios, então, não era uma medida que deveria ser tomada apenas por questão espacial, mas principalmente por motivos de salubridade. A preocupação com a proliferação de epidemias levou o governo paranaense a incentivar a criação de cemitérios. O relatório do presidente da Província do Paraná, Zacarias Góes de Vasconcellos, de 15 de julho de 1854, era muito esclarecedor a este respeito:

A religião, não menos que a higiene, oppõe-se ao reprovado costume de se enterrarem nos templos cadáveres humanos; mas tal he a força dos hábitos e dos abusos, que ás vezes o medo pode fazer inclinar-se a balança em favor da razão e da experiência. Assim foi que o pavor da febre amarella em 1850 introduzio em Paranaguá, Antonina e Morretes, os primeiros ensaios de cemitérios, Forão, e são ainda, esses cemitérios obras imperfeitas e, por assim dizer, provisórias, e basta considerar que são elles anexos às igrejas em Morretes, Antonina, e mesmo em Paranaguá [...]⁶⁷

Um surto de febre amarela no litoral paranaense surgiu como um trampolim que impulsionou a mudança dos hábitos fúnebres. Enterrar cadáveres no interior dos templos ou em suas proximidades, em meados do século XIX, passou a ser motivo de reprovação por parte do governo provincial que falava sob a invocação da razão ilustrada e do empirismo. Alguns anos antes, em 1836, na Bahia, um conflito provocado pela lei que proibia enterros nas igrejas levaram muitas pessoas ligadas às irmandades a um frenético movimento de depredação de um cemitério particular. O caso ficou conhecido como “A Cemiterada”.⁶⁸ No Paraná nada parecido aconteceu. Assim as vilas do litoral paranaense - Antonina, Morretes e Paranaguá - criaram os primeiros cemitérios, mas sem se sobrepor às funções das irmandades locais que continuaram zelando pelos procedimentos fúnebres de seus confrades. O que parece ter ocorrido e que é digno de nota, é o fato de que estas instituições leigas tiveram de se adaptar aos cemitérios. A

⁶⁷ PARANÁ. Relatório do Presidente da Província do Paraná, o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos na abertura da Assembléia provincial em 15 de junho de 1854. Curitiba: Typ. Paranaense, 1854. p. 52. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/rel_1854_a_p.pdf> Acesso em: fev. 2008.

⁶⁸ REIS, João José. Op. Cit. pp. 13-48.

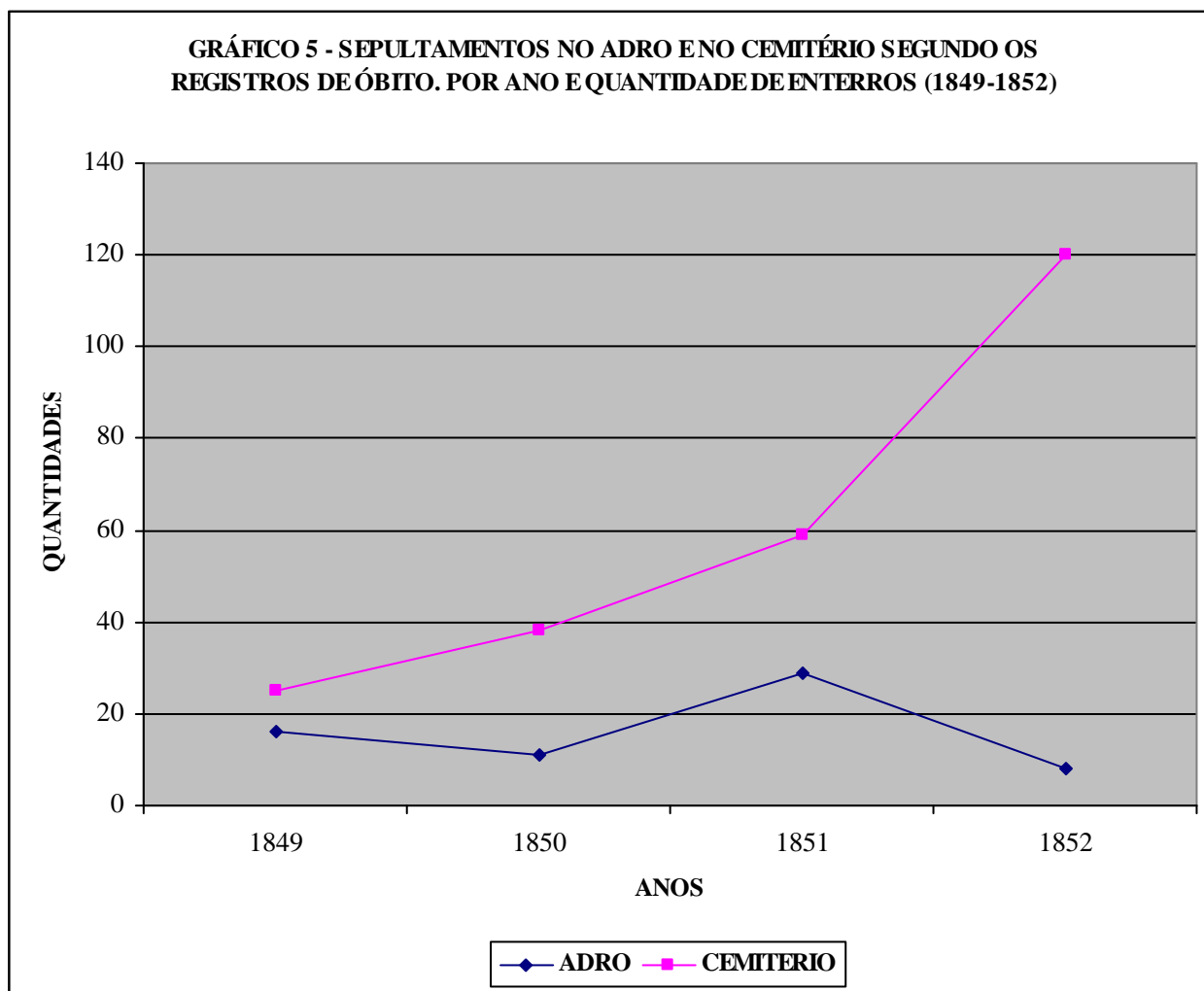
Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes, por exemplo, tinha suas catacumbas reservadas no cemitério público.

Assim como o presidente de província Zacarias Goes de Vasconcellos apontou para a proliferação da febre amarela no litoral paranaense em 1850, o cronista Antonio Vieira referia-se ao ano 1849. Tal fato, em conjunto com as informações contidas no anexo VI, supõe que os anos de 1849 e 1850 foram marcados por um surto epidêmico bastante grave.

Neste anno [1788] houve em Paranaguá a grande Epidemia de dezinterias sanguíneas amalignadas e com tal fúria se acçendeo que em breve dias faleçerão mais de 300 pessoas, em húa população deminuta que então não chegava a quatro mil pessoas, e porisso foi memorâda com o nôme de peste grande, cujos effluvios se forão aplacâdo depois que, a devoção e piedade dos habitantes se vio freqüentar o Terço do Ssmo. Rozario da Mão de Deos: este cruel flagelo e castigo, enviou ao Solo Brasileiro, porque foi geral em toda a costa, seme lhante a da grande peste da Bicha no anno de 1668, ou da peste reinante de febre amárella de 1849; infalivelmente deveria a povoação de Morretes, ser dezimada de victimas pela çegadeira foice da morte, ignorando a quantidade que perecerão com este açoite d o Céu, comtudo sendo o clima deste lictoral mais saudável a peste não penetraria em seus habitantes com tanto furor.⁶⁹

Com os novos costumes, entre 1849 e 1852 foi perceptível que, de forma até radical, o adro da matriz Nossa Senhora do Porto dos Morretes vai sendo preterido pelo cemitério. Este, por sua vez, não era tão mais distante da igreja, talvez por isso mesmo chamado pelo presidente Zacarias Góes de Vasconcellos de “ensaio de cemitério”, pois ainda estava longe da idealização urbanística pensada pela elite paranaense.

⁶⁹ SANTOS, Antonio Vieira dos. Op. Cit. p.56.



FONTE: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PORTO DOS MORRETES. Livros de óbito 3 e 4.

Na França, havia o costume de se ter dois cemitérios, um próximo da igreja e outro mais distante, advém do século XVIII. Mas a separação topográfica entre ricos e pobres continuava. “Para uns, igrejas e cemitérios, adjacentes ou próximos; para outros, o cemitério afastado e suburbano; segregação que anuncia o período contemporâneo”.⁷⁰ Em Morretes, por meados do século XIX, o costume de sepultar no adro da igreja foi desaparecendo rapidamente, como demonstra o gráfico 5, acima. Mas a ação das irmandades locais e mesmo de particulares desencadearam na reserva de um espaço especial no cemitério, as catacumbas. No período 1849 - 1852, de todos os duzentos e quarenta e seis enterros realizados no cemitério, apenas oito foram em catacumbas. Deste grupo seletos seis eram crianças com menos de três anos e uma jovem de

⁷⁰ ARIÈS, Philippe. O homem diante da morte. Volume II. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1982. p. 349

dezesesseis anos, todos filhos da elite local como apontam a titulação dos pais nos assentos de óbito. Além da velha Maria Rita de Lima que faleceu em 1852, aos cinquenta e quatro anos.⁷¹ Em vida fora casada com Inácio de Lóiola e Silva, proprietário de engenho de erva mate, de uma loja de fazendas e de onze escravos segundo a lista nominativa de 1836, patrimônio bastante razoável para os padrões deste pequeno povoado do litoral paranaense.⁷²

Quem pôde entrar numa irmandade ou de qualquer outra maneira custear catacumbas especiais assim o fez, e o croqui do cemitério assim permitiu. A preocupação com a morte estava expressa em testamentos tanto quanto circunscrita no cotidiano das pessoas. As mudanças nos costumes, portanto, não significaram de modo algum o fim dos sepultamentos e dos cortejos cheios de pompa, tampouco romperam com a elitização dos espaços fúnebres. Os enterros apenas passaram do adro da igreja para o cemitério público, o espaço da elite e das irmandades passou do corpo da igreja para as catacumbas.

1.6 O CONTROLE SOBRE A MORTE E OS PROCEDIMENTOS FÚNEBRES

Certifico e juro in sacres sacerdotes – em como disse cincoenta missas p. alma dos irmãos defuntos de S. Benedito da Villa de Morretes, de cujas missas recebi a esmola de um mil reis p. cada uma cuja importância recebi do irmão Thesoureiro Jose Antonio Malheiros e por clareza firmo a presente. Porto de Cima 26 de Maio de 1865 o vigário Pedro Jose Gomes da Cunha⁷³

Assim, em 1865, o padre Pedro Jose Gomes da Cunha foi devidamente pago para cumprir com uma das tarefas fundamentais de qualquer irmandade, promover o socorro espiritual rezando pela alma dos irmãos falecidos. Ser confrade, portanto, era um alento mesmo após a morte. As missas rezadas aos finados, bem como os cortejos fúnebres, eram rituais “de solidariedade para com o morto [...]”.⁷⁴ O sétimo artigo do compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes anunciava:

Artº 7º A irmandade mandara dizer todos os anos quinze misas pelas almas dos irmãos vivos e defuntos e aos irmãos que fallecerem Dara sepultura grátis pagando do seu cofre as des pesas da Igreja Parochial.⁷⁵

⁷¹ PNSPM. Livro de óbito nº. 4. fl. 14.

⁷² AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). SUBSISTEMA: JMF . FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835.

⁷³ PNSPM. Livro de recibos de despesas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. fl. 10. 1869.

⁷⁴ REIS, João José. Op. Cit. p. 144

⁷⁵ PNSPM. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1863. fl. 4.

O momento da morte foi, decididamente, o instante de maior ação das irmandades. “Não participar do préstito fúnebre era motivo para repressões de toda a comunidade confrarial, já que uma boa morte dependia da solidariedade dos vivos”.⁷⁶ Para não ser surpreendido pelo sopro final era necessário tomar todas as precauções cabíveis, para se ter uma “boa morte”. “Uma boa morte era sempre acompanhada por especialistas em bem morrer e solidários espectadores. Ela não podia ser vivida na solidão”.⁷⁷

Para os homens oitocentistas, no momento derradeiro ainda valia à pena lançar mão de todos os recursos para alcançar a salvação. Os testamentos eram impregnados de arrependimentos e de boas obras: reconhecimento de filhos bastardos, manumissão de escravos, pagamento de dívidas antigas, agradecimentos, doações, etc. Philippe Ariès alertou para a postura de reformadores protestantes e católicos que não deixaram de demonstrar certa desconfiança sobre as atitudes arrependidas que alguns cristãos tomavam em leito de morte. Mas sob “a influência dos costumes populares”, estas práticas permaneceram até o século XIX.⁷⁸

É evidente que nem todos conseguiam administrar com competência ou sorte a passagem para o outro plano. Em 1828, o pardo cativo Lino tinha seus cinquenta anos quando veio a falecer. Recebeu um enterro dos mais simples. Foi sepultado no adro da igreja matriz de Morretes, sem sacramentos porque morreu afogado após embriagar-se.⁷⁹ Assim como Lino, excetuando a condição de embriagues, temos o caso do escravo africano Vicente, natural do Congo. Morreu afogado em 1834, aos trinta anos, e também foi enterrado sem sacramentos no adro da igreja.⁸⁰ Vale lembrar que para muitos escravos africanos o suicídio através do afogamento funcionava como uma espécie de “batismo”, liberava a alma para a volta a África.⁸¹ “No interior do Brasil se rezava “pras arma das onda do má”, ou seja, pelos que morreram afogados. É um costume certamente aprendido do litoral, onde, no passado, não era doce morrer no mar”.⁸² Todavia, nos casos de Lino e Vicente, provavelmente não se tratava nem de suicídio e tampouco das “ondas do má”. As mortes foram acidentais e aconteceram em rios de água doce, que eram muitos na vila de Morretes. Entre 1812 e 1871 foram registrados quarenta e um

⁷⁶ BORGES, Célia Maia. Op. Cit. p. 169.

⁷⁷ REIS, João José. Op. Cit. p. 100

⁷⁸ ARIÈS, Philippe. Op. Cit. p. 333

⁷⁹ PNSPM. Livro de óbito n.º 2. fl. 35

⁸⁰ Idem., fl. 78

⁸¹ SLENES, Robert. “Malungu, ngoma vem!”. África coberta e descoberta do Brasil. São Paulo: Revista USP. N.º12. p. 54

⁸² REIS, João José. Op. Cit. p. 171.

afogamentos, tipo de acidente que impedia o recebimento dos últimos sacramentos, assim como os homicídios, as mortes de parto e demais acidentes imprevisíveis. Temia-se muito este tipo de morte, “a morte sem aviso, sem preparação, repentina, trágica e so bretudo sem funeral e sepultura adequada”.⁸³

Jozé P.

Aos vinte dias do mez de Agosto de mil oito Sentos e trinta e sete sepultei no Adro desta matriz de Nossa Senhora do Porto dos Morretes, a Joze, dizem natural da Villa de Coritiba, nada mais mesouberão dizer por ninguem o conhecer e o acharem morto no Caminho sem luzão algua; e foi por mim encomendado. De que fiz este assento.

O Vigrº Antonio Roiz de Carvalho⁸⁴

A morte clandestina, do viajante desconhecido, do errante sem nome, de todo tipo de gente sem endereço, também estava longe de tudo o que era almejado por um cristão. Jozé, se é que assim se chamava ou foi apenas uma nomenclatura improvisada para a redação do óbito, afinal ninguém o conhecia, era mais um anônimo sem sacramento, sem cortejo e muit o provavelmente uma alma sem missas e orações.

Aos oito dias de Outubro de mil oito centos e dezoito, foi sepultado no mato do districto desta Matriz de Nossa Senhora do Porto de Morretes, o cadaver de Rita Alves, filha legitima de João Alves, falecida de bexigas, de idade de quinze anos, mais ou menos. Sem sacramentos, porque não fui chamado, envolto em branco, e sua alma foi encomendado.

O Vigrº Jozé Joaqm Leite Pentiado⁸⁵

Rita Alves morreu sem sacramentos por não terem chamado o padre, ou quem sabe não acharam o reverendo a tempo, isto era muito comum. Contudo, este costume de enterrar no mato parecia bem pouco cristão. Seriam as “bexigas” contraídas que impediram a menina de ser enterrada pelo menos no adro? Acreditava-se que tal doença, por ser epidêmica, poderia infectar e atingir demais pessoas se o cadáver fosse dispensado próximo da igreja? O certo é que até o século XIX as epidemias eram freqüentes em regiões litorâneas como a de Morretes. E coincidentemente Rita deixava a vida num momento em que as mortes aumentavam substancialmente.

⁸³ Idem., 74.

⁸⁴ PNSPM. Livro de óbito nº. 2. fl. 57.

⁸⁵ Idem., fl. 5.

Em 1816 foram registrados quarenta e três óbitos, em 1817, quarenta e nove, logo em seguida, no ano de 1818, data do falecimento da menina Rita, foram arroladas noventa e cinco mortes. Em um ano ocorreu um crescimento de 51% no número de falecimentos, o que pode pelo menos sugerir um surto epidêmico na região. É notável que em 1818 houve um pico de mortes para depois passar para um período estável, até 1824. (Ver anexo VI)

O destino de algumas pessoas as impediu que escolhessem a maneira como desejavam fazer a passagem, seja por pobreza, por fatalidades e até mesmo pelas vias da epidemia ou da violência. Mas quando foram dribladas as artimanhas do destino, foi possível escolher e administrar os últimos instantes. A branca Custódia Rofina Pereira, por exemplo, morreu em 1841, solteira, com sessenta anos. Foi enterrada na porta “conforme a sua determinação”.⁸⁶

A intervenção das irmandades nos procedimentos fúnebres foi, até o século XIX, fundamental para garantir um último momento de prestígio aos finados. Na encomendação do irmão de São Benedito, Gerônimo Antonio de Araújo, falecido em 1864, houve missa com música. O velório, então, foi bastante dispendioso para a confraria como comprovava o livro de receitas e despesas.

Recebi do Senr Antonio Gonsalves do Nascimento como Thesoureiro nomeado no impedimento do atual a quantia de trinta mil reis 30:000 inportancia da muzica que tocou na missa e momento do dia 15 do corrente que a Irmandade do Glorioso S. Benedito mandou dizer pela alma do finado Irmão Geronimo Antonio de Araújo e por ser verdade passei este no que asina Morretes 15 de julho de 1864
Adriano Joze Francisco⁸⁷

Os gastos com música transformaram o procedimento fúnebre de Gerônimo em pelo menos sete vezes mais oneroso, a maioria dos enterros feitos sob a intervenção de São Benedito giravam em torno de quatro mil réis naquele mesmo período. Não era comum que a música fosse parte do velório de um confrade de São Benedito, este caso parece ter sido específico. Por certo era pessoa de destaque na instituição, foi um dos membros da mesa que assinou o compromisso de 1863. A hierarquia interna, portanto, deve ter sido um fator de distinção. Os cargos da mesa diretora eram posições de destaque que exigiam, por um lado, mais dedicação aos negócios confrariais e uma jóia de entrada maior que aquelas exigidas dos simples confrades, por outro

⁸⁶ Idem., fl. 69.

⁸⁷ PNSPM. Livro de recibos de despesas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1864. fl. 04-05.

lado isto implicava em maiores privilégios e maior pompa nos procedimentos fúnebres. As implicações de tempo e dinheiro no ato de ser irmão de mesa dificultavam a ascensão de escravos na hierarquia interna. Na maioria das vezes os livres monopolizavam as melhores posições da confraria. Mas isto não impediu que negros, pardos e até africanos participassem deste seletivo grupo que tomava a frente dos negócios da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes.

Através da análise das despesas com procedimentos fúnebres foi possível compreender que, se estava longe de ser o maior gasto comparado com festas e as obras da capela, como demonstram os gráficos 3 e 4, por outro lado era a principal função de solidariedade da instituição. Se não foi feita com a mesma pompa da festa ou como no excepcional velório do confrade Gerônimo, era de suma responsabilidade não deixar faltar nada neste momento. As festas foram adiadas em algumas oportunidades, os procedimentos fúnebres por motivos óbvios não podiam esperar, era necessária ação imediata da irmandade e seus confrades. O socorro espiritual era, sem dúvida, o maior comprometimento de qualquer irmandade. Rezar pelas almas dos irmãos falecidos foi como uma espécie de seguro contratado pelo confrade, o principal sentido da solidariedade confrarial.

2. OS VÍNCULOS SOCIAIS DOS IRMÃOS DE SÃO BENEDITO

2.1 AS PRÁTICAS ESMOLERES

A pobreza foi, segundo Bronislaw Geremek, dentro do espírito cristão, judaico, budista e islâmico, “um estatuto dignificante”.⁸⁸ Havia, de fato, pelo menos até o início da era moderna, um estatuto que exaltava a pobreza e outorgava sua existência social. Geremek, consultando crônicas, obras literárias e documentos medievais, constatou que

“[...] a valorização do conceito de pobreza segue a par a expansão das práticas de caridade. Os pobres sabem que lugar ocupam e que papel desempenham na ordem social enquanto criadores, pela caridade de que são objecto, da possibilidade de “ganhar” a salvação”.⁸⁹

O mesmo autor chegou a identificar a existência de dois tipos de pobreza. A pobreza voluntária, da qual os exemplos maiores foram Jesus Cristo e São Francisco de Assis, que se baseava na renúncia integral aos bens materiais e a entrega do corpo e da alma às práticas da penitência e da caridade, esta era a pobreza supervalorizada no contexto medieval. E a pobreza involuntária, fruto de uma origem humilde e de uma situação social precária, esta não tinha tanto amparo simbólico como a outra.

Muito embora a miséria fosse o alvo da caridade dos mais abastados, seguidamente também foi motivo de perseguição quando o pobre esmoler foi estigmatizado e entendido como vadio. Todavia, estes dois paradigmas da pobreza justificavam a existência dos segmentos sociais compreendidos no mundo cristão do baixo medievo. Em estatutos diferentes, cada qual tinha uma funcionalidade dentro de uma teia de relações sociais que englobavam esmolas e dádivas e contra-dádivas.

Ao analisar a sociedade baiana oitocentista, Walter Fraga Filho observou que os mendigos eram parte do cenário da cidade de Salvador. Nem sempre foram alvo do desprezo das pessoas, pelo contrário, o costume de dar esmolas fomentava aquela posição social. Sobrevivia, ainda no século XIX, a cultura medieval que expressava a devoção através das ações solidárias para com os pobres e todo o tipo de necessitado.

⁸⁸ GEREMEK, Bronislaw. A piedade e a força. História da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar Editores, Distribuidores e Livreiros, 1987. p. 13.

⁸⁹ Idem., p. 27.

Algumas famílias baianas mais abastadas “adotavam” mendigos específicos, aos quais protegiam ao longo do tempo. Havia, portanto, um costume reconhecido que integrava as pessoas mais pobres às mais ricas. “Podemos dizer que havia entre os mendigos e as outras camadas sociais uma relação bastante próxima. Proximidade esta que se inseria no contexto de relações mais amplas de domínio paternalista”.⁹⁰

O ato de esmolar estava, então, circunscrito no ambiente cristão vivido no Brasil oitocentista. A prática dos pedintes foi institucionalizada nas confrarias religiosas, imprescindível naquelas mais pobres. Sergio Chahon, em sua pesquisa sobre as irmandades brasileiras, anotou as esmolas como uma forma de fermentar as rendas destas instituições no início do século XIX. Havia pedidos de autorização direcionadas a Coroa Portuguesa para “tirar esmolas” nas ruas, com toda uma organização de como proceder e quando fazer os peditórios.⁹¹ A Coroa, porém, não admitia que as esmolas viessem a substituir a “verdadeira” fonte de rendas das irmandades, as entradas e as anuidades.⁹²

O cronista Antonio Vieira dos Santos, em meados do século XIX, deixava transparecer certa insatisfação em relação a forma dos peditórios em Morretes.

“A adoração que todo o vivente deve prestar a Divindade deveria ser pura e humilde e nunca ataviada com visos de vaidade e grandeza servindo só de húa illusão e o odorífero fumo exhalado deste Ensenso, nunca poderá subir ao throno da Divindade; e nem inda mesmo ser -lhe agradável a seus olhos. Si a festividade que se faz ao Divino espírito Santo desde a anteguidade he emblemática da ultima Çea que o divino Verbo deu a seus discípulos; e por esse motivo he feita com as Esmollas dos pobres para que são necessárias essa importunas folias girantes por todos os lugares, entrantes em todas das cazas; e no meio de decentes fa mílias incita-las a darem vantajoas esmollas com suas cantarôllas e improvisados versos muitas vezes obrigados por brio ou vergonha darem aquillo que não podem, instigados pelos elogios da vaidade, esmolla que vai perdida por não ser realmente voluntária, e porisso não he charitativa estas esmollas são depois convertidas em jogos, jantares e folguedos e talvez só directas e graves offensas de Deos; e quando chegue a volver ao dono da festividade nunca chega na metade e novamente se converte em fogos d’arti fíçio, muzica, e banquetes onde são chamados os magnatas principaes; e tudo isto feito por vanitas e vanitas, vaidade, e os pobres que também derão suas esmollas e que deverião ser os únicos da meza e são dellas excluídos [...]”⁹³

⁹⁰ FILHO, Walter Fraga. Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1995. p. 38.

⁹¹ CHAHON, Sergio. Aos pés do altar e do trono: as irmandades e o poder régio no Brasil (1808 -1822). Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1996. pp. 90 -106.

⁹² Idem., p. 95.

⁹³ SANTOS, Antonio Vieira dos. Op. Cit. pp. 75 -76.

Este foi um testemunho, um tanto revoltado, de Vieira dos Santos sobre os esmoleres da festa do Divino Espírito Santo. Os peditórios eram feitos de casa em casa, acompanhado de cantorias. Contudo, havia certa invasão do espaço privado das famílias. As pessoas que ganhavam as ruas com cantorias ingressavam no interior das casas e, através de uma abordagem tão intimista a maioria era induzida a colaborar. Claro que os cantores e esmoleres entravam nas casas a partir do momento em que fossem autorizados pelos seus proprietários, mas como funcionava na Folia de Reis, deixar os visitantes do lado de fora era considerado um ato de desrespeito. Isto, de certa maneira, parece que incomodava Vieira dos Santos. A colaboração era feita, pelo menos segundo este cronista, mediante certo assédio moral, não podia ser reconhecida como caridade. Todavia, acredito que esta prática já estava circunscrita no cotidiano daquela gente que vivia em Morretes. Pedir esmola, de porta em porta, previamente às festividades, era uma prática comum das irmandades. Os confrades que eram incumbidos desta tarefa deviam executá-la com o maior zelo possível, afim de angariar o máximo de esmolas para sustentar as atividades da confraria. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito de Curitiba, em 1851, deixava transparecer o importante papel dos irmãos esmoleres, eram considerados membros da mesa diretora:

Nos dias vinte e seis de dezembro, tem sido costume fazer a Irmandade os festejos sollenes de Nossa Senhora do Rosário, e sempre teve os empregados se guintes nomeados por eleição para servirem no anno próximo futuro: Rei, Rainha, Juiz, Juíza, Capitão de mastro, Thesoureiro, Procurador, Escrivão, Sacristão, Irmão de Meza, e Esmoleres, e também se tem recebido qualquer d'estes Empregados de promessa assim se deve continuar; [...].⁹⁴

A Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes, em seu compromisso de 1863, foi ainda mais específica:

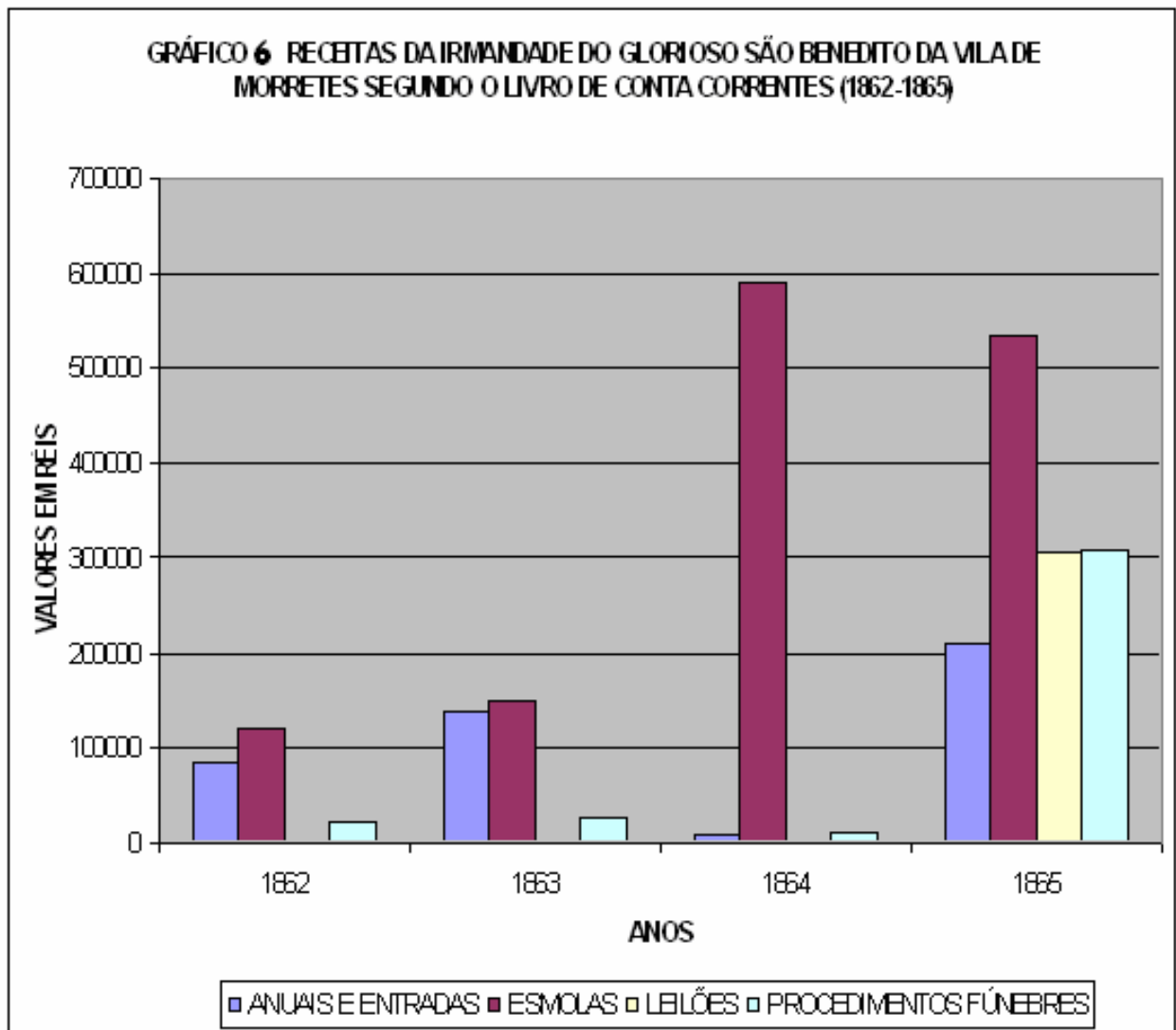
Artº 16º Aos irmãos de meza compete, assistir a todas as Mesas, Tirar esmolas nos Domingos e Dias-Santos, Cada irmão seo mês pela ordem em que estiverem nos nomes na lista em que se fixar no dia da festa, aos que se recusarem a este serviço, serão multados pelos presidentes em 2\$ reis a por cada dia que faltarem, que será logo cobrado.⁹⁵

⁹⁴ APPR. Boletim do Arquivo Público do Paraná. Ano 2, nº 1, 1977. pp. 30 -31.

⁹⁵ PNSPM. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1863. fl. 6.

Como a irmandade era presidida por presidente, juiz, escrivão, tesoureiro, procurador e doze irmãos de mesa, cada qual desses doze eram os esmoleres responsáveis por cada mês do ano. Cargo de responsabilidade que implicava em multa caso não fossem seguidas as regras compromissais da função. Os domingos e dias santos eram datas fundamentais no calendário da igreja, os momentos mais propícios para fazer o peditório e demonstrar toda a devoção ajudando ao próximo, externalizando as práticas caritativas.

O gráfico abaixo foi construído com base no livro de conta-corrente da irmandade. A primeira coluna de cada ano demonstra os valores creditados a favor da instituição como a entrada de novos irmãos e o pagamento de anuais. Na segunda coluna classifiquei todo o tipo de esmolas recolhidas na época, seja através de caixinhas que estavam rodando os bairros nas mãos de esmoleres e os pequenos donativos deixados na igreja, até a doação de animais e somas mais consideráveis deixadas em testamentos por devotos. Os leilões, referenciados nas terceiras colunas, foram organizados com doações de animais e objetos que posteriormente eram vendidos. Há poucas informações sobre esta prática, mas eram também promovidos como forma de arrecadação por outras instituições congêneres. Finalmente, nas últimas colunas de cada ano, somei os números que se referiam ao aluguel de esquife e bandeira da irmandade, utilizados em procedimentos fúnebres contratados por pessoas não filiadas.



FONTE: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PORTO DOS MORRETES. Livro conta-corrente da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/nº.

Cabe ressaltar que parte substancial dos anuais pagos referentes ao ano de 1864 foram registrados somente em janeiro de 1865, por isso a impressão de que houve grande queda no recolhimento desta verba num ano e, conseqüentemente, uma alta em outro. Pelo contrário, o recolhimento de entradas e anuais foi marcado nestes quatro anos pelo equilíbrio. Enquanto muitos irmãos deixavam de pagar seus anuais, outros ingressavam pagando a jóia de entrada contrabalanceando o rendimento da instituição.

Todavia, o que chama a atenção, é a importância que as escolas assumiam na vida financeira da irmandade. Em todos os anos analisados sempre foi a maior fonte de receita. Certamente ruas e bairros inteiros eram abordados pelos esmoleros. Em alguns casos o raio de

ação destes irmãos pedintes podia até extrapolar a circunferência da vila ou da cidade, como foi o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São José de Mogi -mirim, que deixava claro a possibilidade de pedir esmolas em toda a sua Comarca.⁹⁶ Em 1865, ano em que foram iniciadas as obras da Capela de São Benedito na Vila de Morretes, havia caixinhas da irmandade distribuídas nos bairros da Anhaia, Barreiros, Boa Vista, Ponte Alta e Rio do Pinto. Uma rede de solidariedade era tecida de forma que a arrecadação, mesmo que em migalhas, resultava num bom crédito como produto final.⁹⁷

Muitas irmandades negras conseguiram arrecadações que surpreendiam até as confrarias mais elitizadas. Na Vila de Antonina, região vizinha à Morretes, houve notícias de uma revolta de escravos em dezembro de 1858. Segundo documentos da época, não foi planejada pelos escravos, muito pelo contrário, foram boatos plantados na cidade para impedir que a Irmandade de São Benedito de Antonina angariasse mais esmolas que a confraria do Santíssimo Sacramento.

Os murmúrios que circulavam no fim daquele ano de 1858 tratavam de uma possível rebelião que estava sendo organizada sob o pretexto de uma liberdade geral. O plano que foi adjetivado pelas autoridades policiais de “sinistro” teria sido arquitetado em dois grandes bailes, denominados de “congadas”, que aconteceram sob o pretexto de ensaio para a festa de São Benedito que estava marcada para o vinte de janeiro de 1859. Durante as congadas a notícia da sublevação devia se espalhar para os sítios e deixar todos os escravos cientes e preparados para o “grande dia”.⁹⁸

Segundo ofício do Delegado Antonio Alves de Araújo, que esteve em viagem às cidades de Curitiba e Lapa, soube que uma pessoa respeitável havia difundido entre os pretos a notícia de uma libertação geral que partia da própria Coroa. E mais, um navio inglês devia chegar para proteger os insurretos.⁹⁹

Armas e destacamentos da polícia e da Guarda Nacional foram enviados de Paranaguá e Morretes para Antonina. Sete pessoas foram inquiridas. Entre elas o tal cidadão “respeitável” que foi o principal suspeito de plantar os boatos, além de um preto, uma mulata e mais quatro pessoas. Nada aconteceu e o caso foi explicado da seguinte forma:

⁹⁶ CHAHON, Sergio. Op. Cit. pp. 94-95.

⁹⁷ PNSPM. Livro de conta-correntes da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/nº. fls. 21-23.

⁹⁸ APPR. AP 0069, VOL 02, fl. 02.

⁹⁹ Idem., fls. 10-11.

A Irmandade de S. Benedicto está concertando a Igreja do Rosário, e houve quem lembrasse de que para esta deve passar provisoriamente a Matriz. Para o concerto da Igreja do Rosário tem o Padre Jordão obtido dinheiro por meio de subscrição e esmolas; e para a da Matriz deve-se não ter-se conseguido o mesmo. À este respeito tem apparecido polemica no Dez -e-nove de Dezembro, e os que se interessam pela Igreja Matriz não querem que d'ella saia o Santíssimo Sacramento entendem que devem procurar todos os meios de obstar o que a Irmandade d. S. Benedicto continue com os concertos da Igreja do Rosário, e faça a sua festa afim de não ter lugar aquella transferência, e sentem-se offendidas por se dizer que nada promoveram à bem de sua Igreja, ao passo que os Irmão de S. Benedicto tem feito. Lembraram -se, pois, de espalhar falsamente a pretensão de insurreição dos escravos para que, perseguidos pela Autoridade se desgostassem e abandonassem aquele propósito; imprudência inqualificável e cujos autores se occultam cautelosos.¹⁰⁰

Era sem dúvida impressionante a capacidade dos escravos, libertos e demais pessoas pobres em arrecadar esmolas. Do mesmo modo em que eram capazes de fazer o pedtório também colaboravam com parte de seu quinhão. Há notícias de escravo s doando esmolas à Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes no ano de 1862. Em 10 de março daquele ano, Maria, escrava de Dona Maria Cândida Vieira, pagava oitocentos réis de anual e concedia mais duzentos como esmola.¹⁰¹ O valor da doação não era tão alto, mas considerando a condição jurídica de Maria, ter dispensado parte de seu pecúlio pessoal simbolizava muita devoção. Da mesma forma que se esperava a solidariedade das pessoas de posse, principais responsáveis pelas maiores esmolas através das quais manifestavam sua fé, também os pobres deveriam se mostrar solidários e auxiliar com o montante que fosse possível. Era válido, inclusive, a doação de animais e objetos que pudessem ser leiloados. No ano de 1865, a Irmandade de São Benedito da vila de Morretes faturou mil réis “de uma galinha que derão”.¹⁰² No mesmo ano foi doada uma rapadura que também creditou mil réis no caixa da irmandade.¹⁰³

Ao estudar o caso da Irmandade de São Benedito de Campinas (SP), Regina Célia Lima Xavier percebeu que entre alguns anos do terceiro quartel do século XIX nenhuma das pessoas que haviam feito doações à confraria era “especialmente rica”. Segundo a historiadora,

“[...] entre aqueles indivíduos que haviam feito doações, destacavam -se os livres, muitos dos quais atuavam no pequeno comércio. Eram donos de açougues, vendiam aguardente, tinham armazéns de mantimentos, gêneros secos do país ou eram proprietários de pequenos imóveis”.¹⁰⁴

¹⁰⁰ Idem., fls. 12-13.

¹⁰¹ PNSPM. Livro de conta-correntes da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/nº. fl. 19.

¹⁰² Idem., fl. 21.

¹⁰³ Idem., fl. 23.

¹⁰⁴ XAVIER, Regina Célia Lima. Op. Cit. p. 254.

Neste sentido é possível entender que a sustentação de uma confraria pequena de pedia de uma boa rede de solidariedade, mesmo que entre pessoas de poucas posses.

2.2 AS FAMÍLIAS DE SÃO BENEDITO

Como foi esclarecido, a maior fonte de arrecadação da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes provinha das esmolos. Entretanto, os anuais e entradas eram os principais critérios para a manutenção pessoal na irmandade. Manter em dia os compromissos financeiros era demonstração de assiduidade e respeito para com a instituição. Assim rezava o terceiro artigo do compromisso de 1863:

Art ° 3° Os irmãos pagarão de entrada 2\$000 reis e o anual de 500 reis todos os annos na ocasião da festa perante a Mesa ou ao Thesoureiro e Procurados em suas casas.¹⁰⁵

Para se ter idéia do peso destes valores é possível levantar dados para uma análise comparativa. Segundo o historiador Carlos Roberto Antunes dos Santos, o preço de um escravo no litoral paranaense entre 1861 e 1867 variava entre oitocentos mil e quatorze réis até um conto e quatrocentos mil réis. A variação de preço se referia ao sexo, idade e função do cativo.¹⁰⁶ Ou seja, o preço que se pagava para ingressar na irmandade era aproximadamente 0,14% do valor de um cativo de maior preço na época. E a manutenção através da anuidade representava 0,03% dentro das mesmas bases comparativas. O preço de escravo estava inflacionado naquele período por dois motivos, o fim do tráfico e a demanda do comércio de cativos no nível interprovincial. Todavia, o que se pagava para ingressar no sodalício era um valor bastante baixo, principalmente quando se tratava de pessoas que gozavam de situação estável. Desta maneira eu tento questionar a forma de ingresso considerando o preço da entrada e da anuidade que pareciam ser bem acessíveis. Mais que o poder financeiro, portanto, que também era imprescindível, a devoção, o prestígio na comunidade, o parentesco com confrades mais antigos, a amizade e a vizinhança possivelmente pesavam muito nestas circunstâncias. Consequentemente, a indicação, o pistolão conquistado junto aos confrades eram elementos facilitadores. Algumas atas de reunião foram devidamente precisas quanto ao grau de parentesco do candidato que almejava se filiar na irmandade. Em fevereiro de 1880, reunidos os irmãos no corpo da Igreja de São Benedito

¹⁰⁵ PNSPM. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1863. fl. 3.

¹⁰⁶ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Preço de escravos... Op. Cit.

Em tempo: -

Forão mais propostos pelo irmão Antonio Polidoro para fazerem parte da Irmandade as seguintes pessoas: João Gonçalves Maia e Antonio Gonçalves Cordeiro, as quaes forão acceitas; e pelo irmão Joaquim Fernandes Amorim Jr. Foi igualme. proposto e acceito para irmão seu filho de nome Álvaro de Amorim.¹⁰⁷

Joaquim Fernandes Amorim Junior indicou o próprio filho em reunião solene da irmandade. Neste caso não há porque duvidar da força do pátrio poder no sentido de construir uma trajetória de vida para o filho, tampouco da voluntariedade e devoção deste. A instituição incorporava as famílias ampliando a relação de pais, filhos, sobrinhos, conjugues. Consubstanciando uma relação de parentesco de sangue também em irmanação espiritual. Amorim Junior era um homem de posses, segundo o fundo de emancipação de 1874. Como dono de escravos, possuía pelo menos sete mulheres em seu plantel.¹⁰⁸ Mais um senhor de escravos entre tantos na irmandade. Os valores de entrada e anuidade eram, pelo menos para este tipo de gente, de valor meramente simbólico.

Segundo Sheila de Castro Faria, a família colonial brasileira tinha o poder de conferir “aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no status e na classificação social”.¹⁰⁹ Seguindo o raciocínio desta historiadora, o indivíduo poucas vezes era referido como uma pessoa isolada, mas sua identidade estava conectada ao grupo do qual fazia parte. O termo família, então, estendia-se à “parentela e à coabitação, incluindo relações rituais”.

A convivência dos parentes de sangue na confraria por suposto legitimava o *status* adquirido pela família. Contudo também deve ter sido uma técnica de pedagogia espiritual, iniciando toda uma família no bom caminho da devoção. Além, é claro, da segurança proporcionada em períodos de doença, morte e outros infortúnios. Talvez a pertença de pertencer a uma família alargada não fosse exclusividade dos escravos e pessoas solitárias, mas também uma alternativa segura para as famílias bem estruturadas.

Para a historiadora Larissa Viana, as irmandades religiosas do Rio de Janeiro criavam “redes de proteção e identificação social mais amplas que aquelas criadas pelo parentesco ou pela vizinhança”.¹¹⁰ Desta forma, o círculo de sociabilidade era ampliado e se tornava fundamental a existência destas instituições como seguradoras fiéis das trajetórias de seus

¹⁰⁷ PNSPM. Livro de atas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/n. fl. 2.

¹⁰⁸ APPR. Notação Ap 0447, Vol. 19, fls. 249-265.

¹⁰⁹ FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998. p. 21.

¹¹⁰ VIANA, Larissa. Op. Cit. p. 140.

confrades. Posso imaginar, sem receio algum, que em certos sentidos o pertencimento a uma irmandade era um baluarte mais seguro que a própria família e a vizinhança. Pois quase todas as famílias brasileiras do século XIX, independente do seu quilate financeiro, estavam à mercê das crises e flutuações do mercado.

Como Manolo Florentino afirmou em seus estudos sobre a economia do Rio de Janeiro e o tráfico de escravos no século XIX, havia poucas pessoas que realmente detinham liquidez nesta região de alto trânsito de mercadorias. Tratava-se, segundo este, de um “mercado instável por definição”.¹¹¹ Da mesma forma, a Província do Paraná, com um mercado muito mais limitado que o Rio de Janeiro, sofria com as flutuações inerentes à dinâmica dos preços na segunda metade do século XIX.¹¹² As culturas de subsistência pelevavam com a fraca rentabilidade que, por sua vez, se concentrava no restrito mercado da erva-mate. Diante destas afirmações que tratam da existência de uma economia débil, afunilando a atenção para as famílias de poucas posses como estas que figuravam na pequena Morretes oitocentista, as irmandades apareciam como instituições que angariavam esperanças de um futuro mais acolhedor.

A trajetória de Adriano José Francisco e sua família como confrades de São Benedito foi deveras curiosa. Adriano ingressou na instituição em 1847 e sua esposa, Felicidade Maria Velosa, em 1848. Gradativamente os filhos do casal foram introduzidos também como confrades de forma que, em 1862, já tinham seis filhos filiados à irmandade. Dois faleceram com poucos anos de vida, ambos em outubro de 1863. Domingos, com três anos, e João, com um ano e quatro meses.¹¹³

¹¹¹ FLORENTINO, Manolo. Op. Cit. p. 193.

¹¹² SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. O custo da vida: preços de gêneros alimentícios e salários em Curitiba no século XIX. In Revista de História Questões e Debates n°. 8, Curitiba, pp. 127 -134.

¹¹³ PNSPM. Livro de óbito n°. 5. fls.19-20.

TABELA 4 – FAMÍLIA DE ADRIANO JOSÉ FRANCISCO SEGUNDO O LIVRO DE ENTRADAS DA IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DA VILA DE MORRETES

NOME DO CONFRADE	SEXO	CONDIÇÃO	ESTADOCIVIL	ENTRADA	PARENTESCO
ADRIANO JOSÉ FRANCISCO	M	LIVRE	CASADO	1847	
FELICIDADE MARIA VELOSA	F	LIVRE	CASADO	1848	ESPOSA
MARIA DO ROSARIO	F	LIVRE		1848	FILHA
MANUEL RIBEIRO DE FREITAS	M	LIVRE		1849	FILHO
MARIA DO PATROCÍNIO	F	LIVRE		1851	FILHA
FELICIDADE RIBEIRA DE FREITAS	F	LIVRE		1855	FILHA
DOMINGOS	M	LIVRE		1862	FILHO
JOÃO	M	LIVRE		1862	FILHO

FONTE: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PORTO DOS MORRETES. Livro de entradas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/nº.

Ao que tudo indica não se tratava de uma família de muitas posses, tampouco teriam tido escravos. Também não encontrei informações em relação ao domicílio em que residiam. Contudo, logo após a morte dos dois filhos supracitados, Adriano passou a prestar alguns serviços para a irmandade como indicam algumas páginas do livro de recibo de despesas da instituição. Em dezembro de 1863, recebeu cinco mil réis por ter pintado algumas “piassas” do altar do Glorioso São Benedito; em julho de 1864, a importância de trinta mil réis pela música que tocou na missa recomendada à alma do confrade Geronimo Antonio de Araújo; no mesmo dia em que embolsou outros três mil reis pelo trabalho de preparar a urna funerária d este confrade falecido; e em dezembro de 1864, pouco mais de dois meses após a morte de sua esposa Felicidade Maria Velosa, obteve dois mil réis por prestar serviço de lavagem e engomagem da toalha e outros objetos da irmandade.¹¹⁴

É possível supor que o confrade Adriano José Francisco não tivesse uma profissão definida. Ou talvez fosse um músico que, por recrutar poucos serviços, acabou obrigado pelas circunstâncias a executar pequenas tarefas como jornaleiro. O certo é que tinha uma família com muitos filhos e passou por dois momentos dolorosos com as mortes de Domingos e João, possivelmente seus filhos mais jovens. Era justamente o momento em que precisava da solidariedade dos irmãos de São Benedito. Mas não há indícios nas fontes para afirmar que Adriano e sua família tivessem sido auxiliados explicitamente pela irmandade. A sugestão que faço se baseia na coincidência entre a morte dos filhos e a contratação de seus serviços pouco tempo depois. Da mesma forma em que prestou serviços para a irmandade logo após o

¹¹⁴ PNSPM. Livro de recibos de despesas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1864. fls. 4-6.

falecimento de sua esposa. Se não havia como auxiliá-lo diretamente, teria a irmandade contratado Adriano como uma forma de ajudá-lo financeiramente? Supondo que sim, então existiu uma relação de troca na qual o trabalho deste confrade foi preferido porque passava por um momento de constrangimento financeiro e familiar. Dentro desta lógica a confraria exercia o seu papel de promotora da estabilidade social dos seus associados.

Algo dentro desta mesma lógica de promoção social teria acontecido na Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, em meados do XIX, no Rio de Janeiro. A instituição distribuía anualmente cerca de quinze a vinte contos de réis aos seus irmãos empobrecidos. Quantia apreciável e proveniente das fortunas dos seus irmãos mais abastados. Porém, muitas destas fortunas teriam sido conquistadas por irmãos que ingressaram nesta Ordem como pequenos caixeiros e, com certo tempo de vivência confrarial, ascenderam financeiramente. Para Larissa Viana isto era o flagrante “testemunho da importância da vida confrarial, ao lado de outras relações socioeconômicas, evidentemente, no estabelecimento e no enraizamento de determinados grupos sociais”.¹¹⁵

Evidente que uma instituição que recepcionava um número muito grande de escravos, em meio às dificuldades de angariar fundos para a construção de uma capela própria, não tinha condições de distribuir as mesmas esmolas e investimentos realizados por uma Ordem Terceira, como esta enfatizada na pesquisa de Larissa Viana. Russell-Wood, então, afirmava que a diretoria das irmandades de negros e mulatos ficava encarregada de verificar o histórico de dificuldades pelas quais passavam alguns irmãos, auxiliando estes na medida do possível com os fundos de um cofre comunitário. E nestes casos a assistência realizada era “rudimentar e tomava a forma de ajuda direta, uma única vez, em vez de reinvestimento social durante algum tempo”.¹¹⁶

Se a hipótese que levantei sobre a trajetória de Adriano José Francisco faz algum sentido, o reinvestimento social existia inclusive nas pequenas confrarias. O auxílio direto era substituído por uma troca, como se uma mão pudesse lavar a outra, dentro de um esquema de solidariedade recíproca. Neste sentido, o estatuto da Congregação dos Pretos Mina do reino de Maki do Rio de Janeiro, redigido em 1786, era muito ilustrativo. Seu sétimo capítulo realçava esquemas de trocas solidárias:

¹¹⁵ VIANA, Larissa. Op. Cit. p. 191.

¹¹⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Op. Cit. p. 219.

Os congregados que forem cativos, que vindo libertar -se tendo o seu dinheiro e lhe faltar para o ajuste de sua alforria, fará saber ao regente para este lhe dará as providências, fazendo juntar os congregados participando-lhes a necessidade que tem o dito do dinheiro pra se libertar, para o que o secretário fará um termo, a que assinará o dito pretendente com obrigação de o pagar.¹¹⁷

Ou seja, o cativo que tivesse pretensões de realizar seu sonho de liberdade poderia ser auxiliado com o caixa da irmandade. Contudo, não faltava o devido contrato e assinatura de promissória para que a confraria fosse restituída pelo investimento inicial. Exemplo claro daquilo que Russell-Wood denominou de “reinvestimento social”. Assim a posição social dos beneficiados era sustentada por esquemas de reciprocidade, defendendo dentro do possível a subsistência tanto quanto os objetivos de escaladas sociais.

Não há porque duvidar da força e importância social das irmandades, mesmo das menores. O espaço de sociabilidade que representava a Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes, era um arquétipo da complexidade de um pequeno nicho social. Aberta a pessoas de qualquer sexo, condição e cor, ali era possível a consolidação de laços entre as famílias mais ilustres e representativas da região com outras extremamente modestas.

TABELA 5 – FAMÍLIA DE BOAVENTURA DO CARMO SEGUNDO O LIVRO DE ENTRADAS DA IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DA VILA DE MORRETES

NOME DO CONFRADE	SEXO	CONDIÇÃO	ESTADOCIVIL	ENTRADA	PARENTESCO
BOAVENTURA DO CARMO	M	LIVRE	CASADO	1841	
TERESA MARIA DE JESUS	M	LIVRE	CASADA	1841	ESPOSA
JOAQUIM DAS NEVES	M	LIVRE		1841	FILHO
BENTO DO ROSARIO	M	LIVRE		1841	FILHO
EGIDIO DA LUZ	M	LIVRE		1841	FILHO
JOAO DE SANTA ANA	M	LIVRE		1842	FILHO
JOSE DO NASCIMENTO	M	LIVRE		1850	FILHO
TERESA	F	LIVRE		1851	FILHA

FONTE: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PORTO DOS MORRETES. Livro de entradas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/nº.

A família de Boaventura do Carmo, um simples sapateiro da Vila de Morretes, manteve um vínculo sólido com a Irmandade de São Benedito, como demonstra a tabela 5. Num período de dez anos (1841-1851), oito pessoas de sua família ingressaram no sodalício. Entre elas sua esposa, Teresa Maria de Jesus, e seis filhos.

Antes de 1841, ou seja, num contexto em que Boaventura do Carmo ainda não mantinha vínculos com a irmandade, dois de seus filhos haviam falecido num curto espaço entre 1837 e

¹¹⁷ BN. Seção de Manuscritos. 9, 3, 11.

1838. Respectivamente Isabel, com um ano de idade, e Pedro, com cinco anos.¹¹⁸ Não foi deixado evidência alguma de que nessas oportunidades a família tivesse recorrido aos préstimos da irmandade, pelo contrário, ambos os corpos foram sepultados junto ao adro da igreja matriz, local normalmente utilizado pelo grosso da população sem vínculo confrarial.

Neste caso específico, vale à pena situar a família Carmo dentro das faixas de rendimento dos domicílios da Vila de Morretes. Encontrava-se como a maioria das famílias encabeçadas por pessoas socialmente aceitas como brancas, na faixa 3 da tabela 6, amostra abaixo. Com um faturamento em torno de duzentos mil réis ao ano, Boaventura do Carmo não era possuidor de um escravo sequer, fato que prova a condição humilde de seu domicílio. Como esta tabela foi elaborada de acordo com os rendimentos ordenados em forma crescente, esta família de confrades estava em meio à grande maioria da população pobre da Vila de Morretes, próximo das faixas que englobavam o grosso da gente de cor proprietária de domicílios.

TABELA 6 - POPULAÇÃO DE MORRETES POR COR DOS CABEÇAS DE DOMICÍLIO E FAIXAS DE SUBSISTÊNCIA ANUAL (1836)

Nº DA FAIXA*	SUBSISTÊNCIA ANUAL EM RÉIS	BRANCOS	PARDOS	NEGROS	TOTAL
1	ATÉ 50.000	31	51	3	85
2	ENTRE 51.000 E 100.000	69	92	8	169
3	ENTRE 100.001 E 200.000	72	31	7	110
4	ENTRE 200.001 E 300.000	11	0	0	11
5	ENTRE 300.001 E 400.000	14	1	0	15
6	ENTRE 400.001 E 500.000	4	0	0	4
7	ENTRE 500.001 E 1.000.000	18	1	0	19
8	ENTRE 1.000.001 E 2.000.000	8	0	0	8
9	ENTRE 2.000.001 E 3.000.000	3	0	0	3
10	SEM INFORMAÇÃO	11	9	1	21

FONTE: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). **SUBSISTEMA:** JMF. FILME Nº 1223. **MICROFILME:** 225. **REF:** 1835.

¹¹⁸ PNSPM. Livro de óbito nº. 2. fls.58 e 62.

Em percentagem, a manutenção de toda a família de Boaventura do Carmo correspondia apenas a 2% do seu faturamento anual. Isto implica em uma crítica que, sob o meu prisma, é bastante pertinente e pode ampliar o leque de sugestões sobre a historiografia das irmandades. Creio que o poder financeiro era uma questão secundária no processo de filiação à irmandade. Obvio que uma instituição de pequena monta dificilmente recusaria o ingresso de pessoas dispostas a conceder grandes esmolas. Todavia, o capital social, principalmente em instituições onde vigoravam restrições étnicas, era a principal moeda neste processo de filiação. A historiadora Larissa Viana, por exemplo, admitiu que as normas dos compromissos eram “revistas e reformuladas na prática de acordo com os interesses dos próprios membros da irmandade e de suas percepções sobre alianças e conflitos desejáveis em dados contextos”.¹¹⁹ Ainda sugeriu que apesar das mudanças estatutárias ocorridas na Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia do Rio de Janeiro, em fins do século XVIII, foram mantidos certos que na prática beneficiavam a origem e a procedência dos irmãos, reforçando as normas de restrição étnica que foram abolidas apenas teoricamente.¹²⁰ Ou seja, a teoria dos compromissos estava submetida às interpretações práticas do cotidiano das confrarias. Dentro deste raciocínio, o ingresso se fazia diante de um aval da direção da irmandade. Em tese, a maioria dos compromissos de meados do século XIX mostrava as confrarias como grupos abertos, dispostos a aceitar qualquer cristão. Mas apenas em tese, porque a aceitação de um candidato dependia muito do conhecimento e da amizade que tinha com os confrades já estabelecidos. Portanto, era possível que muitas outras formas de seleção fossem pré-requisitos anteriores às simples regras de pagamento de entrada e anuidade. Como tentei demonstrar, os vínculos parentais podem ter sido uma delas.

2.3 A VIZINHANÇA DE SÃO BENEDITO

Na lista nominativa de habitantes de 1836, a vila de Morretes foi dividida em sete setores. Claro que, como a maioria das vilas paranaenses naquele contexto, envolvia uma área bastante extensa de terras, com comunidades que se distanciavam umas das outras e muitas delas bastante longe do pequeno espaço urbanizado da vila. Entre os seis afluentes do principal rio que cortava

¹¹⁹ VIANA, Larissa. Op. Cit. p. 154.

¹²⁰ Idem., p. 192.

a vila, o Nhundiaquara, instalavam-se pequenos povoados conforme descrições da lista nominativa e dos registros paroquiais.

Em 1834, segundo o cronista Antonio Vieira dos Santos, a população era de dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro habitantes. Divididos por condição, eram mil setecentos e oitenta e três escravos e seiscentos e setenta e um livres.¹²¹ A percentagem representativa dos escravos era absurda para o período e para a região. Portanto, acredito que naquela oportunidade o mapa estatístico do qual Vieira dos Santos se utilizou separava simplesmente as pessoas de cor das pessoas livres, transformando precipitadamente toda gente de cor em gente cativa. Se fosse considerar seriamente estes números, os escravos da vila de Morretes corresponderiam à nada menos que 72% de toda a população local. Percentagem desconsiderável para qualquer padrão escravista brasileiro. A lista nominativa, neste sentido, é mais confiável, considerando as pessoas cativas como pouco mais de 23% da população, o que merece maior credibilidade.

Contudo, creio que o número de habitantes estava próximo da realidade demográfica para o ano de 1834. O mapa estatístico de Vieira dos Santos apontava dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro habitantes, a lista nominativa de 1836 tratava de dois mil quatrocentos e dezenove. Tal semelhança leva a crer que, de fato, a população girava em torno das duas mil e quatrocentas pessoas. Ainda segundo o mapa estatístico de Vieira dos Santos, a vila estava dividida em sete bairros - Freguezia, Guarûmbi, Anhaia, Rio do Pinto, Rio Sagrado, Itapsetandûva, Capituba e Porto de Cima, estes dois últimos contabilizados juntos no sétimo quarteirão - com quatrocentos e quarenta e cinco fogos ao todo. A lista nominativa de 1836 também dividia a vila em sete bairros, somando quatrocentos e quarenta e quatro fogos, número quase idêntico àquele apresentado pelo cronista.

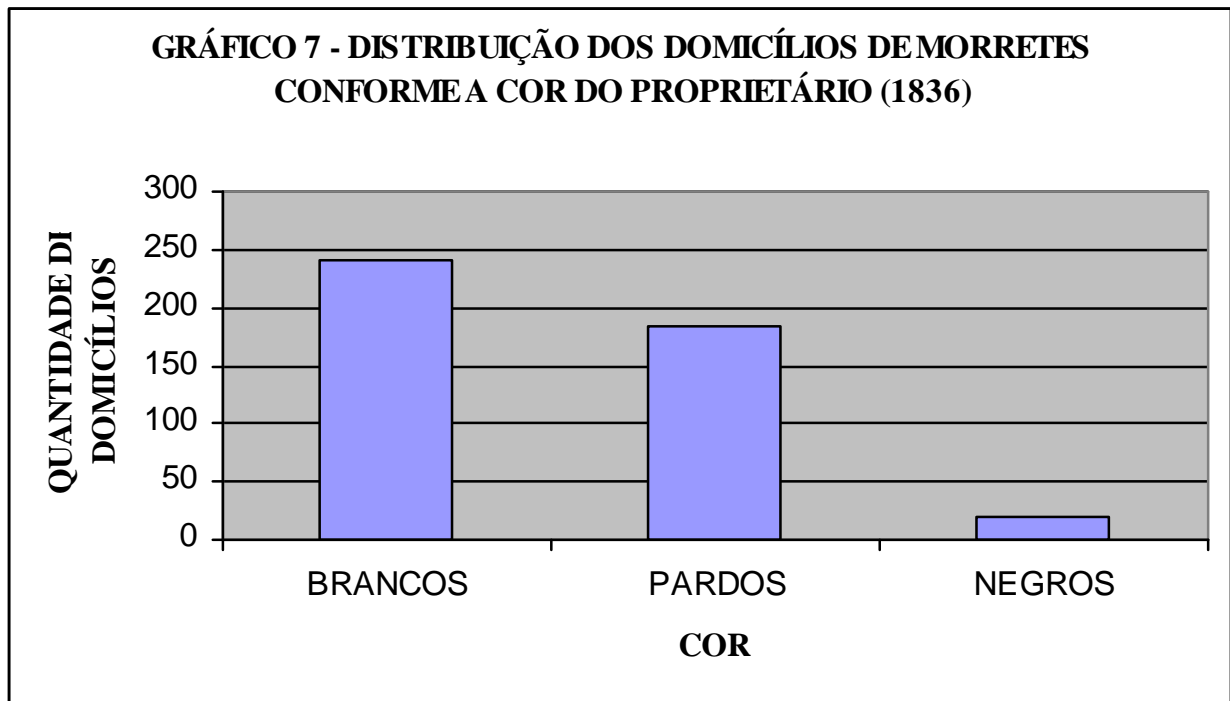
TABELA 7 – POPULAÇÃO DA VILA DE MORRETES SEGUNDO A COR E A CONDIÇÃO (1836)

COR	LIVRES	ESCRAVOS
Branços	950	-----
Negros	77	397
Pardos	826	169
Total	1853	566

FONTE: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR).
SUBSISTEMA: JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835.

¹²¹ SANTOS, Antonio Vieira dos. Op. Cit. p.371.

Embora mais de 60% da população local fosse identificada na lista nominativa como gente de cor, entre pardos e negros, predominando ainda estes primeiros sobre os últimos, os chefes de domicílio eram majoritariamente brancos, ou pelo menos aceitos socialmente como tal. A concentração das propriedades em mãos de gente branca era, claro, uma lógica da sociedade escravista. Porém, 71% dos domicílios encabeçados por pessoas brancas se encontravam nas três primeiras faixas de rendimento, em meio à maioria dos domicílios pobres chefiados por pessoas de cor, conforme mostra a tabela 6 exposta anteriormente. Em outros termos, é possível perceber uma alta concentração de renda em mãos de poucos proprietários brancos.



FONTE: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR).
SUBSISTEMA: JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835.

Dialogando exclusivamente com os números e percentagens da população de cor, os pardos predominavam entre os livres e também entre os chefes de domicílio. Segundo a historiadora Sheila de Castro Faria, o termo “pardo” continha em si um a dupla significação. “Tanto podia indicar uma miscigenação como se referir a filhos ou descendentes de crioulos, mesmo que de cor negra”.¹²² Esta questão foi discutida com maior fôlego na pesquisa de Larissa

¹²² FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit. p. 138.

Viana, muito atenta às ambigüidades do termo. Chegou a identificar o qualificativo pardo como um mecanismo acionando para “criar uma versão mais positiva da identidade dos mestiços”.¹²³ A mestiçagem era, então, algo inerente à muitos daqueles que se denominavam ou eram denominados como pardos. O mestiço e o mulato carregavam o estigma da impureza e considerados sujeitos de moral degradada, já o qualificativo pardo passava a ser um termo que denotava certo prestígio, muitas vezes utilizado como uma forma de barganhar espaços de influência. Dentro de um jogo de relações de poder, ser pardo significava certo afastamento dos estigmas da mulatagem e da escravidão.¹²⁴

Em São José dos Pinhais, região fronteira à Curitiba e Morretes, vila pesquisada por Cacilda Machado, a população de pardos cativos representava 42% do total de escravos no ano de 1827. Percebendo que também compunham boa parcela da população livre daquela vila, a historiadora chegou a sugerir que os pardos faziam parte de uma parcela da população livre que “era vista com um pé na escravidão, e/ou que parte da população escrava, aos olhos dos recenseadores, tinha “um pé no mundo dos livres”.¹²⁵ Ser pardo, em São José dos Pinhais, era estar numa zona de confluência entre a escravidão e a liberdade, num pêndulo indefinido entre um lado e outro.

Os números consultados na lista nominativa de Morretes podem acrescentar algo na discussão historiográfica que hoje se faz em torno da identidade e do significado do termo pardo. Em 1836, pelo menos 44% da população livre desta vila foi designada como parda pelos recenseadores, enquanto os negros representavam pouco mais de 4% da gente livre. Entre os cativos os pardos eram quase 30%, os negros pouco mais de 70%. Enquanto os pardos representavam 41% dos chefes de domicílio de Morretes, entre os negros apenas dezenove possuíam propriedade, cerca de 4% de todos os domicílios recenseados. Ora, ser pardo em Morretes era estar no lado de um pêndulo que se aproximava muito da zona de liberdade. Enquanto o termo negro designava a grande massa das pessoas que viviam como cati vos, menos propensas a uma aproximação do mundo dos livres.

Como as terras desta vila abrangiam extensas áreas, possivelmente formavam uma fronteira agrária em expansão nas primeiras décadas do XIX. Pouco monopolizada, algumas

¹²³ VIANA, Larissa. Op. Cit. pp. 37-38.

¹²⁴ Idem., p. 42.

¹²⁵ MACHADO, Cacilda. Sobre a cor dos escravos e dos pobres livres da Freguesia de São José dos Pinhais (do século XVIII para o XIX). In <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Cacilda%20Machado.pdf>> Acesso em: mar. 2009.

áreas eram receptivas às famílias pobres não-brancas que buscavam terras. Mas ao contrário do que acontecia na vizinha e litorânea Vila de Guaratuba, onde, em 1832, 57,1% dos não-brancos livres que encabeçavam domicílios eram imigrantes, nascidos fora da localidade, em Morretes esta percentagem era de 17,6% apenas, em 1836. Talvez o fato de ter sido uma região com um maior contingente de escravos e descendentes de escravos comparativamente a Guaratuba, oportunizou muito mais aos não-brancos locais o acesso às terras disponíveis. O certo é que Guaratuba parecia muito mais receptiva aos imigrantes não-brancos, contudo, conforme esta vila foi crescendo nas três primeiras décadas dos Oitocentos, o número de imigrantes de cor que encabeçavam domicílios foi diminuindo gradativamente.¹²⁶

TABELA 8 – COR DOS CABEÇAS DE DOMICÍLIO CONFORME A S LOCALIDADES DA VILA DE MORRETES (1836)

COR	LOC. 1	LOC. 2	LOC. 3	LOC. 4	LOC. 5	LOC. 6	LOC. 7
BRANCOS	54	44	43	20	35	28	16
PARDOS	11	16	44	29	31	21	33
NEGROS	1	8	-	3	7	-	-
TOTAL	66	68	87	52	73	49	49

FONTE: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). **SUBSISTEMA:** JMF. FILME Nº 1223. **MICROFILME:** 225. **REF:** 1835.

A população tida como parda, em 1836, possuía domicílios nas regiões mais centrais da Vila de Morretes, nas localidades um e dois da tabela acima. Porém, em números bem mais modestos que os fogos encabeçados por pessoas brancas. Nas localidades mais distantes da região central o número de domicílios chefiados por pardos superava os números de domicílios chefiados por brancos, de maneira mais expressiva nas localidades quatro e sete. Isto sugere que quanto mais distante da região central, maior era a possibilidade de concentração de fogos chefiados por pardos.

Esta relativa autonomia das pessoas de cor, principalmente dos pardos, que viviam em terras particulares e, portanto, socialmente mais próximas da liberdade e de outras possibilidades de ascensão social, não parece ter tido um reflexo impactante na Irmandade de São Benedito. Em regiões de pequenos contingentes escravistas e até com um índice demográfico bastante

¹²⁶ LIMA, Carlos A. M. Sertanejos e Pessoas Republicanas Livres de Cor em Castro e Guaratuba (1801 -1835). In Revista Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 2, 2002, p. 329.

modesto, era natural que fossem forjadas poucas confrarias. Não há indícios sobre uma predominância de pardos ou negros nesta confraria, ambos compartilhavam o espaço da instituição como irmãos. Diferente de outras localidades onde chegaram a existir irmandades específicas para irmãos pardos, nesta parece ter prevalecido além dos esquemas familiares, analisados no item anterior, também as relações de vizinhança. Pois as localidades um e dois, mais próximas da Capela e do pequeno espaço urbanizado da vila parecem ter exercido, juntas, certa influência no processo de seleção de confrades.

TABELA 9 – QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS COM CONFRADES DE SÃO BENEDITO CONFORME A LOCALIDADE DA VILA DE MORRETES (1836)

	LOC. 1	LOC. 2	LOC. 3	LOC. 4	LOC. 5	LOC. 6	LOC. 7	TOTAL
Quantidade de domicílios com confrades	7	6	2	1	1	0	1	18
Quantidade de confrades por localidade	16	7	2	1	1	0	3	30

FONTES: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). **SUBSISTEMA:** JMF. FILME Nº 1223. **MICROFILME:** 2 25. **REF:** 1835; **PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PORTO DOS MORRETES.** Livro de entradas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/nº.

Construída através de um cruzamento nominativo entre a lista nominativa de habitantes e o livro de entradas da Irmandade de São Benedito, a tabela mostra dezoito domicílios que envolviam um universo de trinta confrades entre cativos, livres, libertos, cabeças de domicílio e parentes domiciliados em algum dos fogos observados. Como família e irmandade se influenciavam mutuamente, é possível que estes números fossem ainda maiores. No caso da localidade um, o número expressivo de irmãos era resultado da filiação em massa da família do sapateiro Boaventura do Carmo, caso já discutido anteriormente. Todavia o número de domicílios que envolviam confrades nas primeiras duas localidades, sugere que não apenas a família, mas também a vizinhança estava exercendo certo impacto no processo de recrutamento de confrades.

A proeminência das localidades um e dois na quantidade de fogos escravistas e na quantidade de cativos, certamente possibilitou uma abertura maior das portas da irmandade aos escravos destas zonas de habitação. Juntas, as duas localidades mais centrais de Morretes concentravam um percentual de 72,2% dos cativos de toda a vila. Então seria muito pertinente a

sugestão de Kátia Mattoso ao afirmar uma vida comunitária mais integrada quanto mais numeroso o grupo de escravos.¹²⁷ Das dezesseis pessoas tidas como confrades na localidade um, seis eram escravos; Na localidade dois, entre sete confrades quatro eram escravos; nas localidades três, quatro, cinco e seis, todos eram livres; e na localidade sete, um escravo, uma forra e uma pessoa livre. Pode ser muito viável a hipótese de considerar uma correlação entre uma grande quantidade de escravos concentrados em uma mesma região e a pertinência destes como confrades, situação influenciada diretamente por fatores de vizinhança e companheirismo.

Acredito que a vizinhança, o parentesco e a amizade eram fatores que pesavam no processo de entrada. Segundo Anderson José Machado de Oliveira, o endereço de alguns confrades de Santa Efigênia e Santo Elesbão do Rio de Janeiro confirmou que “ser irmão e vizinho são laços que a qualquer momento acabam se imbricando e tal fato, efetivamente, esteve relacionado à formação e/ou ao fortalecimento de solidariedades cotidianas”.¹²⁸ Carlos Alberto Medeiros Lima, pesquisando a Irmandade do Rosário e de São Benedito dos Pretos de Curitiba, confirmou as suspeitas de que a vizinhança exercia certo impacto sobre a formação do sodalício. A maioria dos escravos confrades eram provenientes dos domicílios centrais da vila de Curitiba, o que não eliminava a possibilidade de que alguns fossem moradores de regiões bem afastadas.¹²⁹ Em minha monografia, pesquisando esta mesma irmandade negra curitibana, cheguei a mesma conclusão. Considerando o grande raio de abrangência da vila de Curitiba nos séculos XVIII e XIX, percebi que alguns devotos deviam estar, à época, percorrendo muitos quilômetros para participar das atividades confrariais.¹³⁰ Mas ainda predominavam os moradores da região central. Morar longe e ser pouco conhecido entre os vizinhos confrades não era necessariamente um fator de exclusão, pelo contrário, morar próximo e contrair laços com vizinhos filiados à irmandade era estar em meio à uma possibilidade maior de inclusão.

¹²⁷ MATTOSO, Kátia de Queirós. Op. Cit. p.136.

¹²⁸ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Santos Negros... Op. Cit. p. 22.

¹²⁹ LIMA, Carlos A. M.; MOURA, Ana Maria da Silva. Op. Cit. pp. 154 -155 .

¹³⁰ WEBER, Silvio Adriano. Escravidão e Irmandade Negra nos Campos de Curitiba (1797 -1850). Monografia defendida em 2005 no Departamento de História da UFP R. pp. 42-43.

2.4 A NATURALIDADE DOS IRMÃOS DE SÃO BENEDITO

Embora Elias e Scotson tenham lembrado que o tempo de convivência numa determinada região podia ser um fator preponderante “na classificação das famílias e grupos [...]”,¹³¹ isto é apenas uma hipótese que pode ser testada e, por suposto, tem seu valor no processo de análise das relações de grupos e famílias. No caso de Winston Parva, nome fictício da cidade pesquisada por eles, parece ter existido uma construção de relações que sobrepujam os mais antigos moradores aos recém-chegados. Os primeiros reconhecidos como “os estabelecidos”, se julgavam superiores aos últimos, “os *outsiders*”. Em determinados contextos como o de Winston Parva, e inclusive nos casos de embate entre crioulos e africanos no Brasil escravista, a concepção de estabelecidos e *outsiders* de Elias e Scotson pode surgir como um bom quadro teórico para explicar certas animosidades entre um grupo e outro.

Porém, aos meus olhos, o litoral paranaense representava uma fronteira agrícola em expansão nas primeiras décadas do XIX. Ou seja, aberta aos *outsiders* que buscavam novas oportunidades de vida. Como sugeriu Sheila de Castro Faria, uma fronteira agrícola em expansão tinha por característica fundamental a “mobilidade como oportunidade de enriquecimento e reconhecimento”.¹³² Hebe Mattos observava, para Capivary,

“um duplo movimento de expansão de fronteira agrícola sob a vigência do trabalho escravo. Um primeiro ligado à agricultura de subsistência e ao caráter precário do uso e posse da terra e um outro de expansão da agricultura comercial especulativa”.¹³³

Possivelmente estes mesmos movimentos estavam refletindo no crescimento demográfico e na economia de Morretes nas primeiras três décadas do XIX.

Para Carlos Roberto Antunes dos Santos, as primeiras décadas oitocentistas foram, para o Paraná, o início de uma fase comercial, períodos em que “estruturou-se uma economia de exportação que substituiu quase por completo a produção de subsistência”.¹³⁴ A produção do mate envolveu muita gente do litoral e dos Campos de Curitiba. Todavia, vale a ressalva do historiador Magnus Roberto de Mello Pereira, pois

¹³¹ ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000. p. 52.

¹³² FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit. p. 113.

¹³³ MATTOS, Hebe. Ao Sul da História. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo:: Editora Brasiliense. 1987. p. 14.

¹³⁴ - SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Vida Material, Vida Econômica. Curitiba: SEED, 2001. p.38.

“a exemplo do que ocorria na maioria das outras economias regionais brasileiras, apenas uma pequena parcela da população participava da faceta mercantil desta economia. A grande maioria das pessoas a ela ligadas participava do mercado apenas episodicamente”.¹³⁵

Mesmo assim, isto deve ter motivado a presença de muitos dos imigrantes que estavam vivendo na vila de Morretes em 1836.

Contabilizando, é claro, o conjunto de imigrantes brancos e não-brancos chefes de domicílio, havia uma diversidade grande de naturalidades. Africanos, alemães, catalães, portugueses e londrinos; das regiões vizinhas, curitibanos, antoninenses, parnanguaras, etc. Se considerar única e exclusivamente a naturalidade dos chefes de domicílio, havia 65,8% de naturais da vila de Morretes e outros 34,1% de imigrantes. Esta percentagem não desprezível de imigrantes, com certeza, era uma das facetas da mobilidade das áreas em expansão.

TABELA 10 – NATURALIDADE DOS CHEFES DE DOMICÍLIO DE MORRETES (1836)

NATURALIDADE DO CHEFE DE DOMICÍLIO	QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS
África	2
Alemanha	1
Antonina	38
Bahia	2
Buenos Aires	2
Cananéia	7
Catalunha	1
Curitiba	13
Guaratuba	1
Iguape	4
Laguna	2
Lapa	1
Londres	1
Minas Gerais	1
Morretes	293
Paranaguá	30
Pernambuco	2
Portugal	23
Santa Catarina	19
Santos	1
São Paulo	1
TOTAL	445

**FONTES: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR).
SUBSISTEMA: JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 2 25. REF: 1835.**

¹³⁵ - PEREIRA, Magnus R. M. Op. Cit. p.10.

Em 1836, entre os estrangeiros, destacavam -se os portugueses, encabeçavam vinte e três domicílios. Entre estes chefes de domicílio, doze eram negociantes, envolvidos com armazém de molhados, especulações e também no ramo da erva -mate como proprietários de engenho. Havia ainda entre os portugueses três oleiros que, possivelmente, monopolizavam as únicas três olarias da região. Carlos Alberto Medeiros Lima, em sua tese de doutorado, percebeu a existência de um fluxo constante de imigrantes portugueses em busca de oportunidades no Rio de Janeiro desde meados do século XVIII. Também registrou a diversidade de funções ocupadas por estes sujeitos, normalmente envolvidos com atividades urbanas.¹³⁶ Este fluxo de portugueses por terras brasileiras não foi exclusividade do Rio de Janeiro, pois o comércio da erva -mate também deve ter chamado a atenção destes imigrantes, ávidos por enriquecimento através de novas oportunidades buscaram o litoral paranaense.

Em 1798 o português Antonio Vieira dos Santos desembarcava em Paranaguá, antes havia passado um ano trabalhando como caixeiro no Rio de Janeiro . Assim como tantos outros patrícios seus deve ter chegado ao Brasil cheio de esperanças, em busca de uma vida com maior fausto. Ainda como um recém chegado à vila de Paranaguá criou vínculos com a Ordem do Santíssimo Sacramento. Foi tesoureiro desta confraria durante dois anos, como atesta o próprio livro de memórias escrito por ele.¹³⁷ As confrarias devem ter exercido, de certa forma, relevância vital na sociabilidade de alguns imigrantes. Já exemplifiquei anteriormente o caso da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, descrita por Larissa Vianna, que desempenhava papel importantíssimo na promoção social dos seus confrades no Rio de Janeiro em meados do XIX. Portanto, as confrarias, sejam elas das mais simples até as mais requintadas como as do Santíssimo Sacramento, podem ter sido o primeiro veículo de inserção social de alguns imigrantes. No caso de Antonio Vieira dos Santos, tratava -se de um homem letrado e natural do reino de Portugal, nascido na cidade do Porto. É provável que a participação num posto respeitável como o de tesoureiro da Ordem do Santíssimo Sacramento de Paranaguá tenha influenciado, e muito, a sua vida social. Evidente que as núpcias contraídas com uma moça de família tradicional do litoral paranaense, os Ferreira de Oliveira, deve m ter facilitado a inserção deste imigrante no novo espaço de convívio. No próximo capítulo, mais detidamente, estarei

¹³⁶ LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Pequenos patriarcas: pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844), 2 vols. Tese de doutoramento, Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

¹³⁷ SANTOS, Antonio Vieira dos. Memória Histórica da cidade de Paranaguá e seu município. 1850. Curitiba: Museu Paranaense, v. 2, 2001.

esmiuçando parte da trajetória de Antonio Vieira como proprietário de alguns escravos que se vincularam à Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. Por ora, esta é apenas uma tentativa de demonstrar o quanto as confrarias podem ter sido importantes na vida social de pessoas que estavam em movimento, transitando por lugares que desconheciam e nos quais procuravam ser aceitos o mais rapidamente a fim fixarem raízes.

Manuseando os óbitos da paróquia Nossa Senhora do Porto dos Morretes, encontrei dois casos de estrangeiros que foram enterrados sob a intervenção da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. O francês Cláudio Felipe Groslar faleceu em outubro de 1870, aos quarenta e seis anos, foi enterrado no cemitério de São Benedito.¹³⁸ O inglês Guilherme Bold faleceu pouco mais de um ano antes, em junho de 1869. Neste caso, além de ter deixado testamento, do qual não tenho maiores informações, foi enterrado na Capela de São Benedito.¹³⁹ Como não encontrei informação sobre os dois no livro de entradas da instituição, tampouco informações fidedignas registradas no óbito confirmando enfaticamente o fato de terem sido irmãos de São Benedito, não posso considerá-los confrades. Mas o fato de terem sido enterrados sob a intervenção desta irmandade não deve ter acontecido alheio às vontades destes homens. Ou seja, num momento extremo a irmandade foi importante para estes imigrantes .

Embora seja muito difícil encontrar a naturalidade dos irmãos de São Benedito nas fontes. Tentei, através de um cuidadoso cruzamento nominativo, contabilizar a condição e a origem de alguns. Os números ficaram pequenos, o que impede qualquer conclusão mais firme. Todavia, comprovam o estabelecimento de alguns estrangeiros como confrades de São Benedito, e a capacidade agregadora desta irmandade. Capturei treze casos de imigrantes, entre imigrantes forçados (no caso de um escravo africano) e imigrantes livres, que foram em vida confrades desta instituição. Além do caso dos dois estrangeiros acima descritos, o francês e o inglês, que não estou contabilizando entre estes treze imigrantes, mas faço a devida anotação na tabela abaixo.

¹³⁸ PNSPM. Livro de óbito n°. 6. fl.28.

¹³⁹ Idem., fl.7.

TABELA 11 – CONFRADES DA IRMANDADE DO GLORIOSO SÃO BENEDITO DA VILA DE MORRETES CONFORME A NATURALIDADE E A CONDIÇÃO

NATURALIDADE	ESCRAVO	FORRO	LIVRE	TOTAL
ÁFRICA	1			1
ANTONINA		1	1	2
CURITIBA			2	2
FRANÇA			1	1
INGLATERRA			1	1
PORTUGAL			1	1
MORRETES	9		13	22
PARANAGUÁ			6	6
SANTA CATARINA			1	1

FONTES: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). **SUBSISTEMA:** JMF. FILME N° 1223. **MICROFILME:** 2 25. **REF:** 1835; **PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PORTO DOS MORRETES.** Livro de entradas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/n°; Livros de óbito 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

Desta forma é possível chegar à conclusão de que aqueles que mantinham vínculos confrariais não estavam necessariamente estabelecidos na vila de Morretes há gerações. Havia uma propensa força de agregação nesta irmandade. Exercendo, inclusive, papel fundamental na inserção de *outsiders*, como foi o caso dos africanos. Como afirmei em item do primeiro capítulo, havia uma impossibilidade de formação de uma irmandade exclusivista naquela região. Afinal, Morretes viveu um período de expansão e crescimento demográfico apenas no século XIX, impedindo, conseqüentemente, que fosse forjada irmandades exclusivistas. O trabalho de Regina Célia Lima Xavier, nesta temática específica, é exemplar, demonstra a variedade de confrades que participavam do sodalício da Irmandade de São Benedito de Campinas, que era descrita como “sendo de “pretos” e escravos. Contudo, havia até pedidos de missas para membros da classe senhorial”.¹⁴⁰ Hipoteticamente, mas com a certeza de que o caso estudado por Regina Xavier tanto quanto este apresentado nesta pesquisa não são únicos, é possível sugerir que em regiões de pequeno contingente escravista e com possibilidades de expansão de fronteira as irmandades tendiam a serem mais abertas aos imigrantes e cativos. Insisto que, diante das circunstâncias demográficas pequena e variada, recrutar confrades com critérios rígidos seria frustrar qualquer possibilidade de ereção de uma confraria. Ainda posso sugerir, para o caso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes, que o livre acesso de

¹⁴⁰ XAVIER, Regina Célia Lima. Op. Cit., p. 250.

um conjunto de pessoas de múltiplas cores e condições não foi regra compromissal elaborada unicamente sob pressão do Estado ou da Igreja, mas também sob as qualidades que a comunidade apresentava. Assim se montava, ao longo do XIX, um tipo de confraria que provocava a interessante aproximação entre escravos e membros da classe senhorial, a trama principal do próximo capítulo.

3. CATIVOS CONFRADES E CONFRADES SENHORES

3.1 DA SENZALA PARA A IRMANDADE: AS VEREDAS DA NEGOCIAÇÃO

No âmbito de um regime escravista a distinção entre o senhor e o escravo existia, era sentida e juridicamente aceita. Eram partes de pólos distintos, mas a posição social de cada um destes elementos não pode ser entendida como num regime de castas, numa simples justaposição. Octavio Ianni, na década de 1960, estudava a escravidão no Sul do Brasil. Observando que os plantéis desta região eram diminutos em comparação aos lugares mais setentrionais do país, afirmou que seria preciso considerar

[...] que nas comunidades em que o contingente de escravos foi pequeno, em termos absolutos, nem sempre isto significou um regime de castas menos caracterizado, ou fracamente estruturado. [...] Não se pode negar, nestes casos, que as condições demográficas de organização das comunidades indicam pré-requisitos de um sistema de castas perfeitamente caracterizado como tal.¹⁴¹

A aplicação do termo casta, no sentido em que este sociólogo propunha, se dava em função da percepção que tinha de um regime escravista profundamente hierarquizado, com pouquíssimas possibilidades de mobilidade social. Sua idéia central partia do pressuposto de que pequenas escravarias estavam submetidas a uma fiscalização mais intensa, cerceando cruelmente a mobilidade do escravo, legitimando, conseqüentemente, a existência de uma casta.

Contudo, para Louis Dumont, a casta pode ser caracterizada por uma

oposição do puro e do impuro, oposição hierárquica por natureza e que implica separação e, no plano profissional, especialização para as ocupações que são pertinentes quanto à oposição; que esta oposição fundamental se segmenta indefinidamente; e, se se quiser, que a realidade conceptual do sistema está na oposição, e não nos grupos que ela opõe (o que dá conta do carácter estrutural desses grupos), sendo casta e subcasta a mesma coisa vista de pontos de vistas diferentes.¹⁴²

Neste sentido, o conceito de castas se torna muito mais complexo que a simples dicotomia entre o mundo livre e o mundo cativo. O estudo sobre as irmandades permite perceber

¹⁴¹ IANNI, Octavio. As metamorfoses do escravo. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo: Difusora Européia do Livro, 1962. pp. 9-10.

¹⁴² DUMONT, Louis. Homo Hierarchicus. O sistema de castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1992. p. 311.

apenas um entre os inúmeros arranjos que um escravo dispunha para se inserir socialmente. No âmbito da vivência confraral estava cercado de irmãos livres, brancos, pobres, abastados e, em consequente, não estava reduzido simplesmente ao convívio com elementos de cor e condição idênticas, descaracterizando qualquer possibilidade de aplicação do conceito de “castas” na sociedade escravista brasileira.

Em outros termos, é preciso compreender as relações escravistas justamente no ponto de contato entre senhores e escravos, pólos distintos de uma sociedade estratificada. É necessário descobrir qual é o jogo que se construiu na integração social entre dominantes e dominados. Foi tentando desvendar as relações entre estes que, em 1987, *Ciro Flamarion Cardoso* afirmava que

sob o escravismo, como em qualquer regime econômico-social, se estabelece entre classe dominante e a classe explorada um acordo legal ou consuetudinário que garante a classe dominada, pelo menos de fato e às vezes de direito, certos direitos, cuja infração traz consigo o perigo de alguma forma de rebelião.¹⁴³

Em quase toda a esfera da vida cativa sempre existiu uma possibilidade de se cultivar a “liberdade negociada”. Os dias de folga, o acúmulo de pecúlio, a posse de terras reservadas para o cultivo particular, a participação em festas, a permissão ao casamento e à constituição de família. A própria fuga e a revolta podiam ser caracterizadas como uma negociação. E os direitos concedidos de forma consuetudinária de forma alguma podiam ser desrespeitados por um senhor sem o perigo da revolta. Como afirmavam *Eduardo Silva* e *João José Reis*,

Os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e a maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um e outro pólo. O escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade das circunstâncias.¹⁴⁴

Os senhores de escravos, dos mais negociadores aos mais autoritários sequer podiam controlar a petulância e o gênio de alguns africanos recém chegados. Um visitante de Maryland (EUA), ficou estupefato frente à perseverança destes novos cativos: “Mostre a cem homens como manejar a enxada ou conduzir um carrinho de mão, ele ainda pegará primeiro por baixo e o

¹⁴³ *CARDOSO*, *Ciro Flamarion S.* *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas.* Editora brasiliense, 1987. p. 59.

¹⁴⁴ *REIS*, *J. J.*; *SILVA*, *Eduardo.* *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 7.

segundo pela roda”.¹⁴⁵ Há relatos de escravos que dormiam em serviço nos momentos em que não estavam sendo vigiados, acordados pelos companheiros com códigos bantus não inteligíveis aos capatazes e senhores: “*ngoma vem*” ou “*cumbi virô*”, significados imediatos de “acorda!”, procedentes de jogos de palavras africanas resignificadas no Brasil. Compreendidas hoje por ser fruto do trabalho de historiadores como Robert Slenes.¹⁴⁶ Ou seja, existiam técnicas para burlar o poder senhorial.

Sendo impossível, portanto, controlar a grande massa de escravos e suas estratégias de sobrevivência, a negociação era uma forma diplomática de apaziguar os ânimos no interior do cativeiro. A religião católica aparecia então como uma via de mão dupla, disciplinadora na perspectiva dos senhores, e o caminho para a inserção social na expectativa dos africanos e seus descendentes. Frequentar a igreja, respeitar os dias santos e, principalmente, ingressar numa irmandade, eram partes importantes desta micropolítica circunscrita na ordem escravista.

É dentro desta perspectiva historiográfica que entende a escravidão como um espaço de negociação constante, cotidianamente reconstruído e renovado, que pretendo analisar casos específicos de escravos que ingressaram na Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. Pois este tipo de instituição, ao contrário do quilombo, fazia parte de uma negociação dentro da ordem. Para Julita Scarano, as irmandades “foram o refúgio das aspirações e sentimentos democráticos”.¹⁴⁷ Noção esta que representava a inserção do negro confrade em um âmbito social que extrapolava o simples convívio das senzalas e das ruas. Tratava-se de um espaço institucional legalmente reconhecido pelos poderes eclesiástico e civil. Portanto, era quase impossível ao senhor de um escravo confrade impedi-lo de participar de todos os eventos promovidos por uma irmandade. “A irmandade, obra de Deus e aprovada pelo Rei, estava, de certo modo, acima do poder dos senhores (...)”.¹⁴⁸ O cativo confrade, portanto, tinha acesso ao tempo livre dedicado às festas, missas, reuniões e procissões. Isto não significa que outros escravos que não eram filiados a uma irmandade estivessem impedidos de exercer certa liberdade de movimento. Mas ao contrário destes escravos sem irmandade, que precisavam de permissão senhorial para consumir migalhas de liberdade, os cativos confrades eram autorizados pela própria instituição na qual estavam inseridos, pois esta prevalecia sobre o mando senhorial.

¹⁴⁵ BERLIN, Ira. Gerações de cativeiro. Rio de Janeiro - São Paulo: Editora Recor, 2006. p. 83.

¹⁴⁶ SLENES, Robert. “Malungu, ngoma vem!”. África coberta e descoberta do Brasil. In Revista USP. n.º. 12. pp. 48-67.

¹⁴⁷ SCARANO, Julita. Devoção e escravidão. Op. Cit. p. 32.

¹⁴⁸ Idem., p. 55.

Para o senhor, colocar seu escravo numa confraria implicava no reconhecimento de que este se ausentaria da faina cotidiana em muitas oportunidades.

Lembrando que todos estes eventos de uma irmandade eram de presença obrigatória e extensiva a todos os irmãos do sodalício, Caio César Boschi anotou de forma enfática, “a inserção numa irmandade, [...] não era mera formalidade; era compromisso, envolvimento, participação ativa”.¹⁴⁹ Muito além disso, ser confrade era participar de um grupo seletivo com prestígio reconhecido em toda a comunidade. Para um escravo, ser confrade era um elemento de distinção que o colocava numa posição privilegiada não apenas no interior do cativo, mas também diante de toda a comunidade da qual participava.

Todavia, para almejar o ingresso era preciso a permissão senhorial, como demonstrava o segundo artigo do compromisso da Irmandade de São Benedito de Morretes:

Art.º 2º Para ser admitido Irmão nesta Irmandade e necessário que os escravos apresentem licença de seus Senhores ou administradores ou requerimento destes da mesma forma serão admitidos os menores que devem apresentar licença de seus pais, tutores ou a requerimentos destes.¹⁵⁰

A concessão era parte das relações paternalistas e, como anotam muito bem Eduardo Silva e João José Reis, paternalismo “não significava relações escravistas harmoniosas e ausência de contradição; era estratégia de controle, meio de dominar de forma mais sutil e eficiente, com menos desgaste e alguma negociação”.¹⁵¹

3.2 OS ESCRAVOS DE SÃO BENEDITO

Nossa Senhora do Rosário e São Benedito eram as invocações mais frequentes das irmandades negras, consideradas protetoras dos escravos. Conforme Anderson Oliveira,

a escolha do patrono é uma pista fundamental para se tentar inferir algumas conclusões sobre a mentalidade coletiva que se constrói nele respaldada. Os oragos, enquanto símbolos sagrados, chegam a desempenhar a função de síntese do caráter e da visão de mundo de um grupo.¹⁵²

¹⁴⁹ BOSCHI, Caio César. Op. Cit. p. 15.

¹⁵⁰ PNSPM. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1863. fl. 3.

¹⁵¹ REIS, J. J.; SILVA, Eduardo. Op. Cit. p. 45.

¹⁵² OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Santos Negros e Negros Devotos: A Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro, Século XIX. In *Cativeiro & Liberdade*. Ano II, v. 4, julho -dezembro/1997. p. 22.

Assim, para esta pesquisa, é necessário mergulhar rapidamente na pequena hagiografia de São Benedito, até para compreender melhor a proliferação de sua invocação entre as irmandades de cor.

São Benedito teria sido filho de escravos, nascido em Palermo, na Itália, no ano de 1526. Foi um irmão leigo franciscano, responsável pela cozinha de um convento. Seus milagres estariam sempre envolvidos com a multiplicação da comida. E seu processo de canonização foi concluído no ano de 1807.¹⁵³ Como irmão franciscano é representado nas imagens com hábito comum a esta ordem, carregando o menino Jesus ao colo. Sendo filho de africanos tem um semblante negro. A análise das formas imagéticas de alguns santos como São Benedito, Santa Efigênia e Santo Elesbão permite supor uma missão pedagógica previamente elaborada no sentido de criar afinidades entre os africanos e a Igreja. Talvez, como supõe o historiador Anderson Oliveira, a pele escura representada nos ícones fosse uma “reafirmação genealógica da paternidade”.¹⁵⁴ Sendo assim, São Benedito passou a ser o santo negro mais cultuado no Brasil, patrono de muitas irmandades negras.

No Paraná, por exemplo, há notícias de pelo menos seis confrarias sob esta invocação, provavelmente em todas havia a participação da comunidade de cor. São elas, a Irmandade do Glorioso São Benedito de Paranaguá, da qual se tem notícia de 1694, por suposto era a mais antiga;¹⁵⁵ a Irmandade de São Benedito de Antonina; A Irmandade de São Benedito da cidade da Lapa, que está em funcionamento e promove festas de congadas até os dias de hoje; uma outra sob a mesma invocação em Castro; a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Pretos de Curitiba; além da Irmandade de São Benedito da vila de Morretes, instituição enfatizada nesta pesquisa.

Esta última, como já foi confirmado no primeiro capítulo, tinha uma substancial participação de cativos, formavam 34,1% do sodalício, em 1865. Embora com uma ligeira supremacia da participação masculina, as mulheres estavam presentes como cerca de 46,5% de todos os irmãos. Eram minoria entre os escravos e ligeiramente superior entre os livres. (Ver tabela 1)

¹⁵³ BORGES, Célia Maia. Escravos e libertos nas irmandades do Rosário. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. p. 155.

¹⁵⁴ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Santos Negros... Op. Cit. p. 24.

¹⁵⁵ SANTOS, Antonio Vieira dos. Memória Histórica da cidade de Paranaguá ... Op. Cit. p. 173.

Entre estas mulheres, Rosa e Martinha, escravas do Padre Antonio Rois de Carvalho. A lista nominativa de 1836 apontava, Padre Carvalho, como um dos seis maiores proprietários de escravos de Morretes, com dezessete cativos, sendo dez mulheres e sete homens.¹⁵⁶ Com tantos escravos para os padrões da localidade, fica difícil de compreender o fato de não ter sido arrolado na lista nominativa o tipo de estabelecimento que o vigário encabeçava, mas é possível aventurar que, pela quantidade de escravos, não se tratava de um domicílio improdutivo. Seria também surpreendente o pequeno número de homens, não fosse a presença de quatro crianças do sexo feminino, todas com menos de dez anos, equilibrando, consequentemente, o número de escravos homens e mulheres entre adultos.

Rosa era a mais velha das escravas, em 1836, com vinte e sete anos, confrade desde 1817.¹⁵⁷ Martinha, a terceira cativa com mais idade, vinte e quatro anos, ingressou como irmã de São Benedito em 1823.¹⁵⁸ Ambas, na década de 1860, ainda estavam presentes no sodalício. Rosa aproximadamente há quarenta e três anos, Martinha há pelo menos trinta e sete anos. A idade de ambas supõe que entraram como irmãs ainda meninas. Se for possível considerar que estas irmandades que recepcionavam escravos eram, de fato, reguladoras de comportamento, então estas pequenas foram inseridas na irmandade como se fossem colocadas numa primeira “escola de catequese”, com a finalidade de despertar -las ao espírito cristão.

¹⁵⁶ AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). SUBSISTEMA: JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835.

¹⁵⁷ PNSPM. Livro de entradas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/d. fl. 4.

¹⁵⁸ Idem., fl. 6.

TABELA 12 – ESCRAVARIA DO PADRE ANTONIO ROIS DE CARVALHO SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1836)

NOME	SEXO	IDADE	COR	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL
SIMPROZA	F	1	PARDO	MORRETES	S
ANA	F	2	PARDO	MORRETES	S
EDEVIRGEM	F	2	PARDO	MORRETES	S
MODESTA	F	8	PARDO	MORRETES	S
NAZARIA	F	22	PARDO	MORRETES	S
ANTONIA	F	22	PARDO	MORRETES	S
FRANCISCA	F	23	PARDO	MORRETES	S
MARTINHA	F	24	PARDO	MORRETES	S
JERONIMA	F	25	PARDO	MORRETES	S
ROSA	F	27	PARDO	MORRETES	S
DIOGO	M	14	PARDO	MORRETES	S
JOAQUIM	M	15	PARDO	MORRETES	S
JOAO	M	22	PARDO	MORRETES	S
MANUEL	M	26	PARDO	MORRETES	S
BONIFACIO	M	32	PARDO	MORRETES	S
ANGELO	M	64	PARDO	MORRETES	S
MIGUEL	M	71	PARDO	MORRETES	S

FONTES: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). **SUBSISTEMA:** JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835 . Destaco em “negrito” as confrades.

Houve exemplos parecidos como estes de Rosa e Martinha. Foi o caso de Clara, escrava do Capitão João Ferreira da Costa, um proprietário de armazém de molhados.¹⁵⁹

TABELA 13 – ESCRAVARIA DO CAPITÃO JOÃO FERREIRA DA COSTA SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1836)

NOME	SEXO	IDADE	COR	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL
CAROLINA	F	4	NEGRO	MORRETES	S
CLARA	F	20	NEGRO	MORRETES	S
BENEDITO	M	21	NEGRO	MORRETES	S
DIONISIO CRIOULO	M	22	NEGRO	MORRETES	S

FONTES: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). **SUBSISTEMA:** JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835 . Destaco em “negrito” a confrade.

Muito embora Clara estivesse inserida numa escravaria de proporções bem menores em relação às confrades Rosa e Martinha, era a escrava mulher de maior idade, em 1836. Segundo o

¹⁵⁹ AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). **SUBSISTEMA:** JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835.

livro de entradas, era irmã de São Benedito desde 1850.¹⁶⁰ Teve seu procedimento fúnebre guardado pela confraria em 1868, como testemunhava o livro de receitas de despesas.

Recebi do Senr Jozé Antº Malheiros Thesoureiro da Irmandade de S. Benedito desta Villa a quantia de Um mil reis 1000 proveniente do funeral da Anna Clara escrava do Capm João Fer rª da Costa, Morr. 11 de fev de 1868
SachristãoManuel Leocadio Huiz¹⁶¹

Nesta fonte a confrade aparecia com um primeiro nome, Ana. Porém, em seu óbito, volta a ser denominada simplesmente como Clara, solteira, falecida com todos os sacramentos e enterrada no cemitério em 1868.¹⁶² Foi irmã de São Benedito durante dezoito anos, um tempo considerável e que certamente foi vivenciado em conjunto com Rosa e Martinha. Para estas mulheres cativas, tantos anos como confrades indicam um bom manejo das relações escravistas, com integração social e certa margem de liberdade construída dentro da ordem.

O papel das mulheres nas irmandades foi discutido brevemente, porém com riqueza de fontes, pela historiadora Lucilene Reginaldo. Ressaltou a importância feminina na organização das festas, no cuidado com os irmãos adoecidos, além do zelo com “os altares, andores e imagens, e ainda, os peditórios semanais”.¹⁶³

Sebastião e Simão também foram irmãos de São Benedito. Eram escravos de Antonio Luis Pereira, lavrador e proprietário de um domicílio produtor de arroz e milho.¹⁶⁴ O primeiro foi flagrado no livro de entradas, o segundo no livro de receitas e despesas, ambos constavam nos óbitos e na lista nominativa de 1836.

¹⁶⁰ PNSPM. Livro de entradas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/d. fl. 30.

¹⁶¹ PNSPM. Livro de recibos de despesas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1864. fl. .

¹⁶² PNSPM. Livro de óbito nº. 5. fl.77.

¹⁶³ REGINALDO, Lucilene. Os Rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2005. p. 203.

¹⁶⁴ AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). SUBSISTEMA: JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835.

TABELA 14 – ESCRAVARIA DE ANTONIO LUIS PEREIRA SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1836)

NOME	SEXO	IDADE	COR	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL
FLORIANA	F	6	NEGRO	-	-
INES	F	18	NEGRO	-	-
FAUSTA	F	25	NEGRO	-	-
JOANA	F	30	NEGRO	-	-
ROSA	F	41	NEGRO	-	-
LEOCADIA	F	42	NEGRO	-	-
BASILIO	M	2	NEGRO	-	-
PEDRO	M	4	NEGRO	-	-
JOAO	M	12	NEGRO	-	-
GENUINO	M	16	NEGRO	-	-
ANASTACIO	M	26	NEGRO	-	-
SEBASTIAO	M	30	NEGRO	-	-
SIMAO	M	40	NEGRO	-	-

FONTES: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). **SUBSISTEMA:** JMF. FILME Nº 1223. **MICROFILME:** 225. **REF:** 1835. Destaco em “negrito” os confrades.

Sebastião foi admitido na irmandade em 1831, participou como confrade por aproximadamente trinta e dois anos.¹⁶⁵ O recenseador responsável à época não anotou a naturalidade e o estado civil dos cativos do plantel no qual estava inserido. Porém, ao que consta no registro de óbito, era casado com Joana, também escrava de Antonio Luis Pereira. Esta também era confrade desde 1835, ingressou no sodalício quatro anos após seu consorte.¹⁶⁶ O vigário, quando redigiu o óbito, deixou de especificar o fato de o falecido Sebastião ter sido acompanhado pela Irmandade de São Benedito.¹⁶⁷ Casos como este parece ter sido muito mais a regra do que a exceção, os vigários da Vila de Morretes em poucas oportunidades anotaram o pertencimento de um falecido a uma determinada confraria.

Simão, escravo homem mais velho de Antonio Luis Pereira, foi flagrado como confrade apenas no livro de receitas e despesas:

Recebi do Ilmo Senr Capitão Antonio Ricardo dos Santos, com o thesoureiro da Irmandade do Glorioso São Benedito desta Villa, a quantia de 4:800 = quatro mil e oito centos reis, sendo mil e seis sentos pela recomendação de Maria, filha de Caridade, escrava de José Antonio Malheiros, 1600 pela recomendação de Felicidade Maria Velloso, e 1600 pela recomendação de Simão, escravo de Antonio Luis Pereira, Irmãos da dita irmandade e por verdade passo a presente. Morretes, 24 de Dezembro de 1864.
O Vigrº Domingos Leite de Mesquita¹⁶⁸

¹⁶⁵ PNSPM. Livro de entradas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/d. fl. 9.

¹⁶⁶ Idem., fl. 13.

¹⁶⁷ PNSPM. Livro de óbito nº. 5. fl.11.

¹⁶⁸ PNSPM. Livro de recibos de despesas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1864. fl. 6.

Domingos Leite de Mesquita, vigário da paróquia no ano de 1864, assinava o recibo referente à recomendação das almas de três irmãos. Neste caso, o escravo Simão constava como confrade que tivera todo seu procedimento fúnebre guardado pela irmandade, fato que preenche certo vazio de informações em sua certidão de óbito abaixo citada.

Aos quatro dias do mês de Maio de mil oito centos sessenta e quatro nes Parochia de Nossa Senhora do Porto dos Morretes falleceu da vida presente Simão de oitenta annos escravo de Antonio Luis Pereira, recebeo os Sacramentos da Penitencia e Extrema Unção foi recomendado e sepultado no Cemitério do que fiz este assento. O Vigrº Domº Leite de Mesquita. ¹⁶⁹

Simão foi, de fato, recomendado como um irmão filiado à confraria de São Benedito, como confirmava o livro de receitas e despesas. Contudo, na descrição do óbito aparecia apenas como um escravo de Antonio Luis Pereira que foi sepultado no cemitério. Embora as informações estejam incompletas, foi possível perceber no cruzamento de dados elementos passíveis de configurá-lo como confrade e de ter recebido tratamento como tal no momento de sua morte.

Outro elemento importante a respeito da trajetória deste cativo é o fato de aparecer nos óbitos, no ano de 1847, casado com Fausta, também escrava de Antonio Luis Pereira. Neste ano, três filhos do casal faleceram, a saber, Lucia, com seis anos, Rita com três e, Aurélio, com apenas dois anos de idade.¹⁷⁰ Muito provavelmente foram vítimas de alguma epidemia que atingiu a vila de Morretes naquele ano, como demonstra a linha do gráfico de óbitos que tem um crescimento vertiginoso justamente naquele contexto. (Ver anexo VI)

Sebastião casado com Joana, Simão casado com Fausta, dois casais de um mesmo plantel, aliás, muito equilibrado entre os sexos. Casos como esses devem ter sido muito mais exceção do que regra, por dois motivos. O primeiro relativo a percentagem de homens entre escravos na vila de Morretes, 58% em 1836, pouco acima do que apresentava áreas circunvizinhas como Antonina, Guaratuba e Parangará. O último concernente ao pequeno volume dos plantéis locais, no máximo vinte, dificultando as alianças de endogamia no cativo por existirem poucas parceiras disponíveis. Ao crer nas afirmações de Kátia Mattoso, os senhores teriam se mostrado pouco interessados nas alianças matrimoniais de seus cativos, “apesar das exortações da

¹⁶⁹ PNSPM. Livro de óbito nº. 5. fl.27.

¹⁷⁰ PNSPM. Livro de óbito nº. 3. fl.20.

Igreja”.¹⁷¹ Teriam estes proprietários partido do pressuposto que comprar negros era melhor negócio que criar filhos de escravos. Para Stuart B. Schwartz, ao estudar a família escrava no Recôncavo Baiano, a prioridade senhorial era o casamento endogâmico, como estes de Sebastião e Joana e de Simão e Fausta, concretizado entre escravos de um mesmo plantel. O autor afirmava enfaticamente que, em centenas de documentos paroquiais, não encontrou nenhum laço matrimonial entre escravos de plantéis diferentes. Teria existido então uma política que cerceava estas relações.¹⁷² Todavia, estabelecer matrimônios entre cativos de um mesmo plantel pode ter sido um bom negócio para a promoção da harmonia nos fogos escravistas. Para o senhor era a certeza da fixação dos cativos em sua propriedade. Nas palavras de José Flávio Motta, os casamentos de escravos foram, “decerto, um instrumento de controle social empregado pelos senhores; mas são, igualmente, uma efetiva estratégia de sobrevivência da qual lançam mão os escravos”.¹⁷³

O escravo Gabriel, também casado, era confrade desde 1841, como demonstrava a lista nominativa de habitantes. Estava inserido em uma pequena escravaria de propriedade do negociante Manuel Antonio Bitencourt, dono de uma loja de fazendas.¹⁷⁴

TABELA 15 – ESCRAVARIA DE MANUEL ANTONIO BITENCOURT SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1836)

NOME	SEXO	IDADE	COR	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL
TERESA	F	15	PARDO	MORRETES	S
DOROTEIA	F	23	NEGRO	MORRETES	S
GABRIEL	M	13	NEGRO	MORRETES	S
PEDRO	M	19	NEGRO	MORRETES	S

FONTES: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). SUBSISTEMA: JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835 . Destaco em “negrito” o confrade.

Gabriel faleceu afogado no Rio Nhundiaquara, em 1869. Havia participado por pelo menos vinte e oito anos como confrade. Em vida fora casado com a liberta Maria, situação esta evidenciada em seu registro de óbito onde já aparecia como cativo da viúva de Manuel Antonio

¹⁷¹ MATTOSO, Kátia de Queirós. Op. Cit. p.126.

¹⁷² SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 313.

¹⁷³ MOTTA, José Flávio. Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801 - 1829). São Paulo: Editora Annablume, 1999. p. 225.

¹⁷⁴ PNSPM. Livro de entradas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/d. fl. 16.

Bitencourt, a Dona Joaquina Antonia de Oliveira.¹⁷⁵ Vivia um relação conjugal assimétrica, homem escravo casado com uma mulher liberta. Mas o que de fato chama a atenção nesta situação é a capacidade de Gabriel ter contraído laços matrimoniais mesmo submetido num a escravaria tão diminuta. Ao que parece o plantel do negociante Manuel Antonio Bitencourt não adquiriu grandes proporções com o tempo, fato presumível pela quantidade de cativos falecidos em seu domicílio entre 1839 e 1859, apenas dois adultos e quatro crianças.

Como Gabriel escreveu sua trajetória pelas veredas da negociação? Talvez seja uma pergunta sem resposta. Mas teria a irmandade influenciado nas possibilidades de acesso à mulheres e, conseqüentemente, auxiliado homens como Gabriel que por terem seu convívio social reduzido numa escravaria pequena não tinham grandes possibilidades de contrair laços matrimoniais? Russell-Wood enumerou três condições que maximizavam ou diminuía as possibilidades de casamento e mobilidade de um cativo: “o ambiente (rural ou urbano), a ocupação (mineração, agricultura de plantation, cultivo de subsistência em pequenas propriedades, criação de gado) e os talentos (ofícios mecânicos, conhecimentos paramédico) [...]”.¹⁷⁶ Acrescentaria, hipoteticamente, que a mobilidade no espaço, também poderia estar entre as causas ampliadoras das possibilidades de criação de vínculos matrimoniais. Ora, ser confrade também era ter a possibilidade de freqüentar ambientes públicos e exercitar a liberdade em local propício à socialização. A integração em um sodalício pode ter sido uma compensação para cativos como Gabriel. Se por um lado tinham possibilidades restritas de contrair conjugues em pequenos plantéis, a vida social proporcionada em irmandade deve ter construído uma via possível de acesso ao casamento. Não quer dizer que escravos buscavam a filiação nestas agremiações em busca de vínculos matrimoniais, mas a confraria, como um espaço de liberdade e de convívio social pode ter criado situações favoráveis.

No caso da Irmandade do Rosário e São Benedito da cidade de Curitiba, analisada por Carlos A. M. Lima, no período entre 1765 e 1820, “ser casado parece ter sido algo associado ao fato de ser membro do Rosário entre os libertos, mas não importava muito no tocante aos cativos”.¹⁷⁷ A constituição de famílias cativas então, não parece ter tido qualquer correlação com a irmandade. Segundo os óbitos da Catedral Basílica Menor de Curitiba, consultados pelo historiador, 28% dos escravos enterrados com vinte anos ou mais sob a intervenção da

¹⁷⁵ PNSPM. Livro de óbito n°. 6. fl. 15.

¹⁷⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Op. Cit. p. 253.

¹⁷⁷ LIMA, Carlos A. M.; MOURA, Ana Maria da Silva. Op. Cit. p. 148.

Irmandade do Rosário eram casados ou viúvos, mesma percentagem encontrada para os escravos não confrades.¹⁷⁸

A escravaria de Manuel Gonçalves do Nascimento também parece digna de análise. Tratava-se de uma propriedade arrolada na lista nominativa de habitantes de 1836, com um engenho de erva mate e dezesseis escravos. Dona Rosa Maria de Lima, casada com Manuel Gonçalves do Nascimento, parece ter herdado a escravaria quando viúva.

TABELA 16 – ESCRAVARIA DE MANUEL GONÇALVES DO NASCIMENTO SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1836)

NOME	SEXO	IDADE	COR	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL
INES	F	17	NEGRO	MORRETES	S
VITORIA	F	18	NEGRO	MORRETES	S
SEBASTIANA	F	21	NEGRO	MORRETES	S
BALBINA	F	26	NEGRO	MORRETES	S
BRIGIDA	F	36	NEGRO	MORRETES	S
JOAQUIM	M	13	NEGRO	NAÇÃO	S
JANUARIO	M	15	NEGRO	NAÇÃO	S
BERNARDO	M	19	NEGRO	NAÇÃO	S
BENEDITO	M	21	NEGRO	NAÇÃO	S
JUSTINO	M	21	NEGRO	NAÇÃO	S
MIGUEL	M	26	NEGRO	NAÇÃO	S
ANTONIO	M	26	NEGRO	NAÇÃO	S
MANUEL	M	31	NEGRO	MORRETES	S
JOSE	M	31	NEGRO	NAÇÃO	S
LUIS	M	33	NEGRO	NAÇÃO	S
BENEDITO	M	41	NEGRO	MORRETES	S

FONTES: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). SUBSISTEMA: JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835 . Destaco em “negrito” o confrade.

Entre os cativos de Dona Rosa Maria de Lima, dois irmãos de São Benedito, Anacleto e Benedito. O primeiro não foi arrolado entre os recenseados do ano de 1836, todavia, tratava-se de um escravo bastante velho. Faleceu solteiro, sem sacramentos, aos noventa anos, em 1867.¹⁷⁹ Benedito, por sua vez, era confrade desde o ano de 1831.¹⁸⁰ Esteve vinculado ao sodalício por pelo menos trinta e quatro anos, vindo a falecer em 1865.

Aos vinte e hum dias do mez de Agosto de mil oito centos sessenta e cinco nesta Parochia de Nossa Senhora do Porto dos Morretes falleceu da vida prezente Benedito, de cincoenta annos

¹⁷⁸ Idem., p. 147.

¹⁷⁹ PNSPM. Livro de óbito nº. 5. fl. 61.

¹⁸⁰ PNSPM. Livro de entradas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/d. fl. 9.

mais ou menos, escravo solteiro de Dona Rosa Maria de Lima, recebeu o Sacramento da Extrema Unção, foi recommendado e sepultado no Cemitério do que fiz este assento, que assigno. O Vigr^o Domingos Leite de Mesquita¹⁸¹

Uma dúvida fica evidente ao confrontar o óbito e a lista nominativa de habitantes, pois existiam dois cativos chamados Benedito no mesmo plantel. Um crioulo, nascido em Morretes, com quarenta e um anos, outro africano, com vinte e um anos de idade neste mesmo período. Ao confrontar as idades relacionadas nas fontes, com certeza, tratava -se do africano Benedito. Como *outsider* em terras brasileiras, pela condição de escravo e estrangeiro, as dificuldades de integração social eram bem maiores. Contudo, ingressou ainda muito jovem na irmandade, o que é mais um motivo para suspeitar que a ação senhorial prevalecia com o intuito de cristianizar este jovem africano.

Em suma, o que mais chamou a atenção foi o tempo que alguns cativos confrades serviram na irmandade, alguns por mais de três décadas. O que pressupõe que ingressavam ainda muito jovens. Rosa e Martinha, as escravas do padre Antonio Róis de Carvalho, teriam entrado para a irmandade ainda com seis e treze anos, respectivamente. Até por terem sido escravas de um padre, a entrada de ambas pode ter acontecido através da intenção do proprietário (ou da família das pequenas, quem sabe) em moldar o comportamento delas dentro de uma instituição genuinamente cristã. Mas não foram casos isolados como se viu anteriormente.

Célia Maia Borges, ao estudar as irmandades do Rosário de Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, percebeu a importância de certos códigos disciplinares. “Exigia -se [...] que não fossem viciados em bebidas alcoólicas, nem praticassem o concubinato”.¹⁸² Russel-Wood apontava para uma espécie de contrato socioreligioso, eram obrigados a “rezar o rosário diariamente, comungar e confessar -se todo mês na igreja da irmandade”.¹⁸³ Os cativos de uma instituição católica como a irmandade certamente não escapavam de um paradigma cristão a ser seguido. Em contrapartida, a participação e o cumprimento das regras confrariais alargavam substancialmente um espaço de liberdade a ser desfrutado dentro da ordem.

¹⁸¹ PNSPM. Livro de óbito n^o. 5. fl. 42.

¹⁸² BORGES, Célia Maia. Op. Cit. p. 80.

¹⁸³ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Op. Cit. p. 218.

3.3 A CIRANDA DA IRMANDADE: SENHORES E ESCRAVOS SÃO “IRMÃOS”

Parece ter sido significativa a presença do tesoureiro Antonio José Malheiros na Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. Assumiu um cargo estratégico na administração da confraria, talvez o mais importante. Segundo o com promisso de 1863, as responsabilidades do cargo implicavam em guardar o dinheiro, jóias, alfaias, entre outras atribuições.¹⁸⁴ Além de certo grau de instrução, o pré-requisito básico era a transparência no exercício da função, o que pressupunha a necessidade de ser pessoa de confiança entre a maior parte dos irmãos. De preferência pessoa de posses, para socorrer a instituição com empréstimos em momentos de constrangimento financeiro. Ação que se fez necessária em 1865, quando as obras de construção da capela estavam em andamento.

Foi como tesoureiro que Antonio José Malheiros acompanhou os procedimentos fúnebres de três escravos seus, todos enterrados sob a intervenção de São Benedito. A inocente Maria, falecida em 1864, filha da escrava solteira Caridade;¹⁸⁵ Luis, cativo confrade de cinquenta anos, solteiro, falecido em 1865;¹⁸⁶ e Manuel, escravo de quarenta anos, solteiro, falecido em 1870.¹⁸⁷ Luis e Manuel viveram como irmãos de São Benedito em conjunto com seu proprietário. Para Anderson J. M. de Oliveira, esta situação refletia o prolongamento de uma relação de dominação, para outra, de “irmandade” espiritual.¹⁸⁸ Mas muito além da irmandade espiritual, foram com os escravos filiados à irmandade que muitos senhores, como Antonio José Malheiros, demonstraram publicamente os cuidados com seus subalternos. Era, sem dúvida, muito prestigioso ao senhor ter seus cativos bem encaminhados em grupos reconhecidos socialmente como as irmandades.

A escrava Sebastiana ingressou como irmã de São Benedito em 1829.¹⁸⁹ Era a mais velha do plantel, em 1836. Onde estava domiciliada havia uma padaria, de propriedade de sua senhora, a viúva Ana Francisca da Costa.¹⁹⁰ Alguns anos mais tarde, em 1833, Ana Francisca também

¹⁸⁴ PNSPM. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1863. fls. 5-6.

¹⁸⁵ PNSPM. Livro de recibos de despesas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1864. fl. 6.

¹⁸⁶ PNSPM. Livro de óbito n.º. 5. fl. 43.

¹⁸⁷ PNSPM. Livro de óbito n.º. 6. fl. 27.

¹⁸⁸ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Santos Negros... Op. Cit. p. 45.

¹⁸⁹ PNSPM. Livro de entradas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/d. fl. 8.

¹⁹⁰ AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). SUBSISTEM A: JMF. FILME N.º 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835.

ingressava como confrade.¹⁹¹ Ambas, escrava e senhora, estavam lotadas como irmãs na década de 1860, o que supõe uma participação das duas no sodalício em torno de trinta anos ou mais.

TABELA 17 – ESCRAVARIA DE ANA FRANCISCA DA COSTA SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1836)

NOME	SEXO	IDADE	COR	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL
FRANCISCA	F	1	P	MORRETES	S
MARIA	F	6	P	MORRETES	S
CLARA	F	16	P	MORRETES	S
DOMINGAS	F	22	P	MORRETES	S
SEBASTIANA	F	24	P	MORRETES	S
JOAQUIM	M	3	P	MORRETES	S
JOAO	M	23	P	MORRETES	S

FONTES: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). **SUBSISTEMA:** JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835 . Destaco em “negrito” a confrade.

Em 1812, segundo o livro de entradas, ingressava para a irmandade Domingas, “que foi escrava de Severino Leandro Pereira”.¹⁹² Isabel, escrava do mesmo, passou à condição de confrade em 1849.¹⁹³ Severino era um negociante, dono de um engenho de aguardente, casado com Felicidade Maria das Neves.¹⁹⁴ Sua esposa também era irmã de São Benedito, entrou para a irmandade em 1835.¹⁹⁵

TABELA 18 – ESCRAVARIA DE SEVERINO LEANDRO PEREIRA SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1836)

NOME	SEXO	IDADE	COR	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL
JOSEFA	F	7	P	MORRETES	S
ISABEL	F	21	N	MORRETES	S
VITORIA	F	53	N	MORRETES	S
JOAQUIM	M	13	N	MORRETES	S
BENTO*	M	31	P	MORRETES	S
DOMINGOS	M	41	N	MORRETES	S

**Bento aparece na escravaria entre os cativos, porém com a letra “L” na coluna de “condição”, supõe -se que era liberto e que vivia no mesmo domicílio onde um dia foi escravo.*

FONTES: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). **SUBSISTEMA:** JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835 . Destaco em “negrito” a confrade.

¹⁹¹ PNSPM. Livro de entradas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/d. fl. 10.

¹⁹² Idem., fl. 2.

¹⁹³ Idem., fl. 30.

¹⁹⁴ AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). **SUBSISTEMA:** JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835.

¹⁹⁵ PNSPM. Livro de entradas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/d. fl. 13.

As fontes apontam para Isabel e sua senhora, Felicidade Maria das Neves, convivendo como irmãs de confraria por pelo menos dezessete anos. Pois, em 1867, falecia a senhora Felicidade, já viúva, e sob a intervenção de São Benedito foi enterrada em uma catacumba do cemitério.¹⁹⁶

Recebi do Senr Joze Antonio Malheiros, Thesoureiro da Irmandade de São Benedito desta Vil Ia, a quantia de três mil reis provenientes do acompanhamento e recomendação da irmã Felicidade Maria das Neves, e por verdade passo a prezente. Morr. 30 de Abril de 1867.
O Vigrº Domingos Leite de Mesquita¹⁹⁷

Provavelmente, no dia do procedimento fúnebre da senhora Felicidade, Isabel teve de cumprir suas obrigações de confrade. Acompanhar com a opa branca e em conjunto com todos os outros irmãos o cortejo de sua senhora, se mostrar solícita com a irmã de espírito que precisava receber as orações para aliviar sua alma e apressar o caminho da salvação.

TABELA 19 – ESCRAVARIA DE FRANCISCO PLACIDO MENDES SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1836)

NOME	SEXO	IDADE	COR	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL
JANUARIA	F	21	P	MORRETES	S
EUFRASIA	F	40	P	MORRETES	C
BENTO	M	1	P	MORRETES	S
SALVADOR	M	2	P	MORRETES	S
BENEDITO	M	5	P	MORRETES	S
ANTONIO	M	6	P	MORRETES	S
ANTONIO CARDOSO	M	35	P	MORRETES	S

FONTES: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). SUBSISTEMA: JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835. Destaco em “negrito” a confrade.

Francisco Plácido Mendes era um lavrador, produzia mandioca e pinga em seu domicílio.¹⁹⁸ Casado com Josepha Clara do Amaral, irmã de São Benedito desde 1822.¹⁹⁹ Sua escrava Eufrásia, ingressou na confraria pouco depois, em 1824.²⁰⁰ Tratava-se da cativa mais velha de toda a escravaria. Eufrásia fora casada em vida com Antonio Cardoso, muito

¹⁹⁶ PNSPM. Livro de óbito nº. 5. fl. 63.

¹⁹⁷ PNSPM. Livro de recibos de despesas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1867. fl 16.

¹⁹⁸ AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). SUBSISTEMA: JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835.

¹⁹⁹ PNSPM. Livro de entradas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/d. fl. 5.

²⁰⁰ Idem., s/d. fl. 7.

provavelmente o escravo de trinta e cinco anos que aparece na tabela acima. O recenseador responsável anotou o escravo Antonio Cardoso como solteiro, mas em seu óbito, em 1850, aparecia casado com Eufrásia.²⁰¹ Ao que tudo indica, Eufrásia e sua senhora Josepha Clara do Amaral também experimentaram a vivência confrarial juntas.

Sebastiana e Ana Francisca da Costa; Isabel e Felicidade Maria das Neves; Eufrásia e Josepha Clara do Amaral. Respectivamente as escravas e suas senhoras, comungavam em uma relação de “irmãs de espírito” na Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. De certa maneira, o caso destas cativas confrades impõe ressalva a certas asserções sobre a condição dos negros em irmandades. Mariza de Carvalho Soares afirma va ser indiscutível o fato dos pretos procurarem “[...] confrarias por serem o único espaço onde podem reunir -se e organizar-se longe do controle do ordinário da Igreja, do Estado e das irmandades de homens brancos, que os excluía m religiosa e socialmente”.²⁰² Em primeiro lugar, a Igreja e o Estado não estavam tão longe das irmandades, a fiscalização sobre estas instituições aconteceram em algumas oportunidades no século XVIII e XIX, comentada pelos historiadores Alisson Eugênio e Anderson Oliveira, além da pequena devassa feita por um promotor sobre a Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes, narrada no primeiro capítulo.²⁰³ Ainda é possível sugerir que, se a tentativa dos homens brancos era excluir religiosamente os negros, isto nem sempre foi possível, em algumas oportunidades, antes viviam em conjunto a experiência confrarial, como nos casos descritos acima. Finalmente, não era possível a quase nenhuma confraria de cor negar a entrada de um homem branco, e seria de pouco interesse impedir que isto acontecesse quando se tratava de pessoas comprovadamente abastadas.

O português Antonio Vieira dos Santos, Alferes da Quinta Companhia de Ordenanças, o mesmo cronista que tantas vezes foi citado nesta pesquisa, no ano de 1830, era proprietário de nove escravos. Seu domicílio, em Morretes, produzia feijão, arroz e milho.²⁰⁴ Porém, em outra lista nominativa de habitantes, do ano de 1836, aparecia como proprietário de um engenho de erva-mate.²⁰⁵ Muito provavelmente todas estas produções eram concomitantemente trabalhadas, até pelo fato de que a atividade ervateira era sazonal. Todavia, o que conduz esta pesquisa no

²⁰¹ PNSPM. Livro de óbito n°. 3. fl. 42.

²⁰² SOARES, Mariza de Carvalho. Op. Cit. p. 168.

²⁰³ Ver EUGÊNIO, Alisson. Tensões... Op. Cit. pp. 33 -46; OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Os Bis pos... Op. Cit. pp. 71-81.

²⁰⁴ AESP. MP. 1830. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). SUBSISTEMA: JMF. FILME N° 1222. MICROFILME: 225. REF: 1835.

²⁰⁵ Idem.

sentido de vasculhar parte da vida de Antonio Vieira, é o fato de ter entre os confrades de São Benedito um filho seu, João. Entrou para a irmandade em 1843, mas deixou de ser confrade por não pagar os anuais.²⁰⁶ Além do filho, uma escrava do Alferes também havia sido ir mã de São Benedito, Escolástica.

TABELA 20 – ESCRAVARIA DE ANTONIO VIEIRA DOS SANTOS SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1830)

NOME	SEXO	IDADE	COR	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL
EULALIA	F	7	NEGRO	-	S
AGUIDA	F	9	NEGRO	-	S
SEBASTIANA	F	21	NEGRO	-	S
ESCOLASTICA	F	23	NEGRO	-	S
TERESA	F	34	NEGRO	-	S
NAZARIA	F	54	NEGRO	-	S
BENEDITO	M	2	PARDO	-	S
CANDIDO	M	16	NEGRO	-	S
MANUEL	M	23	NEGRO	-	S

FONTES: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). **SUBSISTEMA:** JMF. FILME Nº 1223. **MICROFILME:** 225. **REF:** 1835 . Destaco em “negrito” a confrade.

A tabela acima supõe um índice de masculinidade bastante reduzido entre os escravos de Antonio Vieira. A confrade Escolástica aparecia como a terceira mulher mais velha do p lantel. Todavia, uma outra amostra, pautada na lista nominativa de 1836, pode alterar o raciocínio sobre a mesma escravaria.

TABELA 21 – ESCRAVARIA DE ANTONIO VIEIRA DOS SANTOS SEGUNDO A LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES DE MORRETES (1836)

NOME	SEXO	IDADE	COR	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL
ESCOLASTICA	F	2	N	MORRETES	S
MARIA	F	10	N	MORRETES	S
AGUIDA	F	12	N	MORRETES	S
SEBASTIANA	F	28	N	MORRETES	S
BENEDITO	M	8	N	MORRETES	S
VICENTE	M	10	N	MORRETES	S
TRISTAO	M	12	N	MORRETES	S
CANDIDO	M	18	N	MORRETES	S
MANUEL	M	25	N	MORRETES	S

FONTES: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). **SUBSISTEMA:** JMF. FILME Nº 1223. **MICROFILME:** 225. **REF:** 1835 .

²⁰⁶ PNSPM. Livro de entradas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. s/d. fl. 18.

Seis anos depois da primeira lista, Escolástica não estava presente entre os escravos de Antonio Vieira. Há notícias apenas de uma outra cativa de mesmo nome, porém, uma criança de dois anos. Da mesma forma Eulália desapareceu entre um período e outro. Nazaria, a escrava mais velha em 1830, faleceu em 1832.²⁰⁷ O número de homens aumentou no prazo de seis anos. O plantel surgia renovado, sem a presença das mulheres mais velhas, restavam as mais jovens. Com a manutenção dos homens e o acréscimo de mais dois infantes, Vicente e Tristão.

A cativa confrade Escolástica desapareceu na lista nominativa de 1836. Mas foi enterrada sob a intervenção da irmandade de São Benedito em 1842, quando ainda era escrava do Alferes Antonio Vieira dos Santos segundo o livro de óbito da paróquia. Morreu solteira, com os sacramentos e enterrada nas sepulturas de São Benedito “por ser irmã”.²⁰⁸ Ao contrário do filho de seu senhor, Escolástica foi irmã até o fim de seus dias.

O fato de alguns confrades deixarem de participar do sodalício tinha diversas causas. O desentendimento com algumas pessoas do grupo, a expulsão por mau comportamento, o desligamento por não se fazer presentes nas atividades da confraria, ou ainda a falta de pagamento dos anuais. Em contrapartida, também foi possível que alguns confrades participassem de mais de uma confraria. Entre os escravos de Morretes não foi encontrado nenhum caso, mas entre os homens prósperos da região foi possível.

Francisco da Costa Pinto, que em 1865 faleceu, foi sepultado numa catacumba do cemitério, acompanhado de suas duas irmandades, a de São Benedito e a do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora do Porto.

Aos seis dias do mez de Julho de mil oito centos sessenta e cinco nesta Parochia de Nossa Senhora do Porto dos Morretes faleceu da vida presente Francisco da Costa Pinto, de cinquenta e cinco annos mais ou menos casado com Cândida Maria de Costa, sem sacramentos porque quando cheguei já tinha fallecido foi acompanhado por suas duas Irmandades, solenemente recommendado e jas sepultado huma Catacumba de Nossa Senhora do Porto, do que foi este assento que assigno.²⁰⁹

No período de renovação do compromisso da Irmandade de São Benedito, em 1863, aparecia como um dos respeitáveis confrades que assinou o novo estatuto.²¹⁰ Assim como tantos

²⁰⁷ PNSPM. Livro de óbito n°. 2. fl. 76.

²⁰⁸ Idem., fl. 83.

²⁰⁹ Idem., fl. 40.

²¹⁰ PNSPM. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1863. fl. 7.

confrades, era proprietário de escravos. Aparecia ainda jovem na lista nominativa de 1836, proprietário da africana Josefa, e pequeno negociante de loja de fazendas.²¹¹

Maria Cândida Vieira dos Santos, filha de Antonio Vieira dos Santos,²¹² ingressou como irmã de São Benedito em 1847.²¹³ Três anos antes já eram confrades da mesma irmandade seus escravos Benedito e Maria.²¹⁴ Mesmo tendo um vínculo compromissal com a confraria de seus cativos, foi enterrada sob a intervenção do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora do Porto.

Ma Candia Vra

Aos trez dias do mês de junho de mil oito centos sesenta e oito nesta Parochia de Nossa Senhora do Porto dos Morretes, falleceu da vida presente Maria Cândida Vieira, solteira, de cinquenta annos mais ou menos, moradora desta Villa, com os sacramentos da Extrema unção foi solenemente acompanhada e jas sepultada no Cemitério em huma catacumba da irmandade de Nossa Senhora do Porto do que fis este assento. O vigar^o Domingos Leite de Mesquita²¹⁵

Claro que determinados senhores de escravos não ficaram restritos ao convívio em irmandades pobres que recepcionavam elementos de cor e cativos. Participavam de uma ou mais irmandades, acumulavam símbolos, concentravam prestígio que poucos alcançavam. Mas o fato de uma senhora da elite local se congregar em uma irmandade com negros e escravos seria motivo para desqualificar sua posição social? Ao considerar situações correlatas, em outras irmandades negras, Russell-Wood enfatizou com muita propriedade que, “quando o prestígio social estava em jogo, as considerações raciais assumiam importância secundária”.²¹⁶ Para Gilberto Freyre, na colonização portuguesa a importância capital era o status religioso e político, estavam acima dos estatutos de raça.²¹⁷ Seguindo este raciocínio, se solidarizar com negros numa mesma irmandade não afetava negativamente a imagem social de Maria Cândida e de tantos outros membros da elite local que foram irmãos de São Benedito. Então esta situação de muita intimidade entre senhores e seus cativos, fazendo parte de um mesmo grupo de *status*, não reduzia os primeiros na escala hierárquica do prestígio.²¹⁸ Outrossim, os escravos não tinham a

²¹¹ AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR). SUBSISTEMA: JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835.

²¹² COSTA, Samuel Guimarães da Costa. O Último Capitão -Mor (1782-1857). Paranaguá: Editora da UFPR, 1988. p. 7.

²¹³ PNSPM. Livro de entradas da Irmandade do Glorioso São Benedito d a Vila de Morretes. s/d. fl. 22.

²¹⁴ Idem., fls. 18-19.

²¹⁵ PNSPM. Livro de óbito nº. 5. fl. 81.

²¹⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Op. Cit. p. 213.

²¹⁷ FREYRE, Gilberto. Op. Cit. p. 488.

²¹⁸ BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiv a. 1974. p. 15.

possibilidade de acumular tantos signos quanto os seus senhores, as condições financeiras e jurídicas não permitiam a concentração de tantos bens simbólicos.

Enquanto confrade de uma irmandade negra, nenhum proprietário de escravos deixava de existir dentro da sua própria propriedade de posição, como um senhor de escravos. E em circunstâncias pontuais, como na morte de Francisco da Costa Pinto e Maria Cândida Vieira dos Santos, imperava a lógica da distinção porque eram, acima de tudo, confrades do Santíssimo Sacramento e partícipes de um grupo muito mais restrito. Para Pierre Bourdieu,

“numa sociedade diferenciada, não se trata apenas de diferir do comum, mas de diferir diferentemente, e por conseguinte, a lógica das inversões do para e do contra acaba engendrando tais convergências, como por exemplo, entre a simplicidade simples dos “simples” e a simplicidade elaborada dos refinados”.²¹⁹

A percepção sobre a simplicidade ajuda a compreender melhor esta relação senhores e escravos na instituição abordada. Pois, ao contrário da sociedade de corte onde se fazia mister “manter as distâncias”, a ostentação de parte da elite morretiana que ingressou na Irmandade de São Benedito se respaldava na aproximação.

Talvez o décimo oitavo artigo do compromisso possa ilustrar parte destas articulações:

Artº 18º A irmandade deve reunir-se para todos os actos religiosos da mesma. Para a eleição da mesa, acompanharam a procissão da Irmandade do Santíssimo Sacramento de N. S. do Porto.²²⁰

Conforme a explicação de Mariza de Carvalho Soares, “as procissões e os cortejos fúnebres são um exemplo dessa hierarquia religiosa onde, mesmo relegadas às últimas alas, as irmandades de pretos e pardos faziam-se representar”.²²¹ Era ordem compromissal, portanto, que todos os irmãos de São Benedito se fizessem presentes na procissão do Santíssimo Sacramento. Provavelmente esta imposição se fez pela força coercitiva de uma elite local que se sobrepunha ao grupo menor. Francisco da Costa Pinto assinava a renovação do estatuto de São Benedito ao mesmo tempo em que era confrade do Santíssimo Sacramento. Determinados indivíduos como confrades da Irmandade de São Benedito podiam ser a voz e a visão da elite dentro desta

²¹⁹ Idem., p. 23.

²²⁰ PNSPM. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1863. fl. 6.

²²¹ SOARES, Mariza de Carvalho. Op. Cit. p. 165.

instituição. Portanto, a formação de uma irmandade que congregava escravos, em Morretes, esteve submetida às negociações com pessoas que representavam as instâncias superiores da região. E era a proximidade, a própria integração com a “irmandade dos escravos”, que fazia a elite ser reconhecida como tal, legitimando sua posição.

A sutileza das relações de dominação em sociedades arcaicas talvez seja um grande exemplo ilustrativo. Pierre Bourdieu, em seus estudos, apontou dois tipos de violência empreendida nas relações de dominação.

A violência aberta, a do agiota ou do fazendeiro sem compaixão, [que] continuará esbarrando na reprovação coletiva e correndo o risco de suscitar, seja uma resposta violenta, seja a fuga da vítima. [E a] “violência simbólica, violência branda, invisível, desconhecida, como tal, tanto escolhida quanto suportada, a da confiança, da obrigação, da fidelidade pessoal, da hospitalidade, da dádiva, da dívida, do reconhecimento, da compaixão, de todas as virtudes às quais, em uma palavra, presta homenagem a moral da honra, impõe -se como o modo de dominação mais econômico por ser mais adaptado à economia do sistema.”²²²

É esta violência simbólica, pois, a que mais se aproxima das relações escravistas ora abordadas. Os vínculos entre cativos confrades e confrades senhores moldaram as relações autoritárias típicas do sistema escravista. Para Anderson J. M. de oliveira, a situação de irmandade espiritual entre estes elementos, tornava “as fronteiras entre quem domina e quem é dominado [...] muito tênues”,²²³ concluindo num possível enfraquecimento do poder senhorial frente aos seus cativos. Ou seria simplesmente a vigência de uma violência simbólica? Afinal, a presença cativa em uma irmandade se fazia por negociação, dentro da qual, por motivos óbvios, a palavra do senhor era sempre a última. Permitir que um escravo participasse de uma irmandade era uma dádiva senhorial. Muitos aspectos da negociação das relações escravistas estavam em jogo, a saber, o tempo para dispor de si, o pecúlio, a liberdade de movimento. Dádiva que por contrapartida estreitava os laços de fidelidade pessoal, tornava as relações de dominação mais sutis.

Portanto, penso que as matrizes possam ter existido numa distribuição espacial como imaginava Roger Bastide, enquanto os brancos se abancavam confortavelmente no interior da igreja, “os escravos permaneciam fora, assistindo à missa do pórtico através das portas

²²² BOURDIEU, Pierre. A produção da crença. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Editora Zouk, 2004. p. 206.

²²³ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Santos Negros... Op. Cit. p. 45.

abertas”.²²⁴ Contudo, por mais que escravos e senhores vivessem situações tão opostas, não foi impossível que se encontrassem dividindo um mesmo espaço. Sen tados lado a lado, talvez, em um banco de capela de alguma irmandade. Isto de maneira alguma configurava o fim da tensão nas relações escravistas, continuavam sendo senhor e escravo. Se este mesmo senhor era o patrocinador da irmandade e de alguns dos seus cativos, devia ter suas razões secretas. Por suposto não era só caridade. Se este mesmo escravo fazia questão de participar como irmão, também devia ter suas secretas razões. Entre folguedos e procissões, entre missas e cortejos fúnebres, cativos confrades e confrades senhores teceram, juntos, uma complexa rede de negociações.

²²⁴ BASTIDE, Roger. As religiões africanas no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971. p. 158.

CONCLUSÃO

Quando o comerciante medieval, depois de haver, ao longo do dia, violado os mandamentos da Igreja sobre a usura e o preço justo, ia rezar para Nossa Senhora, e depois, no crepúsculo de sua vida, assumia funções pias e esmoleres; quando o grande fabricante dos “tempos difíceis” construía hospitais com o dinheiro poupado sobre os miseráveis salários de crianças andrajadas, buscavam eles apenas, como em geral se diz, garantir, contra os raios celestes, um certo grau de proteção, ou então, com essas explosões de fé ou de caridade, também não satisfaziam, sem demasiadamente exprimi-lo, necessidades secretas do coração que a dura prática cotidiana os havia condenado a recalcar?²²⁵

Decerto esta interrogação de Marc Bloch traz uma séria reflexão sobre o cristianismo vivido entre a idade média e moderna. As práticas da penitência, da caridade e da solidariedade eram supervalorizadas pela Igreja e exercitadas nas irmandades. Mas cada cristão, à sua maneira, com seus demônios tão particulares, praticava os exercícios caritativos de forma tal, que interpretações sobre estas ações dificilmente passam de conjecturas. Então como definir em termos sociológicos a presença de homens brancos, proprietários de escravos, numa irmandade negra sob a invocação de São Benedito? Como ser branco e proprietário de escravos e ao mesmo tempo devoto de um santo negro? Como dividir a experiência de uma vivência confrarial em conjunto com seus próprios escravos? Foram as primeiras interrogações que surgiram nesta pesquisa..

No Brasil, segundo Sérgio Buarque de Holanda, a praticidade almejada pelos leigos deu um caráter intimista à religiosidade, uma proximidade quase familiar com os santos que levou uma Santa Teresa de Lisieux a ser chamada de “Santa Teresinha”.²²⁶ Uma aproximação que visava troca de favores entre o fiel e o santo, num contrato de “toma lá dá cá”, como sugeriu Laura de Mello e Souza.²²⁷ Percebendo esta relação de trocas, no cristianismo europeu, Max Weber denominou de “princípio de conta corrente”, o elemento que norteou o espírito dos fiéis no sentido de contabilizar, dentro de um mercado da salvação, os seus créditos e débitos para com Deus.²²⁸

Por aqui foram inúmeros os casos em que homens brancos, alguns inclusive proprietários de cativos, participaram das irmandades negras como simples confrades, benfeitores e protetores. Colocaram-se como “irmãos” de negros. O cofre das irmandades negras mais prósperas pode ter

²²⁵ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 133.

²²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 149.

²²⁷ SOUZA, Laura de Mello. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 200. p. 109.

²²⁸ WEBER, Max. *Economia e sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Volume I, 1992. p. 360.

exercido especial atração sobre os menos escrupulosos.²²⁹ Todavia, no caso dos “protetores”, brancos que dispensaram parte de seus rendimentos para auxiliar estas instituições, qual seria o real motivo de tão “belas obras”? Um dos elementos que perturbava a consciência de um homem católico, sem dúvida, era insegurança em relação ao próximo plano. Assegurava-se a salvação através das boas obras. A caridade, então, era um ideal difundido e praticado pelos indivíduos que buscavam pontuar créditos no mercado da salvação. Não se tratava somente de sentimentos humanitários que afloravam sem o temor do castigo dos céus.

Como escreveu Célia Maia Borges,

o auxílio ao próximo fez parte do imaginário cristão do fim da Idade Média, projetando -se desde então o ideal de virtude de ajuda ao pobre, equiparado à figura de Cristo, veiculado principalmente pelas ordens mendicantes.²³⁰

No contexto medieval, segundo Bronislaw Geremek, as instituições caritativas e as Ordens Mendicantes surgiram,

em grande parte, por sentimentos de compaixão e caridade, esta beneficência nem por isso está menos isenta de premeditação: ela constituiu, em primeiro lugar, o meio mais seguro de obter a salvação e, em segundo, uma ocasião para o doador ostentar as suas riquezas e manifestar publicamente os seus sentimentos piedosos.²³¹

Portanto, a caridade não era apenas um veículo para a salvação, mas também para a ostentação social. Em sociedades arcaicas, como entre os melanésios, conforme estudo de Marcel Mauss, a autoridade dentro do sistema de *potlatch*, se manifestava esbanjando a fortuna, “gastando-a, distribuindo-a, humilhando os demais e pondo-os na sombra do próprio nome”.²³² A base da legitimação da autoridade e da ostentação social não era o acúmulo, mas a distribuição dos bens. Só através da distribuição era possível ser reconhecido como pessoa importante e de prestígio junto à comunidade. De certa maneira é possível dizer que um capital econômico se transformava em capital social, na medida em que o detentor do primeiro soubesse como aplicar

²²⁹ BORGES, Célia Maia. Op. Cit. p. 102.

²³⁰ Idem., p. 47.

²³¹ GEREMEK, Bronislaw. Op. Cit. pp. 25-26.

²³² MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. p. 105.

no sentido de transformar bens econômicos em prestígio social.²³³ Karl Polanyi afirma em seus estudos sobre as relações de mercado em sociedades pré-capitalistas que,

a descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos.²³⁴

Neste mesmo conjunto das sociedades arcaicas, fazendeiros que tinham condições financeiras pouco acima de seus *khammes* (meeiro que recebia parte bastante diminuta de sua colheita) manifestavam sua dignidade e sua generosidade perdendo dívidas de sua “clientela”. Através desta ação caritativa garantiam a fidelidade de seus subalternos. Uma espécie de caridade que transmutava para um laço de dominação baseado na honra. Nas palavras de Pierre Bourdieu, “espera-se dos grandes que eles se mostrem dignos de seu status, protegendo material e simbolicamente aqueles que estão sob sua dependência”.²³⁵

Sob estas perspectivas é possível compreender aquilo que, numa ligeira análise, parecia mais uma disritmia das relações escravistas. Ou seja, não era tão incompatível a presença de um senhor de escravos numa irmandade negra, tampouco vivendo em comunhão e fraternidade com seu próprio cativo. Assim como as Ordens Mendicantes da idade média, as irmandades formavam espaço propício para as práticas caritativas. Foi comum, portanto, que pessoas de posse dispensassem parte de seu cabedal com o interesse de trilhar o caminho mais curto para a salvação da alma. Todavia, como nos sistemas de *potlatch* descrito por Marcel Mauss, generosidade para com os pequenos era parte integrante da legitimação de uma autoridade que se fazia respeitar pela posição honorífica que ocupava no mercado da distribuição das dádivas.

²³³ BOURDIEU, Pierre. A economia... Op. Cit.

²³⁴ POLANYI, Karl. A Grande Transformação. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000. p. 65.

²³⁵ BOURDIEU, Pierre. A produção... Op. Cit. p. 203.

BIBLIOGRAFIA

ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura Familiar e Registros Paroquiais . Texto apresentado para as comemorações dos 25 anos de funcionamento do Núcleo de Estudos de População da Unicamp.

ARIÈS, Philippe. O homem diante da morte. Volume II. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1982.

BASTIDE, Roger. As religiões africanas no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

BERLIN, Ira. Gerações de cativo. Rio de Janeiro - São Paulo: Editora Recor, 2006.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORGES, Célia Maia. Escravos e libertos nas irmandades do Rosário. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

BOSCHI, Caio César. Os leigos e o poder. Irmandade leiga e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva. 1974.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Escravo ou camponês? O protocampesinato negro na s Américas. Editora brasiliense, 1987.

CHAHON, Sergio. Aos pés do altar e do trono: as irmandades e o poder régio no Brasil (1808 - 1822). Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1996.

COSTA, Samuel Guimarães da Costa. O Último Capitão -Mor (1782-1857). Paranaguá: Editora da UFPR, 1988.

DEL PRIORE, Mary. Religião e religiosidade no Brasil colonial. São Paulo: Editora Ática, 1994.

DUMONT, Louis. Homo Hierarchicus. O sistema de castas e suas implicações . São Paulo: EDUSP, 1992.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zah ar, 2000.

EUGENIO, Alisson. Fragmentos de liberdade. As festas religiosas das irmandades dos escravos em Minas Gerais na época da Colônia. Ouro Preto: Fundação de Arte de Ouro Preto, 2007.

_____. Tensões entre os Visitadores Eclesiásticos e as Irmandades Negras no Século XVIII Mineiro. In Revista Brasileira de História, São Paulo, 2002, v. 22, nº 43.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos. Cotidiano e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

FILHO, Walter Fraga. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1995.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KLEIN, Herbert e ENGERMAN, Stanley. *Padrões de desembarque e mortalidade no tráfico de escravos africanos ao Rio de Janeiro, 1825-1830*. In: PELÁEZ e BUESCU (org.). *A moderna História Econômica*. Rio de Janeiro: APEC, 1976, p. 109.

FRAGOSO, João Luis. *O Império escravista e a República dos plantadores*. In *História Geral do Brasil*. Organizado por Maria Yeda Linhares. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Editora Global, 2004.

GEREMEK, Bronislaw. *A piedade e a força. História da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar Editores, Distribuidores e Livrários, 1987.

GUTIÉRREZ, Horácio. *Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830*. In *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 17, n.3, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusora Européia do Livro, 1962.

KOK, Glória. *Os vivos e os mortos na América portuguesa. Da antropofagia à água de batismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

LEANDRO, José Augusto. *Em águas turvas: navios negreiros na baía de Paranaguá*. In *Revista Esboços*. Chapecó: UFSC, 2002.

LIMA, Carlos A. M. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Ateliê 2008.

_____. *Pequenos patriarcas: pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844)*, 2 vols. Tese de doutoramento, Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

_____. *Sertanejos e Pessoas Republicanas Livres de Cor em Castro e Guaratuba (1801-1835)*. In *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 2, 2002.

_____.; MOURA, Ana Maria da Silva. Devoção & Incorporação. Igreja, escravos e índios na América Portuguesa. Curitiba: Editora Peregrina, 2002.

MACHADO, Cacilda. Sobre a cor dos escravos e dos pobres livres da Freguesia de São José dos Pinhais (do século XVIII para o XIX). In <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Cacilda%20Machado.pdf>> Acesso em: mar. 2009.

MATTOS, Hebe. Ao Sul da História. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. CIDADE: Editora Brasiliense. 1987.

MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1988.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

MOTTA, José Flávio. Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Editora Annablume, 1999.

NADALIN, Sérgio Odilon. História e Demografia: elementos para um diálogo. 2. ed. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Os Bispos e os Leigos: Reforma Católica e Irmandade no Rio de Janeiro Imperial. In Locus revista de história, vol. 8, nº 2.

_____. Santos Negros e Negros Devotos: A Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro, Século XIX. In Cativo & Liberdade. Ano II, v. 4, julho - dezembro/1997.

PEREIRA, Magnus R. M. Semeando Iras Rumo ao Progresso. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

RAMBO, Arthur B. Restauração católica no sul do Brasil. In Revista História: Questões & Debates, Curitiba, n. 36.

REGINALDO, Lucilene. Os Rosários dos angola s: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2005.

REIS, J. J.; SILVA, Eduardo. Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. Companhia das Letras. São Paulo: 1991.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Escravos e libertos no Brasil Colonial. São Paulo: Editora Civilização Brasileira. 1ª Edição. 2005.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. O custo da vida: preços de gêneros alimentícios e salários em Curitiba no século XIX. In Revista de História Questões e Debates n.º. 8, Curitiba.

_____. Preço de escravos na província do Paraná. Dissertação de mestrado em História do Brasil. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.

_____. Vida Material, Vida Econômica. Curitiba: SEED, 2001.

SCARANO, Julita. Devoção e escravidão. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SLENES, Robert. “Malungu, ngoma vem!”. África coberta e descoberta do Brasil. São Paulo: Revista USP. N.º12.

SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da Cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Daniela dos Santos. Relações de sociabilidade e identidade entre negros, afro - descendentes e mestiços na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário: Minas Gerais – São João Del-Rei. (1800-1850). In Anais eletrônicos da ANPUH – MG, Belo Horizonte, 2008.

SOUZA, Laura de Mello. O Diabo e a Terra de Santa Cruz. São Paulo: Companhia das Letras, 200.

SOUZA, Marina de Mello e. Reis negros no Brasil escravista. História da Festa de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

VIANA, Larissa. O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

WEBER, Max. Economia e sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Volume I, 1992.

WEBER, Silvio Adriano. Escravidão e Irmandade Negra nos Campos de Curitiba (1797 -1850). Monografia defendida em 2005 no Departamento de História da UFPR. pp. 42 -43.

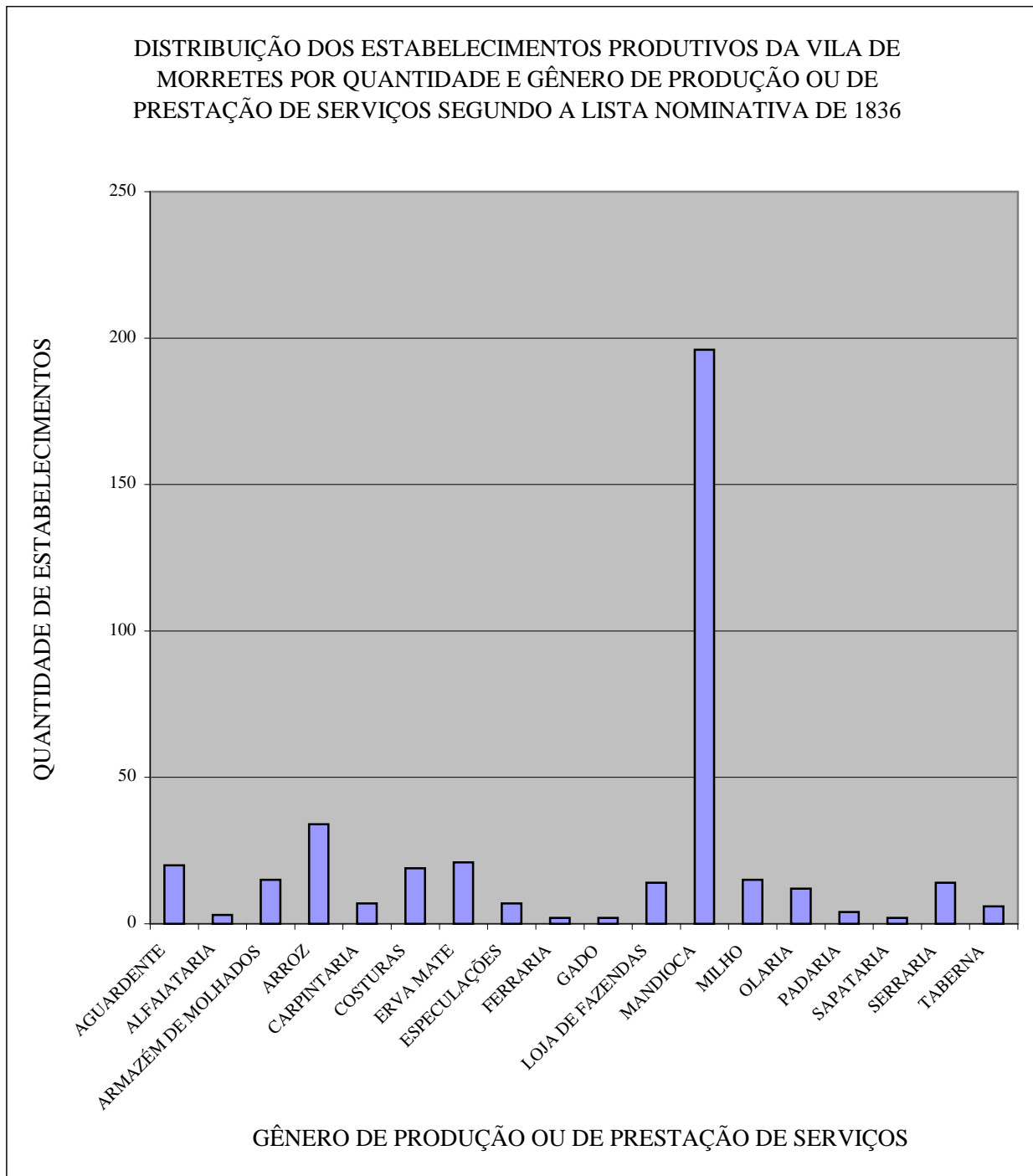
WESTPHALEN, Cecília Maria. Porto de Paranaguá, um sedutor. Curitiba: Secretaria de Estado e Cultura, 1998.

XAVIER, Regina Célia Lima. Religiosidade e escravidão no século XIX: mestre Tito. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

FONTES

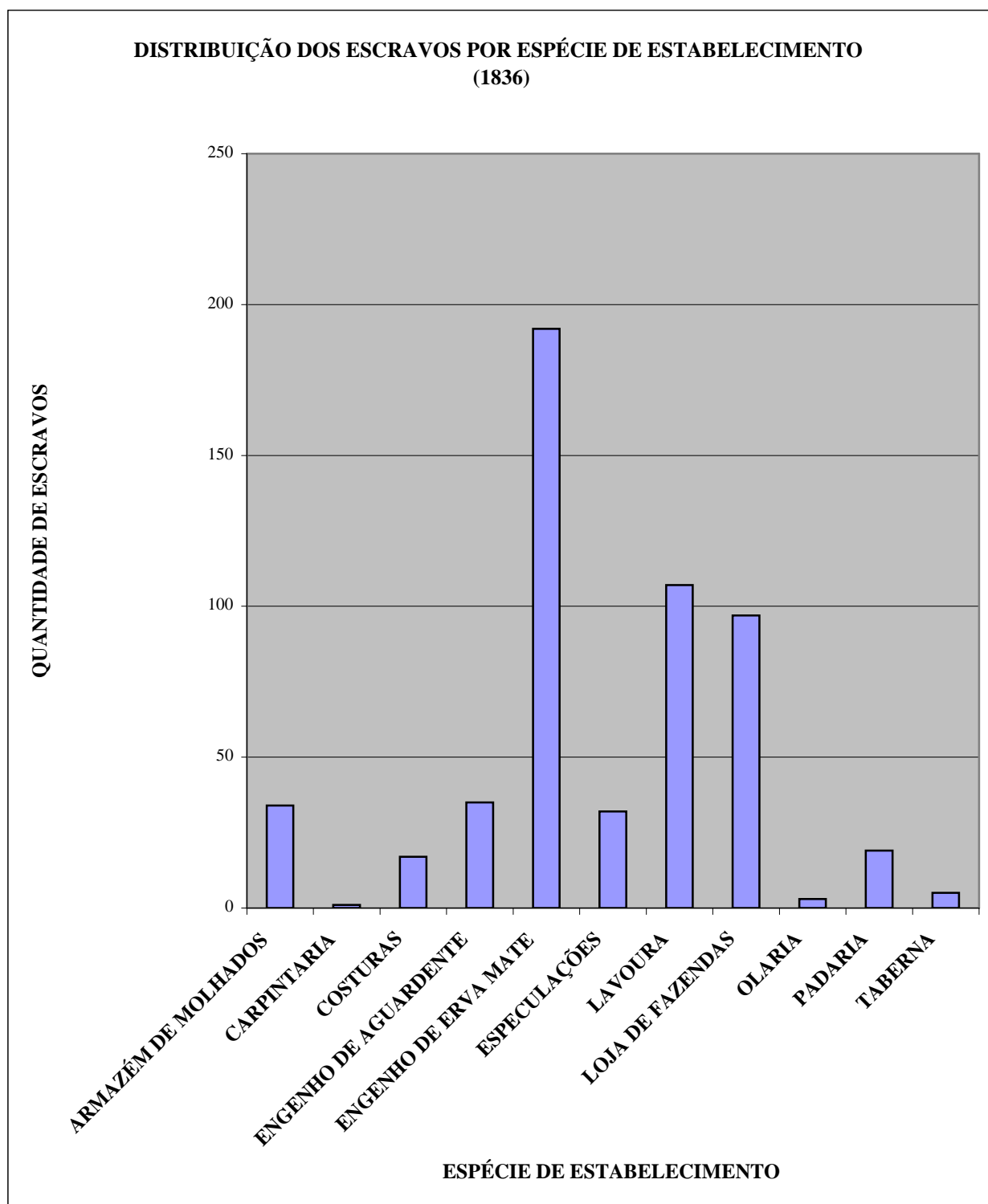
- Atas de reunião da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes (1860-1880);
- Livro de conta-corrente da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes (1860-1880);
- Livro de recibo de despesas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes (1860-1880);
- Livro de entradas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes (1865);
- Livros de óbitos da Paróquia Nossa Senhora do Porto dos Morretes (1812-1872);
- Lista Nominativa da Vila de Morretes (1830). Acervo de microfilmes do Arquivo Público do Paraná;
- Lista Nominativa da Vila de Morretes (1836). Acervo de microfilmes do Arquivo Público do Paraná;
- Relatórios de Presidentes da Província do Paraná. Acervo digital do Arquivo Público do Paraná;
- SANTOS, Antonio Vieira dos. Memória Histórica Chronologica Topographica, e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real Vulgarmente Porto de Çima (1850). Curitiba: Museu Paranaense, v. 2, 1962;
- SANTOS, Antonio Vieira dos. Memória Histórica da cidade de Paranaguá e seu município. 1850. Curitiba: Museu Paranaense, v. 2, 2001.

ANEXO I



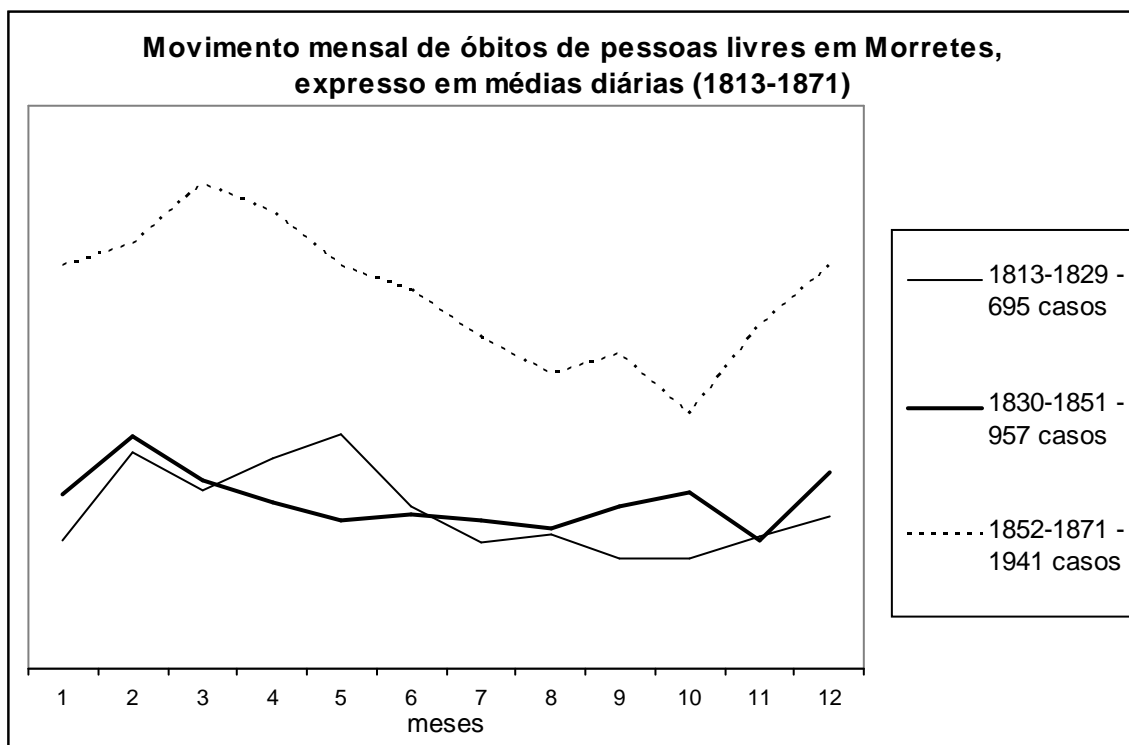
FONTE: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR).
SUBSISTEMA: JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835.

ANEXO II



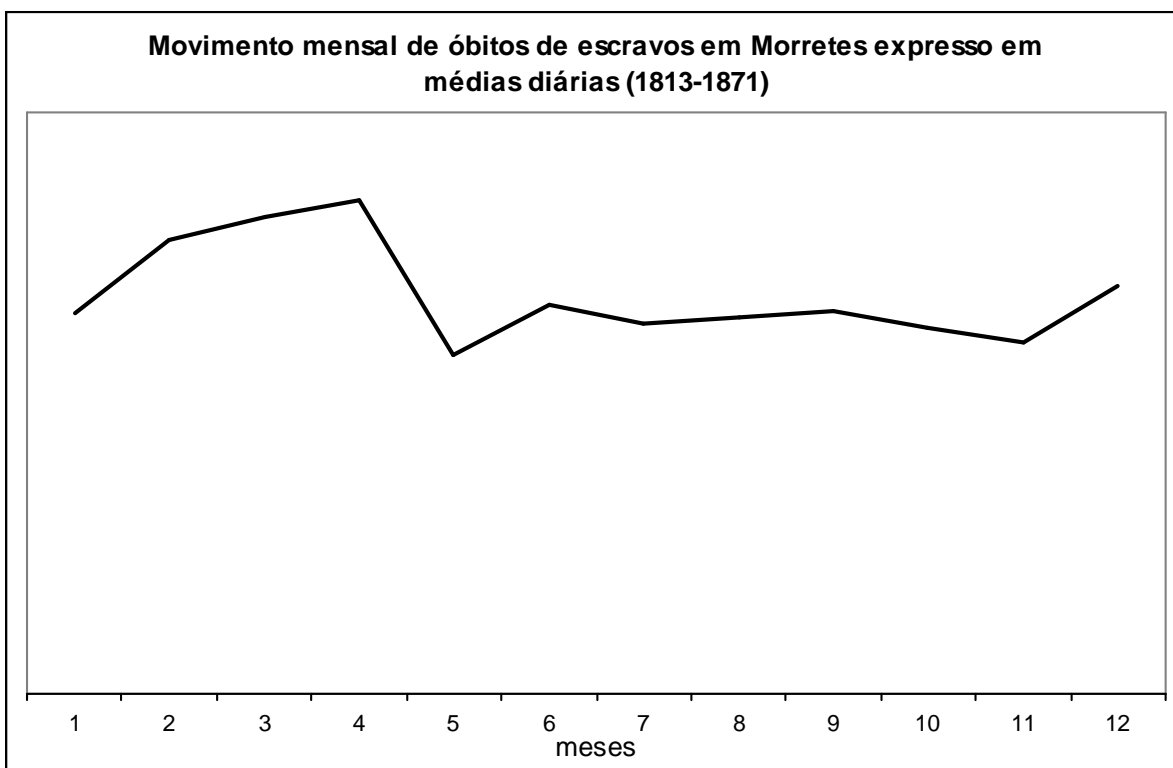
FONTE: AESP. MP. 1836. Consultado em microfilme no Arquivo Público do Paraná (APPR).
SUBSISTEMA: JMF. FILME Nº 1223. MICROFILME: 225. REF: 1835.

ANEXO III



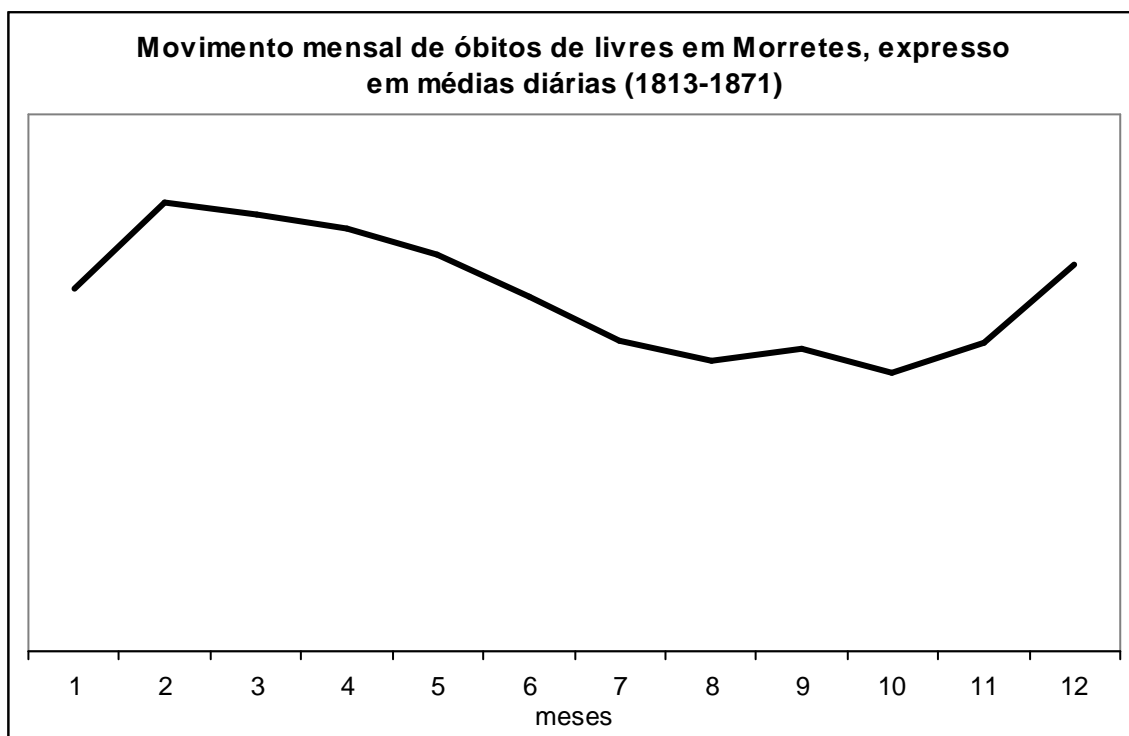
FONTE: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PORTO DOS MORRETES. Livros de óbito 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

ANEXO IV



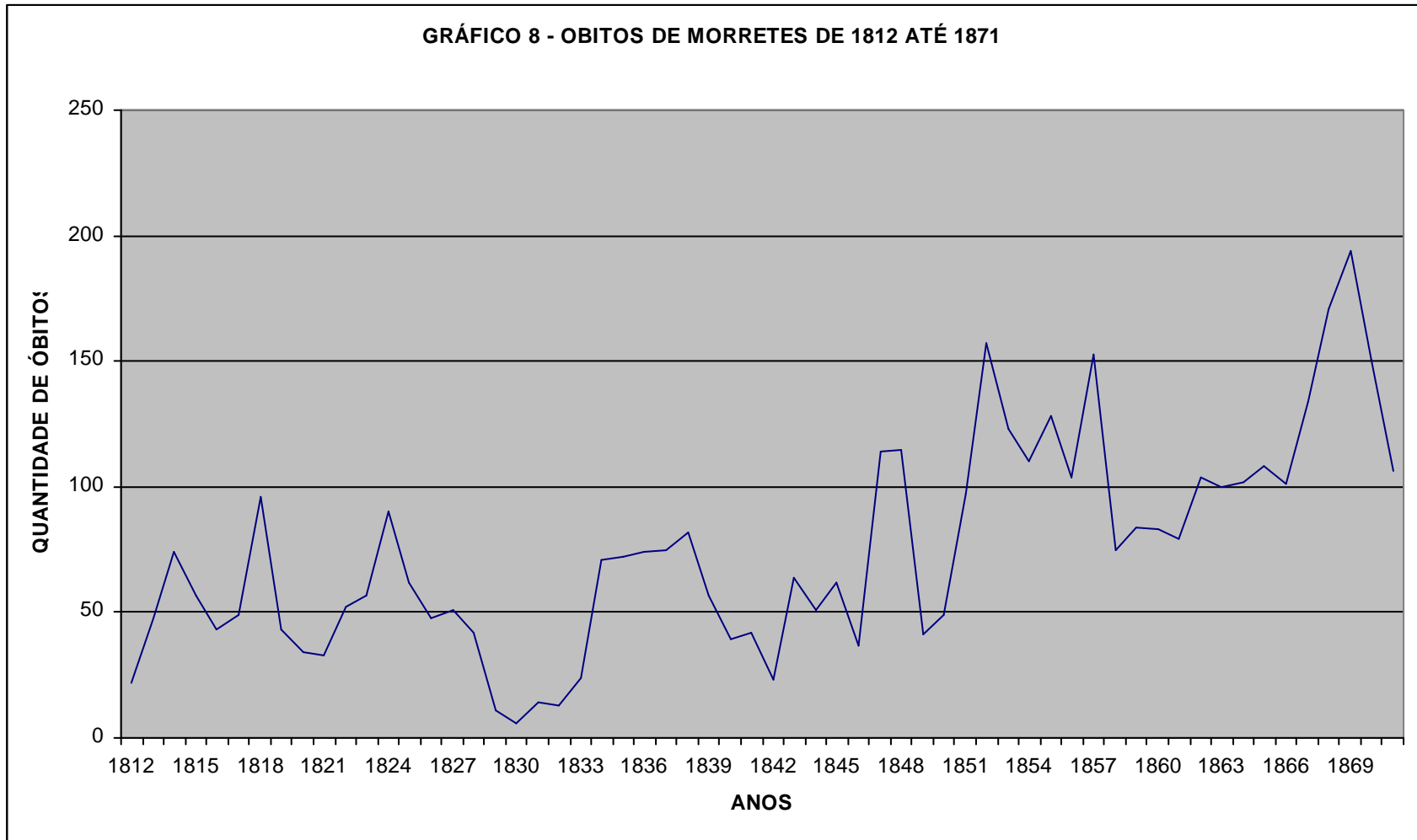
FONTE: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PORTO DOS MORRETES. Livros de óbito 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

ANEXO V



FONTE: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PORTO DOS MORRETES. Livros de óbito 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

ANEXO VI



FONTE: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO PORTO DOS MORRETES. Livros de óbito 1, 2, 3, 4, 5 e 6.